

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

LEONARDO SOUZA SILVEIRA

**RECLASSIFICAÇÃO RACIAL E DESIGUALDADE: Análise Longitudinal de
Variações Socioeconômicas e Regionais no Brasil entre 2008 e 2015**

Belo Horizonte

2019

LEONARDO SOUZA SILVEIRA

**RECLASSIFICAÇÃO RACIAL E DESIGUALDADE: Análise Longitudinal de
Variações Socioeconômicas e Regionais no Brasil entre 2008 e 2015**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Orientação: Prof. Dr. Jerônimo Oliveira
Muniz

Belo Horizonte

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Ana Paula e Rogério, pela força de sempre. Não existem palavras que esgotem minha gratidão. Aos meus irmãos e companheiros, Marcos, Juliana e Ana Clara. Às minhas avós, Lélia e Mariza, pelo suporte e carinho. Coisas que só avós são capazes de fazer. Aos meus tios Cacau, Mauro e Vânio, às tias Kátia e Rosana, e aos primos Ana Beatriz e Rodrigo.

À Letícia, pelo companheirismo e pela paciência. Por mostrar que a calma é uma virtude, e não me deixar esquecer de aproveitar as partes bonitas do percurso. Agradeço também a recepção da família, em especial à Isabel, pela acolhida e pelos conselhos.

Ao Jerônimo Muniz, meu orientador desde o mestrado, por sempre me encorajar a ir mais longe. Agradeço pelo apoio, disponibilidade, paciência e dedicação, sempre que preciso.

Ao Edward Telles, que me recebeu na Universidade da Califórnia (Santa Barbara), contribuindo para o desenvolvimento da tese. Agradeço também ao *staff* do Broom Center for Demography (UCSB), onde foi fornecida toda estrutura para continuar desenvolvendo e aprofundando os trabalhos da tese.

Aos caros amigos feitos durante a vida Lucas, Guilherme, Matheus, Danilo, Felipe Zanetti, Rafaella, Ana Letícia, Wallyson, Carol Tomás, Gustavo, Ian Prates e Luciana Paiva.

Aos companheiros de trabalho que se tornaram amigos Fellipe, Renato, Maria, Gabriel, Bruna, Andréa, Isis, Vânia, Adriana, Juliana, Thalyta, Fred e Raquel.

Às amigas que começaram no PPGS e extrapolaram pra vida, Natália Leão, Léo, Brunah, Claudinha, Luciana, Fabíola, Luana e Val; André, Mel, Botrel, Tito, Luciana, Lucas, Bruno, Victor, Rafaela, Alisson, Natália Santana, Gustavo Alencar, Neylson, Alexandre, Adriana. Às amigas do DCP, Jaqueline, Sabrina e Raquel.

Aos amigos de Santa Barbara pela acolhida calorosa, especialmente Anita Bradford e John Gertz. Aos colegas brasileiros feitos na UCSB, Pedro, Letícia, João e Ana.

Aos amigos de além-mar Kenia, Wesley, Ratmir, Arão, Tamaguininy, Thompson e Raimundo.

Aos professores que compuseram as bancas de qualificação e de defesa final, Graziella Moraes Silva, Carlos Antônio Costa Ribeiro e Elaine Vilela.

Aos professores e às professoras do PPGS/ UFMG pelas contribuições em sala de aula, seminários, conferências e conversas de corredor.

Às professoras Luciana Andrade e Márcia Lima, por me proporcionarem oportunidades de desenvolver trabalhos importantes em diferentes etapas do percurso.

Às minhas duas “casas”, PUC Minas e Universidade Federal de Minas Gerais, às quais tive toda estrutura para desenvolver minhas atividades acadêmicas desde a graduação. Na UFMG, em especial, aos funcionários administrativos, das bibliotecas, dos restaurantes universitários e do Setor de Informática da FAFICH; no PPGS, aos funcionários, em especial Renata, Jéssica, Júlio, Viviane, Caio e Paulo.

Agradeço ao Ministério do Trabalho e Emprego que, por meio do Laboratório de Pesquisa em Sociologia do Trabalho (LAPEST/UFMG), disponibilizou as bases de dados da RAIS utilizadas para análise desse trabalho. Um agradecimento especial à professora Elaine Vilela que intermediou o contato entre LAPEST e Ministério, e às amigas Luciana e Claudia, pelas discussões em torno das bases.

À CAPES, pelo suporte fornecido por meio da bolsa de Demanda Social e o Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (Processo 88881.134381/2016-01). À estas, se juntam o suporte recebido via FIES, ProUni, Iniciação Científica pelo CNPq e auxílios para participação de congressos ao longo desses mais de dez anos de estudos.

RECLASSIFICAÇÃO RACIAL E DESIGUALDADE: Análise Longitudinal de Variações Socioeconômicas e Regionais no Brasil entre 2008 e 2015

Resumo

As categorias raciais no Brasil mensuram os grupos de identidade étnico-raciais. Contudo, suas fronteiras raciais possuem variações por tempo, espaço e contexto. A principal hipótese relaciona variações classificatórias com características socioeconômicas, indicando que indivíduos com maior *status* são mais prováveis de serem classificados em categorias *mais claras*. A hipótese secundária defende que as regiões geográficas brasileiras possuem variações nas fronteiras raciais. Com base em classificações realizadas por observadores externos (heteroclassificação) em diferentes momentos, entre 2008 e 2015, a presente tese tem como objetivo analisar as reclassificações raciais no Brasil em função de características socioeconômicas e regionais. Além disso, testa-se se a reclassificação racial também altera as estimativas de desigualdade ocupacional e escolar. Os resultados demonstram que a associação entre *status* socioeconômico e reclassificação corrobora a hipótese do *embranquecimento* dos indivíduos mais bem posicionados, com ressalvas, já que as probabilidades são pequenas. Por exemplo, no decil mais alto da distribuição de renda, aumenta-se em 3% a probabilidade de reclassificação para branco, e decresce em 7% a probabilidade de reclassificação para a categoria preta. Escolaridade e índice socioeconômico também apresentam variações de, no máximo, 8%. Em contraposição, as regiões geográficas têm maior associação com a reclassificação, sendo que nos estados do Norte e do Nordeste, é mais provável que indivíduos sejam reclassificados como pardos (probabilidade de 0,67 em ambas), e no Sul e no Sudeste, como brancos e pretos. Nesse sentido, variações socioeconômicas importam para a reclassificação, mas a localização geográfica se sobressai na redefinição de fronteiras raciais.

Palavras-chave: raça; classificação racial; desigualdade; categorias raciais; análise longitudinal.

Abstract

Racial categories in Brazil measure ethnic and racial identities. However, racial boundaries vary by time, space and context. The main hypothesis relates classificatory variations to socioeconomic features, pointing out that higher status individuals are more likely to be classified in *whiter* categories. The secondary hypothesis contends that Brazilian geographical regions impact racial boundaries. Based on classifications made by external observers (heteroclassification) in different points of time, between 2008 and 2015, this dissertation analyzes racial reclassifications in Brazil according to socioeconomic and regional characteristics. It answers whether racial reclassification also changes occupational and schooling gap estimates. Results endorse the hypothesis that well-positioned individuals are reclassified in *brighter* categories, although probabilities slightly increase with socioeconomic status. For example, individuals in the highest income decile increase 3% their probabilities to White reclassification, and decrease 7% Black category reclassification. The highest percentage variation on schooling and socioeconomic index is 8%. In contrast, geographical regions are highly associated to reclassification, as *Brown* reclassification is more likely in North and Northeast (0.67 probability in both), and in South and Southeast as White or Black. In this sense, socioeconomic variations matter to reclassification, but region highlights racial categories redefinition.

Key-words: race; racial classification; inequality; racial categories; longitudinal analysis

Sumário

| | |
|--|-----|
| 1 – INTRODUÇÃO | 8 |
| 2- CONSTRUÇÃO SOCIAL DA RAÇA, FLUIDEZ E CLASSIFICAÇÃO RACIAL NO BRASIL . | 12 |
| 2.1 - Grupos raciais e suas fronteiras | 17 |
| 2.2- Classificação racial e fluidez | 21 |
| 2.3 – Classificação e Reclassificação Racial no Brasil | 25 |
| 2.4- Mensurações da raça e desigualdades | 45 |
| 2.5 – Considerações Preliminares e Hipóteses | 49 |
| 3 – MENSURAÇÕES DA RECLASSIFICAÇÃO RACIAL: DADOS E MÉTODO | 51 |
| 3.1 – Estrutura do Banco de Dados | 52 |
| 3.2 – Modelos | 62 |
| 4 – <i>DINHEIRO EMBRANQUECE?</i> VARIAÇÕES DE STATUS E RECLASSIFICAÇÃO RACIAL | 67 |
| 4.1 – Estatísticas Descritivas | 68 |
| 4.2 – Perfis e mobilidade socioeconômica: o <i>dinheiro embranquece?</i> | 72 |
| 4.3 – Análise Multivariada e Predições | 75 |
| 4.4 – Considerações Preliminares | 83 |
| 5 – VARIAÇÕES REGIONAIS DA RECLASSIFICAÇÃO RACIAL | 86 |
| 5.1 – Estatísticas Descritivas | 87 |
| 5.2 – Análise Regional | 93 |
| 5.3 – Considerações do Capítulo | 97 |
| 6 – CONSISTÊNCIA RACIAL CLASSIFICATÓRIA E DESIGUALDADES | 99 |
| 6.1 – Modelos a serem estimados | 100 |
| 6.2 – Reclassificação e Mobilidade | 102 |
| 6.3 – Análise de Desigualdade Regional | 108 |
| 6.4 – Considerações do Capítulo | 115 |
| 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS | 118 |
| 7.1 – Variações Classificatórias e Medidas de Desigualdade | 120 |
| 7.2 – Fronteiras Raciais em Duas Dimensões | 121 |
| 7.3 – Agenda Futura | 123 |
| 8 – REFERÊNCIAS | 124 |
| ANEXO A – DADOS FALTANTES | 133 |
| ANEXO B – COEFICIENTES CAPÍTULOS 4 E 5 | 139 |
| ANEXO C – ESTRUTURA DE ERRO (CAPÍTULO 6) | 142 |
| ANEXO D – COEFICIENTES CAPÍTULO 6 | 144 |

1 – INTRODUÇÃO

No início dos anos 2000, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro adotou a reserva de vagas a indivíduos pertencentes a minorias raciais, com recorte socioeconômico. Desde então, o debate racial no Brasil voltou a se intensificar. Como demonstram Feres Junior e Campos (2016), de 2001 a 2012, as Ações Afirmativas Raciais foram temas de 1.831 textos, somente nos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*, entre “editoriais, reportagens, colunas, artigos de opinião, cartas de leitores etc.” (p. 280).

Em 2012, a “Lei de Cotas”, como é popularmente conhecida, passou a valer para as universidades federais. Como resultado, aglutinou-se em torno da medida, argumentos favoráveis, balizados por justiça social e multiculturalismo (CAMPOS & FERES JUNIOR, 2016); e contrários, que veem na medida uma “racialização” desnecessária de um país sem tensões nesse campo, sustentado por princípios liberais de justiça e igualdade (MAGGIE & FRY, 2002; MAGGIE, 2008).

O contexto, então, volta a suscitar dois debates recorrentes no século XX no país: primeiro, o Brasil é uma democracia racial ou um país racialmente desigual? Em segundo lugar, como definir a classificação em um país marcado por ampla mestiçagem e fluidez racial de sua população?

Com relação ao primeiro ponto, o Brasil deixou de ser visto como uma democracia racial desde, pelo menos, os estudos do “projeto Unesco” nos anos 1950, que revelaram desigualdades raciais sistemáticas (MAIO & SANTOS, 2015). A democracia racial, então, se tornou um mito, que, como tal, ainda permeia parte do imaginário social. Ou seja, nas relações verticais (poder e riqueza), negros e brancos possuem uma grande distância, que, por sua vez, é deixada em segundo plano por aqueles que entendem que predomina a proximidade nas relações horizontais (casamento, amizade e vizinhança) (TELLES, 2003).

Para além de princípios éticos e políticos, outro ponto relacionado ao tensionamento em torno da Lei de Cotas é a forma de declaração racial. A difusa mestiçagem e fluidez racial existente no país, juntamente com acusações de fraudes, fizeram com que os critérios de autoclassificação fossem questionados¹. Contudo, questionamentos acerca da classificação racial no Brasil não são recentes, e remontam, por exemplo, os estudos de Marvin Harris desde a década de 1950 (HARRIS, 1952; 1964; *et al.*, 1993). Esse autor identificou um padrão

¹ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-03/mpf-recomenda-que-autodeclaracoes-raciais-em-vestibular-sejam-conferidas>

classificatório que não incluía regras de descendência, e era suscetível a variações socioeconômicas e contextuais, como a classe ou a relação existente entre classificador e classificado.

A Lei de Cotas, então, é a expressão mais recente de um debate antigo. Novamente, as desigualdades são colocadas à prova, discutindo seus mecanismos e formas de enfrentamento – que traz elementos do luso-tropicalismo de Freyre (1987), os resquícios de uma sociedade capitalista inacabada (FERNANDES, 2008), e a discriminação e as desvantagens cumulativas como manutenção dos diferenciais (COSTA PINTO, 1998; SILVA, 1979; HASENBALG, 2005). Para além disso, o sistema classificatório é questionado, e a “ambiguidade” volta a figurar como adjetivo (HARRIS, 1964).

Dessa forma, o presente trabalho também se debruça sobre classificação e desigualdade. Utilizando dados longitudinais, com classificações feitas anualmente por um observador externo, o estudo analisa como as variações classificatórias ocorrem no mesmo período do intenso debate acerca das cotas.

Com base em uma análise entre 2008 e 2015, identifica-se quase 70 milhões de indivíduos que estiveram no mercado de trabalho formal brasileiro no período. Estes são anualmente classificados racialmente por observadores externos, seja o empregador, seja um funcionário da empresa responsável pelo preenchimento do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), que dá origem ao Registro Anual de Informações Sociais (RAIS), fonte de dados do presente trabalho.

A partir de uma amostra representativa, observou-se que 9,4% dos casos foram reclassificados entre 2008 e 2015, em média. Essas classificações são realizadas no contexto do mercado de trabalho, de maneira que se tem, ainda, informações acerca da ocupação, renda salarial, escolaridade, tamanho e região do estabelecimento empregador. Desse modo, questiona-se quem são os indivíduos reclassificados racialmente, e quais variações se associam à reclassificação.

As variações classificatórias no Brasil, como citado por Harris (1964), são constantemente relacionadas a indicadores socioeconômicos. A hipótese mais usual é a do *embranquecimento via status*, em que indivíduos mais bem posicionados são classificados em categorias *mais claras*, em comparação a outros com características estéticas similares, em estratos mais baixos.

Nesse sentido, a estrutura dos dados possibilita que seja mensurado o status socioeconômico do indivíduo antes e depois da reclassificação. O que mudou após a

reclassificação? Há associações sistemáticas entre status socioeconômico e raça quando os indivíduos passam a ser reclassificados como brancos, pretos ou pardos?

Entre 2008 e 2015, indivíduos passam a ocupar cargos de maior prestígio, ter melhores salários e incrementarem seu nível escolar. Porém, outra variação observada se deve à região geográfica na qual os indivíduos se encontram. Passa-se a trabalhar no Nordeste, ao invés do Sul; no Sudeste, ao invés do Norte. Assim, traz-se à tona a hipótese de que, o sistema classificatório brasileiro tem variações regionais, de maneira que a categoria racial escolhida pode variar, dependendo da região (MONK, 2013; MUNIZ & BASTOS, 2017).

Além disso, o presente estudo busca responder, em que medida as variações socioeconômicas e regionais levam os indivíduos a terem sua classificação racial alterada por observadores externos. A disposição longitudinal dos dados, ainda, permite que se analise tanto as características de *status* individual, quanto as associações com as mobilidades, de ganho ou perda de *status*. O mesmo é observado para o recorte geográfico, em que se mede como as reclassificações ocorrem em cada região, e o que acontece àqueles indivíduos que passam a trabalhar em outras regiões.

Contudo, as classificações raciais em *surveys* e pesquisas oficiais têm como objetivo fazer estimativas com relação às condições de vidas de cada um dos grupos. Uma vez que há variações classificatórias, varia-se também as estimativas socioeconômicas? Tendo essa pergunta como guia, faz-se uma simulação do alcance escolar e ocupacional por *raça* considerando as reclassificações ao longo do tempo, em contraposição a um cenário em que não houvesse reclassificação. Tal simulação é feita para as estimativas do Brasil, e para as regiões Nordeste e Sul, separadamente.

Analisa-se quais características são consideradas no momento da classificação racial, como isso varia regionalmente, e em que medida as desigualdades socioeconômicas são alteradas pelas variações classificatórias ao longo do tempo. O presente estudo demonstra como a fluidez racial ocorre para o mesmo indivíduo, demonstrando que as variações não são apenas artifícios de indivíduos interessados, mas compõem o sistema classificatório brasileiro.

Desse modo, a tese divide-se em cinco capítulos, acrescida dessa introdução e uma conclusão. No Capítulo 2, são apresentados os princípios do estudo da raça como uma construção social, a sua abordagem dentro da sociologia, e as hipóteses para a reclassificação racial no contexto brasileiro. O Capítulo 3, descreve a base de dados da RAIS e o modelo analítico adotado para o teste das hipóteses socioeconômicas e regionais. No Capítulo 4, testa-se se há associações entre reclassificação racial, indicadores socioeconômicos e mobilidade. No capítulo subsequente, a análise recai sobre as variações regionais. Por fim, o Capítulo 6 verifica

se as reclassificações raciais aumentam ou diminuem as medidas de desigualdades escolares e ocupacionais para o Brasil, e para as regiões Nordeste e Sul entre 2008 e 2015.

2- CONSTRUÇÃO SOCIAL DA RAÇA, FLUIDEZ E CLASSIFICAÇÃO RACIAL NO BRASIL

Como um conceito, a *raça* se desenvolve historicamente como conteúdo e como forma. Por conteúdo, tem-se a crença de que grupos raciais têm propensões inatas. A essa crença no “conteúdo”, dá-se o nome de *racismo*. Desde o século XV, quando ameríndios têm os primeiros contatos com europeus, são feitas elaborações teóricas acerca das capacidades de cada grupo racial (WIEVIORKA, 1995). O presente trabalho não tem intenção de retomar estes estudos², mas apenas pontuar que tais concepções, tidas como científicas, perduraram até a primeira metade do século XX, com diferentes abordagens e formas de institucionalização. Como conteúdo, portanto, a *raça* não tem nenhuma validade científica.

Como forma, porém, a *raça* perpassou o século XX e tem seus reflexos até os dias atuais. Embora a abordagem construtivista não veja predisposições inatas, grupos políticos organizados ou indivíduos em atividades cotidianas, continuam a se orientar em termos raciais. Dessa forma, as categorias são analisadas como um “produto” de relações localizadas no tempo e no espaço (GUIMARÃES, 1999). Isto é, ideias e categorias raciais não são as mesmas em 1900 ou em 2019, nem no Brasil, e nem em comparação aos Estados Unidos, à África ou à Europa³.

A genealogia da *raça*, como um conceito, tem como base as primeiras definições que tipificavam os agrupamentos humanos a partir de suposta ancestralidade comum (BANTON, 1979). Tais narrativas foram comuns no período entre o século XV e a década de 1940, momento em que o racismo científico passa a ser condenado internacionalmente, após a Segunda Guerra Mundial. Contudo, se as explicações biológicas se tornaram obsoletas, as retóricas políticas em torno da *raça* eram persistentes, e pesquisadores das ciências humanas passaram a se esforçar para compreender como surgem e qual o significado da *raça* no mundo contemporâneo (MAIO & SANTOS, 2015).

Para Quijano (2000), por exemplo, é a partir da chegada de europeus no continente americano, que noções de hierarquias raciais são estabelecidas, de maneira a legitimar a

² Para isso, ver Banton (1979).

³ Nesse sentido, esse trabalho é localizado no Brasil no século XXI, mas herda as discussões sociológicas que vão se consolidando a partir da década de 1930. Em tal período, o país fomentou suas noções de Estado e identidade nacional. A ideia de harmonia racial, por exemplo, é elaborada de maneira mais incisiva, em que cada “grupo” teria sua participação nas características nacionais (GUIMARÃES, 2008). Já as ciências sociais, entre 1930 e 1950, passam a desenvolver reflexões de maneira sistemática, como as fronteiras raciais, o papel da mestiçagem, e os mecanismos de classificação e de reprodução das desigualdades.

dominação dos povos que viviam no “Novo Mundo”. Desde então, a *raça* passou a ser um modo universal de classificação dos povos no mundo, fundamentando bases teóricas de divisões raciais.

Já para Mbembe (2017), a partir do século XV, quando africanos se tornam “mercadorias”, sua imagem é despida de história e de humanidade. A isso, o autor chama de *enfabulação* de África e de africanos, vistos como uma unidade no mundo erudito e popular. Ou seja, para Mbembe (2017) e para Quijano (2000), o contato, e a disparidade de poder, levou à criação de fronteiras⁴, e à subjugação de grupos de indivíduos a noções generalizáveis. Tanto no contexto latino-americano, quanto africano, a *raça* sintetiza tensões do mundo político e social⁵, como reforça Mbembe (2017):

... a *raça* não decorre unicamente de um efeito de percepção. Não diz respeito unicamente ao mundo de sensações. É também uma maneira de estabelecer e afirmar força e, sobretudo, uma realidade especular e uma força instintiva. Para que possa operar enquanto afecto, instituto e *speculum*, a *raça* tem de transformar-se em imagem, forma, superfície, figura, e, sobretudo, imaginário (MBEMBE, 2017, p. 65).

Esse imaginário sobre a *raça* nas sociedades modernas, a *raça* sedimentaria assim percepções sobre os outros nas representações, nos discursos, e nas instituições. Foucault (2007) ressalta que o universo simbólico se expressa através da linguagem, representações e classificações, e se associa a relações objetivas, com um pretense passado, “a partir do qual pode imediatamente construir coisa alguma com um saber” (FOUCAULT, 2007, p. 486). Ou seja, nesse sentido, a não-validade biológica da *raça* não torna impraticável sua compreensão, uma vez que ressoa em práticas sociais⁶.

⁴ A seção seguinte será dedicada mais atentamente à formação de fronteiras.

⁵ Para além de Quijano (2000) e Mbembe (2017), há diversas outras interpretações. Ambos trazem uma percepção localizada no tempo e no espaço. Para uma análise de um período mais recente, Zolberg e Woon (1999) comparam a situação de hispânicos nos Estados Unidos, e muçulmanos na Europa.

⁶ Weber (2005) aponta para a importância do real significado atribuído à *raça* e seus efeitos nas relações entre grupos. Para ele, independente da validade biológica, o sentido atribuído pelas comunidades poderia tornar a *raça* como um sentido de grupo comum (WEBER, 2005; WIEVIORKA, 1995; GUIMARÃES, 2016).

Mesmo com essa não-validade biológica, Guimarães (1999) advoga pela continuidade do estudo de tal termo e suas variantes, enquanto ele tiver efeitos práticos nas relações sociais. Tais efeitos práticos seriam advindos de processos históricos e políticos, que “(...) significa e simboliza conflitos e interesses, tendo como referência os diferentes tipos de corpos humanos⁷” (OMI & WINANT, 1994, p. 55, tradução minha). Portanto, a concepção adotada de *raça* a compreende como uma ideia construída socialmente subsidiária de conflitos e interesses políticos, localizadas e transformadas espacial e historicamente, com consequências práticas nas relações materiais.

Assim, surgem três questões acerca do estudo da *raça*, especificamente no campo sociológico, dado que não se está falando de um fenômeno objetivo: (i) como apreender tal fenômeno?; (ii) como ele se manifesta?; (iii) e, qual a sua importância? O restante dessa seção tem como objetivo discorrer sobre esses três pontos.

A concepção de *raça* apresentada anteriormente é manifesta em diversos aspectos da vida social. É usual, na sociologia, a apreensão do fenômeno do *racismo* como ideologia (WIEVIORKA, 1995), como práticas discriminatórias (PAGER, 2006), ou como práticas impregnadas nas estruturas e instituições (BONILLA-SILVA, 1999). Contudo, tais abordagens não são excludentes, e refletem diferentes perspectivas do fenômeno (CAMPOS, 2017). Logo, Campos (2017) propõe que a multiplicidade de olhares sobre o racismo reflète suas diversas facetas e manifestações, e deve ser compreendido como:

(...) um fenômeno social constituído pelas relações ontológicas entre: discursos, ideologias, doutrinas ou conjunto de ideais (cultura); ações, atitudes, práticas ou comportamentos (agência); estruturas, sistemas ou instituições (estrutura) (CAMPOS, 2017, p. 14).

Desse modo, a separação entre agência e estrutura pode ser feita para fins analíticos, mas não em termos ontológicos. A discriminação, por exemplo, é uma prática que se manifesta de maneira individual, mas tem causas estruturais que ajudam a apreender o fenômeno em seus aspectos mais diversos – desde a injúria racial ao racismo institucional.

⁷ Aqui, discorda-se apenas da ideia de “corpos humanos”, como se esses fossem neutros. As diferenças fenotípicas são compreendidas como construções sociais do que é considerado racial, conforme explorado por Wade (1993).

A resiliência da ideia de *raça* continua embasando diferentes formas de racismo. A transformação da definição de *raça* de “agrupamento humanos com origem comum” para a uma “construção social” não faz com que os estereótipos sejam desfeitos. Para Banton (1998), os usos dos termos raciais escondem essencializações atrás de um *presentismo*. Isto é, aponta-se exageros de classificações passadas, sem realizar autocrítica das formas atuais de classificação e dos sistemas racializados.

Tanto o *presentismo*, quanto as incongruências da construção social são exploradas por Morning (2011), que analisa e exemplifica como a *raça* é apropriada por argumentos construtivistas, mas também essencialistas e neo-essencialistas. A autora entrevista cientistas e professores nas áreas de antropologia e biologia nos Estados Unidos, além da análise de materiais didáticos. O argumento central consiste em demonstrar que a noção biológica ainda é muito presente naquele país, ao mesmo tempo que a ideia construtivista não é devidamente transmitida, se “perdendo na transmissão” entre a produção e a divulgação científica.

Morning (2011) define os discursos essencialistas e construtivistas como aqueles que pautam o pensamento científico, popular e midiático. Por essencialismo, se compreende a *raça* como a divisão de grupos com conjuntos de características herdadas, física e/ou psicologicamente imutáveis. Essa definição é importante pois, mesmo cientistas que não compactuam com tal perspectiva, apontam que grande parte da ciência é feita sob ela. Por sua vez, o construtivismo é tido como a forma como o conhecimento é construído, sendo um reflexo de discursos e práticas arraigadas. Logo, as categorias raciais, dadas como naturais pelos essencialistas, são vistas como algo criado pela interação humana (MORNING, 2011).

No ambiente popular, Morning (2011) exemplifica como o embate construtivismo-essencialismo é incorporado nas percepções. Segundo a autora, tais argumentos se combinam, não sendo necessariamente contraditórios por parte da população. Em um estudo conduzido na Geórgia, Condit (*et al.*, 2004) demonstram que para 61% de seus entrevistados a *raça* é determinada pela genética. Ao mesmo tempo, tais entrevistados também têm uma visão de que a categoria racial deve considerar traços físicos, culturais e histórico-sociais (CONDIT *et al.*, 2004). Ou seja, tratar de fenótipo, ao invés de genética, não desvincula *raça* e essência, mas são incorporados juntamente com argumentos de cunho construtivista.

Por fim, Morning (2011) destaca como a visão de cientistas essencialistas e neo-essencialistas encontra ressonância no mundo popular, político e econômico. Segundo a autora, as explicações de desigualdades entre grupos raciais são mais fáceis de serem mobilizadas através de uma visão essencialista. Trata-se de uma visão do “racismo *laissez-faire*”, pelo qual os direitos civis básicos conquistados pelas minorias são suficientes para que se tenha resultados

iguais entre brancos e não-brancos (BOBO & SMITH *apud* MORNING, 2011). Por essa perspectiva, as desigualdades resultariam de processos naturais, que desenrolariam em mercados livres e neutros, em que grupos minoritários recebem o que investem socioeconomicamente.

Desse modo, a *raça* se expressa no mundo popular e erudito. Cotidianamente, indivíduos continuam se classificando e classificando outros. Para Allport (1979), a classificação de indivíduos é feita quase como uma “necessidade intrínseca à natureza humana”, como uma forma de “encurtar caminhos cognitivos”, já que seria impossível partir da neutralidade em cada experiência interpessoal.

Apesar dessa leitura aparentemente essencialista de Allport, Fiske (2005) demonstra como este autor desmonta o argumento do preconceito como algo patológico. Segundo a autora, o fato de indivíduos automaticamente classificarem outros, e, conseqüentemente, agirem de maneira discriminatória, não quer dizer que seja natural. Desde Allport (1979) e do “princípio de normalidade”⁸, tem-se revelado jogos de motivações sociais e de cognição que explicam e frustram a concepção do preconceito como “natural” (FISKE, 2005). Isto é, se a socialização fosse feita com base em noções igualitárias, os estereótipos seriam outros.

Sustenta-se que a construção social da *raça* só pode ser compreendida dentro de um contexto histórico e geográfico específico. Para investigar a lógica classificatória, deve-se definir em quais estereótipos e fronteiras raciais ela é produzida e reproduzida. Como aponta Guimarães (2008), a especificidade da sociologia nos estudos sobre *raça* está na forma de estudo da constituição e manutenção de fronteiras simbólicas referidas como *raciais*.

A sociologia, assim, possui uma abordagem comparativa, de compreensão da forma pela qual categorias socialmente construídas, como *raça* e *gênero*, orientam a ação humana (WEBER, 2005), em contraposição à uma perspectiva universalista, preocupada em explicar os gatilhos cognitivos, mais próximo ao desenvolvido por Allport (HIRSCHFELD, 1996). Seguindo o clássico texto de Durkheim e Mauss (1999), em que se demarcou as classificações como atributo do pensamento coletivo, a sociologia se encarrega de compreender como marcadores sociais – *raça, etnia, gênero, nacionalidade* –, são construídas, operacionalizadas no cotidiano e se perpetuam ao longo do tempo.

⁸ O “princípio da normalidade” é um processo de subjetivação de noções por meio da socialização. Assim, os preconceitos étnicos e raciais seriam resultado de generalizações incorporadas. Isso é importante no debate da sociologia e da psicologia social, demonstrando que o fato da discriminação ser “imediate e penetrante (*pervasive*)”, ele não é natural (FISKE, 2005).

2.1 - Grupos raciais e suas fronteiras

Toda sociedade de um certo tamanho tem in-groups e out-groups. Só existe um in-group porque existem out-groups... cada um de nós é o centro de uma rede de in e out-groups... A distinção entre in e out pode ser traçada de várias maneiras e nada é mais importante, tanto para o estudioso da sociedade como para o educador, do que descobrir como essas fronteiras são estabelecidas e como podem ser alteradas de modo mais justo e correto (HUGHES apud VELHO, 2003, p. 108-109).

Pela abordagem construtivista, a *raça* representa uma realidade socialmente construída no contexto ocidental, com consequências reais. Essa seção, tem como objetivo apresentar em que consistem os grupos raciais, quais são os objetos de análise das ciências sociais, e como mensurar tais grupos em um contexto de uma realidade mutável.

As ciências humanas, segundo Wacquant (1997), devem abordar a *raça*, não como um fato em si, mas como um discurso construído. A aparente maleabilidade do discurso não deixa de fazê-lo persistente, resiliente e arraigado. *Raça* e racismo existem como taxonomias encarnadas em posições de poder, em instituições e em corpos. Logo, a ideia de *raça* se forma no discurso, que, por sua vez, retroalimenta a sua existência nessas instâncias⁹ (WACQUANT, 1997).

Em termos sociológicos, a *raça* é um objeto de pesquisa em torno (i) do que une indivíduos, e (ii) o que difere grupos raciais. No que se refere à primeira questão, aponta-se a *raça* como um marcador social balizado pela perspectiva weberiana. Isto é, como um elemento agregador, a *raça* importa ao ser um guia para a ação conjunta de determinado grupo de indivíduos (WEBER, 2005).

O presente estudo, contudo, foca na segunda questão. Para isso, insere-se um conceito central nas análises sociológicas: as fronteiras. Segundo Lamont e Mólnar (2002), as fronteiras são objetos sociológicos desde os clássicos, como os limites entre sagrado e profano, em Durkheim, ou as divisões de classe, em Marx. É por meio das fronteiras, que se separa unidades de análise, para entender recursos de aquisição e monopólio de status. Por isso, busca-se compreender como criam-se, mantêm-se, contestam-se e dissolvem-se fronteiras. Os atores sociais atualizam ou modificam as fronteiras *simbólicas* cotidianamente, nas classificações e

⁹ Pinho (2004), por exemplo, relata como estereótipos são retroalimentados. Em seu estudo, em Salvador, a autora relata como pessoas negras buscam se desvincular de estereótipos negativos, e, para isso, acabam se valendo de outras formas de estereotipagem, como o negro “bom músico” ou “bom de cama”, em que as características inatas não sejam negativas. Para a autora, isso demonstra características de como os estereótipos são noções vagas, pré-estabelecidas e naturalizantes, que fixam diferenças de difícil transposição (PINHO, 2004).

nas práticas, enquanto as fronteiras *sociais* só se estabelecem, quando as primeiras têm um amplo grau de convenção (LAMONT & MÓLNAR, 2002). Esse trabalho, então, tem as fronteiras raciais como objeto de estudo, analisando sua dinâmica a partir de variações socioeconômicas, contextuais e regionais no Brasil.

Sobre as fronteiras, três trabalhos são fundamentais para compreender a sua formação, seus significados e sua reprodução: Blumer (1958), Barth (1998), e Elias e Scotson (2000). Cada um deles possui uma abordagem teórica diferente, que, porém, convergem nos aspectos da manutenção das classificações.

Para Blumer (1958), as fronteiras raciais resultam de processos coletivos e hierarquizados, chamados de *sentido de posição de grupo*. O sentido de posição de grupo é algo imperativo, que suplanta a agência individual pelo comportamento do grupo. A definição e a manutenção dessa relação posicional entre os grupos, perpassa por um processo comunicacional difuso e persistente, impulsionado por pessoas públicas, e ressoam cotidianamente entre as “pessoas comuns”. Como resultado, a imagem do grupo subordinado é abstrata, baseada em discursos, ao invés da experiência. Portanto, Blumer (1958) define o preconceito racial como uma emergência da interação entre grupos, que se desenvolve no plano comunicacional e abstrato, e se reflete nas interações, criando elementos que categorizam, separam e subjugam grupos subordinados¹⁰.

Segundo Blumer (1958), as fronteiras raciais emergem e se mantêm por processos comunicativos entre e intra-grupo. Para Elias e Scotson (2000), a comunicação também tem um papel importante, em que a fofoca, por exemplo, contribui para a manutenção das fronteiras. Porém, mais importante ainda, é a configuração social como elemento criador de fronteiras. Por configuração social, os autores resgatam uma noção durkheimiana de coesão social. No caso específico da comunidade de Winston Parva¹¹, a chegada de um novo grupo vizinho, cria mecanismos de exclusão e estigmatização baseados na coesão social.

A comunidade analisada por Elias e Scotson (2000) é tratada como um microcosmo para a análise da criação e da manutenção de fronteiras grupais. Sem nenhum marcador típico das análises sociológicas – nacionalidade, etnia, raça, escolaridade –, eles descrevem como as

¹⁰ Segundo Blumer (1958), o resultado do preconceito racial leva a comportamentos e sentimentos de: (i) superioridade por parte do grupo dominante, (ii) de estranheza e afastamento com relação aos subordinados, (iii) direito e propriedade sobre privilégios e vantagens, e (iv) medo de que o grupo subordinado abrigue pretensões de poder sobre os dominantes (BLUMER, 1958).

¹¹ Nome fictício da comunidade estudada por Elias e Scotson (2000) em *Os Estabelecidos e os Outsiders*.

divisões emergem de configurações sociais ¹². Em um cenário em que as condições objetivas não são tão distintas, a insistência em aspectos como a fofoca e a etiqueta são maiores, visando a manutenção das fronteiras ¹³.

Desse modo, fronteiras simbólicas dizem respeito aos limites e a categorização de indivíduos e seus grupos. Fredrik Barth (1998 [1969]), porém, demonstra que elas não são equivalentes a costumes e práticas dos grupos. Segundo Barth (1998), a definição dos grupos étnicos/ raciais era dada pelo compartilhamento de aspectos biológicos, culturais, com comunicação e interação próprias, que permitiam aos membros identificarem e serem identificados. Contudo, essa visão foi considerada estática, como se os grupos existissem de maneira isolada. Barth (1998), então, busca aspectos que definem os grupos étnicos, para além de seu conteúdo, e se repetem em diferentes contextos. Segundo o autor, os atores sociais destacam suas características étnicas quando confrontados com outros, em momentos de contato e interação, nos quais são definidos quem é membro e quem é estrangeiro. Portanto, o foco da demarcação étnica está na fronteira simbólica, ao invés do conteúdo e das práticas internas a eles.

A fronteira simbólica, então, pode ser dissociada de uma pretensa consubstancialidade biológica ou cultural. Em períodos modernos, em que predomina o cosmopolitismo, os grupos étnicos continuam persistentes, pois, segundo Barth (1998), elas não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação, mas justamente se fortalecem nesses contextos.

Barth (1998), portanto, demonstra e sugere que o foco de análise das ciências sociais seja o histórico de formação dos grupos, e principalmente, quais argumentos embasam e justificam as fronteiras. Blumer (1958) e Elias e Scotson (2000) partem de um olhar semelhante, de que os grupos se formam não por critérios objetivos ou inerentes ao grupo, mas

¹² Apesar de Elias e Scotson (2000) lançarem mão de uma perspectiva mais durkheimiana de coesão social, tal abordagem também se assemelha ao apontado por Weber (2005). Segundo este autor, o contato entre dois grupos distintos – principalmente em um cenário de competição – faz com que quaisquer símbolos e sinais sejam tomados como inatos, étnicos ou raciais, o que acaba por reforçar as divisões. Nesse mesmo sentido, Mbembe (2017) identifica semelhanças entre os séculos XIX e XXI, nos quais o tema étnico se torna mais usual, uma vez que há tensões em torno da imigração, por exemplo. Para este autor, independente de qual o motivo atribuído – seja raça, etnia, cultura ou religião – as fronteiras e os estereótipos são apontados sobre os “indesejáveis” (MBEMBE, 2017).

¹³ Nesse sentido, contato entre *in-group* e *out-group* é tenso e gera a emergência ou reforço de fronteiras. Trata-se de formas recorrentes de demonstração de fronteiras na sociologia: Se na área de estratificação social, a mobilidade é um indicador de igualdade, outras formas de mobilidade podem servir como tal. As mobilidades geográficas (no dia a dia ou na imigração) e familiares (casamento inter-raciais) fazem com que grupos sociais sejam colocados constantemente em contato, sendo situações que as fronteiras são evocadas, colocadas à prova e atualizadas.

pela interação. É através da interação que os grupos se criam, recriam e explicitam a lógica de formação.

Blumer (1958), Barth (1998) e Elias e Scotson (2000) apresentam muitas semelhanças nos processos de formação de fronteiras, mesmo com diferenças teóricas. Apesar do foco ser, respectivamente, comunicação, interação e configuração social, os três trabalhos destacam como o contato e a proximidade com o “outro” leva à formação de fronteiras ou seu enrijecimento. Além disso, os três citam como os limites entre grupos levam à formação de classificações exclusivas, ao mesmo tempo que coexistem com outras diferenças, como classe.

O limite entre os grupos é dado por categorias. Como aponta Jenkins (2008), os agentes se veem, e veem os demais, em grupos excludentes. Em momentos de contato, marcadores de distinção, como raça e etnia, passam a ser mais importantes, e indivíduos de classes distintas, passam a fazer parte de um só grupo racial (BLUMER, 1958). Assim, são esses grupos que os cientistas sociais tentam mensurar por meio de categorias.

No caso da *raça*, há uma ambiguidade nos usos das categorias. Wacquant (1997) e Loveman (1999) chamam atenção para as diferenças entre os termos nativos e os termos analíticos. Para o primeiro autor, por exemplo, Le Pen, ser considerado pela população como racista na França revela, parcialmente, que há uma compreensão geral do que se está considerando *raça* e *racismo* (WACQUANT, 1997). Por outro lado, quando o IBGE estabelece o uso da categoria *parda* sendo que *morena* é mais utilizada no cotidiano, é uma imposição de categorias analíticas que não são completamente sobrepostas ao cotidiano (HARRIS & KOTAK, 1963).

Critica-se, portanto, a suposição de que termos analíticos são também termos práticos. Segundo Loveman (1999), ao tratar categorias como grupos, pressupõe-se que haja certa racionalidade comum a um grupo racial, sem considerar o contexto espacial e temporal que cada análise se encontra. Para Brubaker e Cooper (2000), esse uso indiscriminado de categorias identitárias – etnia, estado, gênero, raça – faz com que “identidade” tenha se tornado um conceito sociologicamente sem significado, em determinados casos, que poderiam ser substituídos por outros, como “grupos de pressão” ou “grupos linguísticos” (BRUBAKER & COOPER, 2000).

Contudo, quando se utiliza categorias descoladas do cotidiano, reifica-se categorias, sem trazer compreensões acerca de seu sentido prático. Quando Moraes Silva e Leão (2012) desmembram a categoria censitária *parda* de acordo com os sentidos sociais dado pelos

próprios indivíduos, dá-se sentido prático à categoria analítica¹⁴. Desenhos de pesquisa que reconstruem o processo classificatório buscam cumprir o que Wacquant (1997) sugere como formas de forjar arcabouços analíticos para se compreender a criação, a perpetuação e a transformação da *raça* e suas categorias ao longo do tempo e do espaço.

Portanto, a *raça* e as *categorias raciais* não pairam espacial e temporalmente de maneira estática. Ao se falar de cada um desses termos, deve-se ter em mente que se trata de formas de sistematização e apreensão de fronteiras simbólicas e sociais. Assim, tanto fronteiras, quanto categorias, variam entre indivíduos, grupos, perfis socioeconômicos e recorte geográfico.

Na presente tese, assume-se o uso de categorias analíticas. A análise de suas variações, contribui para compreender os processos classificatórios, e como indivíduos são vistos racialmente em diferentes situações de status e região. Por meio da variação classificatória, revela-se como as fronteiras raciais são associadas a aspectos contextuais (por status ou região) e às medidas de desigualdade.

2.2- Classificação racial e fluidez

Categoriais sociais mensuram fronteiras existentes em diversos contextos da vida cotidiana. Assim como regras de comportamento são apreendidas e guiam ações, em nível rotineiro ou institucional (GOFFMAN, 2010), a categorização faz com que “se encurtem caminhos cognitivos”, como sugerido por Allport (1979). Trata-se de mecanismos socioculturais para criar e manter um “mapa de navegação social” (VELHO, 2003, p. 110), dada a contextualização prévia de situações, pessoas e grupos. Nesse caso, no entanto, a classificação não trata apenas de “forma”, mas implica em consequências objetivas, como tratamento, discriminação e privilégio.

As classificações raciais já tiveram diferentes papéis no mundo, inclusive em episódios obscuros. Nos Estados Unidos e na África do Sul, foram base para leis segregacionistas (MARX, 1998). Na América Latina, utilizou-se das classificações para propagandear um pretense branqueamento da população latino-americana ao longo dos anos, como sinalização de *civilidade* para os países centrais (LOVEMAN, 2014). Atualmente, as

¹⁴ Ressalta-se que o desenho metodológico adotado pelas autoras consiste em entrevistas em profundidade com indivíduos que se classificaram como *pardo* dentre as categorias disponíveis no censo demográfico brasileiro. Em suma, observa-se heterogeneidades relevantes dentro de um mesmo termo analítico (MORAES SILVA & LEÃO, 2012).

classificações continuam sendo relevantes, seja no nível institucional (FRANCIS & TANNURI-PIANTO, 2012) ou seja no nível cotidiano, em episódios de tensões e discriminação (NOGUEIRA, 1998; FRY, 1995/1996) ¹⁵.

O desafio, portanto, consiste em adotar formas mais adequadas de medir categorias usuais no dia a dia. Na Conferência de Durban, países signatários na ONU (2001) sugerem a autoclassificação como forma de identificação dos grupos ao redor do mundo. Isso tem contornos éticos, como formas de autodeterminação, e o intuito de reduzir opressões. De maneira geral, isso já era recorrente em coletas de representatividade nacional, como o Censo e a PNAD, no Brasil. No entanto, quais são as implicações das formas de apreensão das categorias raciais?

Apesar do uso difuso da identificação em *surveys* e em pesquisas oficiais, outras formas de classificação são possíveis ¹⁶. Análises que combinam autoclassificação em categorias fechadas (“formato IBGE”) com a classificação do entrevistador apontam inconsistências entre a forma como o indivíduo se vê e como ele é visto por outros (TELLES & LIM, 1998; SILVA, 1999; DOYLE & KAO, 2007; CAMPBELL & TROYER, 2007; 2011; CHENG & POWELL, 2011; MUNIZ, 2012). Outras inconsistências são observadas também, quando mudanças classificatórias são observadas ao longo do tempo (CARVALHO *et al*, 2004; BRUNSMA, 2006; SAPERSTEIN & PENNER, 2012; MIRANDA, 2014; 2015).

A análise da inconsistência classificatória, porém, não é um fato autocontido. Elas, em geral, sinalizam processos correntes em determinados contextos. Ao analisar tensões sociais e políticas em torno de muçulmanos na Europa, e hispânicos na Califórnia, Zolberg e Woon (1999) questionam quem “pode” se tornar membro de uma sociedade, e quais as condições para esse pertencimento? Os autores, então, pontuam três formas pelas quais as fronteiras simbólicas são alteradas ou cruzadas. A primeira delas, *individual boundary crossing*, o indivíduo faz pequenas mudanças no comportamento, sem alterar a estrutura de definição sobre *insiders* e *outsiders*, como passar a falar a língua local, naturalizando-se ou mesmo se convertendo religiosamente. A segunda forma, *boundary blurring*, identidades vão se tornando híbridas, de

¹⁵ No nível institucional, as classificações raciais são utilizadas para o direcionamento de políticas com recortes raciais, além de ser um critério para a adesão às Ações Afirmativas Raciais no ensino superior brasileiro, por exemplo. No nível cotidiano, relatos de discriminação são recorrentes no mercado de trabalho, em situações de consumo, e até mesmo no reflexo em estatísticas sobre casamentos inter-raciais (FRY, 1995/1996; GULLICKSON & TORCHE, 2014; MORAES SILVA & REIS, 2015).

¹⁶ Morning (2008) analisa a presença da pergunta racial em 141 países do mundo. Apesar de apenas 15% deles se referirem ao termo *raça*, grande parte também utiliza *etnia* junto com termos *branco*, *preto*, *caucasiano*. Brasil e Moçambique são citados como ex-colônias portuguesas que se referem ao fenótipo.

maneira que se aceitam pluralidades em termos religiosos, linguísticos ou jurídicos. Por fim, a terceira negociação ocorre pela redefinição das fronteiras, *boundary shifting*, em que regras de pertencimento ou exclusão de uma dada categoria são alteradas.

Tais processos de reclassificação também são analisados em Porto Rico, entre os censos de 1910 e 1920 (LOVEMAN & MUNIZ, 2007). Segundo os autores, o incremento significativo de brancos resultou de processos individuais e culturais – *boundary crossing* e *boundary shifting*, respectivamente. Por *boundary crossing*, estariam processos individuais de reclassificação, impulsionados por motivos de ascensão social, casamento inter-racial, miscigenação ou outro. Já o *boundary shifting* ocorreria por mudanças em nível cultural, como um enfraquecimento dos critérios que seriam levados em consideração para se classificar racialmente. Assim, demonstra-se que, apesar de haver variações em níveis individuais, a principal explicação para o aumento dos brancos em Porto Rico seriam mudanças culturais ocorridas no intervalo entre 1910 e 1920.

As reclassificações em Porto Rico, fizeram com que Loveman e Muniz (2007) explorassem variações na compreensão racial naquele contexto. Tais estratégias metodológicas, que medem inconsistências classificatórias, permitem compreender sentidos da classificação em determinado contexto. Campbell e Troyer (2007), por exemplo, demonstram como a inconsistência da classificação de jovens indígenas norte-americanos influencia em resultados psicológicos, como depressão ou sensação de solidão. Segundo as autoras, o achado está justamente na inconsistência, uma vez que os jovens que se veem como indígenas, mas não vistos como tal por observadores externos, refletindo sensações de deslocamento e desenvolvimento de tais doenças/ sintomas.

Nesse mesmo sentido, Roth (2010) demonstra que, no caso dos hispânicos nos Estados Unidos, as inconsistências refletem como eles se veem, como são vistos, e, ainda, como eles pensam ser vistos racialmente pelos demais. Dessa maneira, a combinação de classificações dá ao pesquisador um retrato mais completo das diferentes dimensões raciais. Como cita Roth (2010), por exemplo, para o estudo da discriminação, saber como os outros veem um indivíduo, é mais importante do que como ele se vê.

As reclassificações raciais contribuem para analisar com quais características, em quais contextos e circunstâncias, uma categoria racial tem maior ou menor adesão (ROTH, 2010; MUNIZ, 2010; SAPERSTEIN, 2012; VARGAS, 2014; CAMPBELL *et al.*, 2016). Assim, a *raça* deixa de ser vista como uma característica individual fixa. Mesmo que o discurso de “raça como construto social” seja comum nas ciências sociais, sua mensuração nem sempre captura as complexidades da classificação. Como aponta Muniz (2010), mesmo com o amplo

uso da variável raça em estudos quantitativos, é necessário questionar as categorias raciais e suas aplicações (MUNIZ, 2010), de maneira que as inconsistências são lançadas como estratégia metodológica.

Não obstante, tal concepção construtivista tem sido incorporada dentro da sociologia¹⁷. Às variações classificatórias, foi dado o nome de fluidez racial (SAPERSTEIN & PENNER, 2012). Os autores encontram maiores probabilidades de reclassificação entre indivíduos que experimentaram situações de encarceramento, desemprego ou pobreza. Analise-se, principalmente, a probabilidade de reclassificação para a categoria preta.

A ideia de fluidez racial dialoga com a compreensão da raça como um construto social. Segundo crítica de Saperstein e Penner (2012), muitos autores consideram a classificação como algo construído no nível macro (*societal*), mas não no nível individual, tratado como algo estático. No nível macro, é possível observar como padrões definem fronteiras e simbolismos (OMI & WINANT, 1994; IGNATIEV, 1995; BARTH, 1998). Ignatiev (1995), por exemplo, demonstra que, no final do século XIX, irlandeses nos Estados Unidos compunham uma categoria à parte, diferentemente dos outros imigrantes ingleses ou alemães. Contudo, a partir do século XX, os irlandeses adotaram estratégias para serem vistos como brancos, de maneira a se desvincularem das características de *outsiders*. Nesse sentido, adotou-se formas de contraposição entre “nós brancos” contra “eles negros” (IGNATIEV, 1995).

No nível individual, os padrões classificatórios se tornam manifestos. Isto é, os indivíduos cruzam fronteiras raciais, intencionalmente ou não, conforme padrões temporais (LOVEMAN & MUNIZ, 2007), disponibilidade de categorias (SILVA, 1999; MORAES SILVA & LEÃO, 2012), adequação a determinadas situações (SANSONE, 2003), entre outros aspectos contextuais.

Classificar ou identificar-se racialmente é um processo dialógico entre indivíduo e contexto. No Brasil, isso já é observado e analisado desde, pelo menos, a década de 1950, quando Wagley (1952) aponta situações em que a “branquitude” de alguns indivíduos da elite era incontestável, mesmo apresentado características tidas como mestiças. No nível individual, Hutchinson (1952) demonstra como uma característica – como o cabelo liso – era suficiente para uma pessoa se identificar como “cabo verde” ao invés de “negra”.

¹⁷ Na antropologia, a busca por compreensão dos cálculos cognitivos referentes à classificação racial é observada desde a década de 1950, com os estudos da Unesco no Brasil (WAGLEY, 1952) e os diversos estudos de Marvin Harris (1952; 1964; *et al.*, 1993) que se seguem.

Desse modo, perguntas que circundam a temática da fluidez são: o que é considerado racial em determinadas circunstâncias? Apenas as características físicas são suficientes para definir a classificação? Segundo a perspectiva da fluidez racial, a classificação varia por tempo e espaço seguindo lógicas distintas, cabendo ao pesquisador desvendá-las. A literatura especializada, então, destaca três elementos a serem considerados: quem está classificando, como/ quando a classificação está sendo feita, e onde a relação está sendo estabelecida. Posteriormente, esses três pontos serão abordados na seção 2.3.2, com enfoque especial no contexto brasileiro.

2.3 – Classificação e Reclassificação Racial no Brasil

A ideia de *raça* é central para a identidade nacional brasileira. Para aqueles que não veem tensão racial no país, isso decorre da boa convivência entre grupos de diferentes origens, e a falta de restrições legais desde a escravidão (FREYRE, 1987 [1933]; KAMEL, 2006). Outros, observam que a construção da identidade nacional se deu por meio da opressão europeia sobre os grupos indígenas e africanos que, juntos, compõem a “fábula das três raças” (SKIDMORE, 1976; DAMATTA, 1987; ANDREWS, 1998; SCHWARCZ, 2012). Ou seja, independentemente da visão ideológica, dos fatos abordados e da análise final, a *raça* possui um papel central para o país.

A análise, porém, pode partir de diversos recortes temporais. Freyre (1987) e Holanda (1996), por exemplo, destacam a acomodação dos papéis dos grupos *raciais* durante a colonização. Já Guimarães (2016), aponta que o pós-colonialismo no Brasil se inicia em 1822, mas até a Abolição (em 1888), as mudanças em termos raciais são lentas e paulatinas. Em termos teóricos, a presente análise se concentra em conceitos e problemas surgidos a partir da década de 1930, quando o pensamento social brasileiro consolida noções fundamentais para a análise das relações raciais: mestiçagem, democracia racial e ideologia do embranquecimento. Isto é, tais termos surgem antes de 1930, mas é a partir desse ponto, que intelectuais elaboram hipóteses e teorias em resposta ao *racismo científico*, e dão uma perspectiva do futuro racial do país (LOVEMAN, 2009; SCHWARCZ, 2012).

A mestiçagem é tida com um ponto central ao debate brasileiro que, posteriormente, dialoga com os outros dois termos – democracia racial e ideologia do embranquecimento. No final do século XIX, o *racismo científico* se desenvolvia de maneira acelerada na Europa (WIEVIORKA, 1995), e a perspectiva de cientistas europeus não era positiva com relação à

mestiçagem. Previa-se que descendentes de raças miscigenadas seriam degenerados, e a população brasileira seria um bom exemplo disso – segundo Gobineau, “(...) mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia” (RAEDERS *apud* SCHWARCZ, 2012, p. 17). A miscigenação, portanto, levaria a uma degenerescência somática que prejudicaria as características positivas que houvessem nos ascendentes ¹⁸.

A visão negativa da mestiçagem, porém, se altera com o passar do tempo para uma visão positiva. Para Guimarães (1999), o “Brasil mestiço” foi pensado em uma lógica em que a mestiçagem entre negros, indígenas e brancos levaria a uma “reversão” das características negativas. Dessa forma, teorias eugenistas e deterministas foram adotadas e reinterpretadas desde sua proposta original. Segundo Schwarcz (2012), o que os cientistas brasileiros fizeram a partir do final do século XIX, foi criativo e original, na medida em que eles criam teorias que têm como base a hierarquia natural das raças, mas não veem a mestiçagem como uma inviabilização da nação:

Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematisassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e “aperfeiçoamento”, obliterando-se, portanto, em teorias formalmente excludentes, usos e decorrências inusitados e paralelos, transformando modelos de difícil aceitação em teorias de sucesso (SCHWARCZ, 2012, p. 24-5).

Essa transformação da ideia de miscigenação no Brasil, porém, não possui representação igualitária entre as raças. A miscigenação é vista como favorável, desde que se direcionasse para o embranquecimento somático da população – tanto que a imigração europeia foi vista de maneira positiva e incentivada próximo à virada para o século XX (SKIDMORE, 1976).

¹⁸ Munanga (1999) faz um apanhado sobre a construção da mestiçagem no Brasil. Como demonstra, próximo à virada para o século XX, Silvio Romero via o brasileiro como tipicamente mestiço, seja no sangue, seja nas ideias. Com o passar do tempo, haveria uma raça tipicamente brasileira e totalmente mestiça. Nina Rodrigues, por outro lado, acreditava que isso levaria à degenerescência do povo, dado os diferentes estados psíquicos desenvolvidos pelos grupos raciais. Com base em Spencer, ele aponta como a mestiçagem levou a uma raça de “má qualidade”, reforçada pelos colonizadores terem sido de um país europeu dos mais atrasados, pelo insucesso da catequese, pelo calor excessivo e pela riqueza do solo.

Se a discussão racial, em termos biológicos, surge no Brasil por volta de 1870, no campo sociológico ela surge substancialmente a partir da década de 1930, quando o eugenismo declina como ideologia. Gilberto Freyre (1987) muda o foco da discussão de raça para cultura. Nesse sentido, Freyre traz uma perspectiva mais amistosa da construção da identidade nacional que, porém, mantém intocadas as noções de superioridade e de inferioridade (SCHWARCZ, 2012). A mestiçagem no Brasil é bem aceita como um devir de embranquecimento, e o mestiço, como a “raça típica brasileira”, desde que mais branco.

No fim do século XIX e início do XX, as perspectivas de embranquecimento da população brasileira ganham um novo capítulo. O país recebe um grande fluxo de imigrantes europeus e japoneses, que reflete as aspirações raciais da época, ao mesmo tempo que estimula as formulações acerca da harmonia racial. Nesse período, o estímulo à vinda desses grupos se torna uma política de Estado, de maneira que expedições são enviadas à Europa e à Ásia como forma de analisar quais as nacionalidades mais desejáveis para o país (SEYFERTH, 1996). Dessa forma, políticos e intelectuais brasileiros se mostram entusiasmados com a possibilidade de incrementar o “estoque racial branco” do país com a vinda desses imigrantes (SKIDMORE, 1976).

A mestiçagem assume, novamente, um papel central na perspectiva de aceleração do processo de embranquecimento somático da população. Segundo Seyferth (1996), para se pensar o “tipo nacional” desejado, era necessário privilegiar os grupos que o comporiam. A partir do momento em que a imigração se torna uma política de governo, passa-se a hierarquizar quais grupos são mais desejáveis – como os alemães e italianos –, ao passo que chineses e hindus poderiam representar o travamento desse processo, e africanos não eram nem citados em tais relatórios (SEYFERTH, 1996).

Esse breve apanhado histórico busca localizar a origem de determinadas noções que marcam as relações raciais nos dias atuais. Elas demonstram como a ideologia do embranquecimento e a democracia racial se formaram em um nível institucional. Nesse período, localizado próximo à virada para o século XX, o Estado e os intelectuais brasileiros conseguiram partir de uma visão externa negativa com relação à miscigenação, para uma visão positiva com relação à harmonia racial (SCHWARCZ, 2012). Segundo Oliveira Vianna, era possível observar um *melhoramento* na população, através de “excelentes efeitos da seleção étnica” (OLIVEIRA VIANNA *apud* LOVEMAN, 2014), e, ao contrário das previsões de Lapouge e Le Bon (antropólogos físicos e pessimistas quanto ao futuro racial brasileiro), o brasileiro tinha “razões para sorrir” (LOVEMAN, 2014).

Contudo, essa interpretação das relações raciais no Brasil não se restringe aos anos 1930. A partir dos anos 1960, a harmonia racial vira um dilema. Enquanto nos meios populares tal ideia persiste, acadêmicos brasileiros e estrangeiros passam a desvendar desigualdades sistemáticas (WAGLEY, 1952; CARDOSO & IANNI, 1960; COSTA PINTO, 1998; NOGUEIRA, 1998; FERNANDES, 2008). Com diferentes abordagens, esses estudos passam a elaborar a democracia racial, não como uma realidade, mas, como apontado posteriormente, um devir universalista (FRY, 1995/1996; GUIMARÃES, 2006; MORAES SILVA & REIS, 2015).

Os estudos conduzidos por pesquisadores financiados pela UNESCO (MAIO & SANTOS, 2015) trazem uma variedade de interpretações sobre as relações raciais no Brasil. De maneira geral, Florestan Fernandes (2008), e outros pesquisadores uspianos (CARDOSO & IANNI, 1960; BORGES PEREIRA, 1967), reconstróem a sociedade de classes brasileiras, buscando compreender de qual maneira a *raça* ainda é uma clivagem relevante em uma ordem, teoricamente, racional e competitiva. Para Fernandes (2008), a sociedade de classes no Brasil ainda se encontrava em estado incompleto, já que não produzia nem igualdade de tratamento, nem solidariedade de classe, tendo como resultado valores morais diversos (FERNANDES, 2008).

Costa Pinto (1998), por sua vez, explora a formação de *Atitudes, Estereótipos e Relações de Raças*, conforme capítulo de sua obra. Para o autor, o *criptomelanismo* brasileiro se diferenciava do norte-americano em intensidade, mas não em substância. As relações pareciam mais amenas, porque, por décadas, os contrapontos foram os Estados Unidos segregacionistas, ou a Alemanha hitlerista. Ou seja, o racismo no Brasil não parecia tão rígido quanto esses contrapontos extremos.

Contudo, ao analisar um *survey* aplicado em escolas cariocas, Costa Pinto (1998) observa as peculiaridades brasileiras. Dado o grande distanciamento entre brancos e pretos, estes últimos eram vistos como inferiores, porém, não como ameaças. Os pretos eram descritos em termos de benevolência, em que deveriam ser cuidados. Já os pardos, socialmente *mais próximos*, eram tidos com hostilidade, sendo atribuído a eles características como traidores, falsos ou hipócritas. Os termos alternativos – *mulato, moreno, roxo, escurinho* – são como “concessões honrosas”, dadas individualmente, sem deixar, porém, que se esqueça que há “algo de negro” nesses interlocutores (COSTA PINTO, 1998).

Dessa forma, Fernandes (2008), Costa Pinto (1998), e outros autores, apresentam contrapontos à democracia racial, colocando-a em cheque. O “projeto UNESCO”, que começa com o objetivo de entender os mecanismos de solidariedade inter-racial, desemboca em

questionamentos acerca da resiliência do preconceito racial e da ausência de conflitos. Como aponta Hasenbalg (2005), ao mito da democracia racial, pode-se atribuir a falta de reconhecimento das desigualdades e da atuação política. Isto é, as construções nacionais em torno da *raça* e da harmonia racial, não se dão apenas em um nível histórico e institucional, mas nas consciências coletivas e individuais até os dias atuais ¹⁹.

Em nível cotidiano, Twine (2001) analisa as expressões e a manutenção da democracia racial, através de práticas e discursos. Segundo a autora, a resiliência dessas práticas pode ser melhor compreendida a partir do estratagema bourdieusiano de *doxa* (significação e construção lógica do mundo), *ortodoxia* (discurso rígido, conservador, que retorna ao discurso mais puro e ingênuo), e *heterodoxia* (confrontação do *status quo*, tido como uma heresia). Ou seja, rotineiramente, indivíduos atualizam as estruturas através do discurso, articulando esses três termos. A profunda desigualdade social, por exemplo, faz com que o fato de haver brancos pobres, seja uma explicação para a pretensa inexistência de racismo no país (TWINE, 2001).

A perversidade da democracia racial – e, em partes, o seu sucesso enquanto legitimador das desigualdades raciais –, está no fato de ser incorporado de maneira individualizada (TWINE, 2001; MORAES SILVA & REIS, 2015). O conflito, nem sempre passa para o debate público, e, para contornar o preconceito, indivíduos negros adotam outras práticas ou aspirações, como, por exemplo, a autosegregação de lugares e ocasiões onde episódios de discriminação são mais prováveis de ocorrer (BORGES PEREIRA, 1967; TWINE, 2001). A busca por “embranquecer-se” também se torna uma aspiração, principalmente com relação aos filhos. Com o objetivo de evitar que filhos passem por situações similares de discriminação, estimula-se e espera-se que o branqueamento das características físicas dos filhos reduza tais situações, sendo que relacionamentos inter-raciais são estimulados, ou, no caso de famílias brancas, evitados (TWINE, 2001; HORDGE-FREEMAN, 2015).

Tal valorização da estética branca não fica apenas no nível ideológico, mas apresenta-se como sobrecarga aos grupos preto, pardo e indígenas. Como demonstram trabalhos sobre casamento inter-racial (TELLES, 2003; COSTA RIBEIRO & SILVA, 2009; TOMÁS, 2012; GULLICKSON & TORCHE, 2014), a barganha para romper a barreira da homogamia leva em consideração outras variáveis socioeconômicas, como escolaridade ou o gasto maior

¹⁹ Munanga (1999) vê no discurso em torno da mestiçagem, o esvaziamento político da *raça* no Brasil. A ideologia da mestiçagem constitui uma faceta do racismo integralista brasileiro. Logo, a identidade nacional está relacionada com a mestiçagem, à medida que se possui a ideia de que os brasileiros compartilham características comuns, a ponto de negar o racismo. Isso leva a uma situação, por exemplo, em que aqueles que buscam um caminho antirracista, baseado no diferencialismo, seja afastado ou constrangido.

em horas de trabalho doméstico, quase sempre pendendo para o lado do par de pele mais escura da relação. Dessa maneira, ideologia do embranquecimento e democracia racial não são apenas políticas de Estado localizada no passado, mas permeiam o imaginário, e são incorporadas em práticas rotineiramente atualizadas.

Em nível institucional, a adoção de ações afirmativas revive argumentos centrais do debate em torno da ideologia do embranquecimento e da democracia racial. Dentre aqueles que se contrapõem a tais medidas, aponta-se nelas um potencial tensionamento das divisões raciais, de maneira a derrubar as bases da democracia racial como um devir universalista (MAGGIE, 2008). Por outro lado, seus defensores sustentam que, apesar de pequenos traços multiculturalistas, o principal objetivo consiste na justiça social, mesmo que seja apenas um dos passos para esse objetivo (FERES JÚNIOR & CAMPOS, 2016).

Apesar do histórico desses temas centrais – mestiçagem, ideologia do embranquecimento e democracia racial –, eles são recorrentes no debate brasileiro atual. Em torno da adoção de ações afirmativas para o acesso no ensino superior, Feres Júnior e Campos (2016) demonstram que os argumentos giram em torno, justamente, de uma visão multiculturalista, ou de justiça social. As relações raciais no Brasil, portanto, perpassam pelas contradições da busca por uma identidade nacional de um país multicultural e desigual. A democracia racial e a ideologia do embranquecimento, balizadas pela ideia de uma mestiçagem difusa na sociedade brasileira, permeiam o imaginário social há, aproximadamente, um século. Nesse cenário, o Brasil convive com uma ideologia de pretensão harmônica, juntamente com uma desigualdade racial persistente. Sem a compreensão desse histórico e suas expressões cotidianas, a análise das classificações raciais se torna um exercício inócuo.

2.3.1 – O Sistema Classificatório Brasileiro

Todo sistema classificatório tem sua lógica interna, e cada sociedade é, portanto, escrava e senhora, ao mesmo tempo, do sistema classificatório que preside sua existência. A classificação não é uma essência, e o social é sempre uma construção (MAGGIE, 1996, p. 226).

A *raça* teve papel de destaque dentro da identidade nacional brasileira, e para aqueles que idealizaram seu projeto de modernidade. A mestiçagem se tornou uma força extra, em resposta às previsões pessimistas vindas de fora. Se na França as fronteiras raciais são desenhadas de maneira a exaltar sua democracia e, na Alemanha, suas origens comuns

(SOMMER, 1991), na América Latina, as ficções fundacionais perpassavam pela pluralidade como mito de origem, e pela miscigenação como via de desenvolvimento (LOVEMAN, 2014).

Desde as últimas décadas do século XIX, os censos e as estatísticas oficiais coletadas no Brasil se mostravam mais voltadas para um público externo do que propriamente interno. Segundo Loveman (2014), a coleta de dados raciais continha em si uma perspectiva evolucionista, que ficava evidente nos relatórios de Oliveira Vianna, que exaltava o aumento da população branca entre 1872 e 1890²⁰. Com isso, assegurava-se à intelectualidade local, e ao público externo que, de fato, tratava-se de um Estado moderno.

Desde então, a coleta oficial das categorias raciais no Brasil contempla um número de opções relativamente baixo e estável ao longo do tempo. Entre 1872 e 2010, sete categorias foram utilizadas, sendo, no primeiro: branca, preta, parda e cabocla. Comparativamente, em 2010, não havia a última dessas categorias, acrescido de indígena e amarela. A categoria mestiça só aparece uma vez, em 1890, juntamente com cabocla (ANJOS, 2013). Dessa maneira, trata-se de um histórico relativamente estável ao longo dos anos, sendo que a pergunta esteve ausente nos censos de 1900, 1910, 1920, 1930 e 1970.

As categorias censitárias para a coleta da raça/ cor são importantes pois é em torno delas que serão identificadas e discutidas as desigualdades raciais no Brasil. Nesse sentido, tem-se um debate recorrente em torno da adequação dessas categorias *analíticas* em contraposição às categorias *nativas*. Segundo Silva (1999a), a pergunta aberta sobre raça/ cor na PNAD de 1976 obteve 135 respostas diferentes, variando entre as usuais –branca, preta, parda, morena – , a outras, com menor rigor – *roxo, jambo, escurinha*, entre outras. Ao mesmo tempo em que isso coloca em cheque a restrição das categorias em apenas quatro ou cinco opções, o autor demonstra que 95% das autoclassificações se concentram em sete categorias, incluindo *morena, morena clara e clara* (SILVA, 1999a).

Logo, o sistema classificatório brasileiro tem categorias oficiais que, de certo modo, captam a variação estética de sua população, dentre seus mitos fundacionais. Como aponta Silva (1999a), daqueles que utilizaram as categorias do IBGE na pergunta com resposta aberta, 90% as repetiram no formato fechado. Por outro lado, tais categorias não contemplam a opção *morena*, que tem a adesão de um terço dos respondentes. Tal categoria tem grande permeabilidade no cotidiano brasileiro (HARRIS *et al.*, 1993; SHERIFF, 2001), mas também é pouco rigoroso com suas fronteiras estéticas, já que, segundo Silva (1999a), pode ser utilizado

²⁰ A “tese da arianização” de Oliveira Vianna, trazida na introdução a uma análise do recenseamento de 1920, em 1922 (CAMARGOS, 2009).

por pessoas com pele branca, mas cabelo escuro encaracolado, ou pessoas de pele preta e cabelo liso, entre outras combinações possíveis.

O sistema classificatório brasileiro convive, então, com três perspectivas sobrepostas: (i) a oficial, utilizada pelo IBGE, dividida entre brancos, pretos, pardos, indígenas e amarelos; (ii) a binária, estimulada pelo movimento negro e por parte dos estudos em estratificação (SILVA, 1979); (iii) e a cotidiana, que varia entre os extremos branco e preto, conforme o contexto (MAGGIE, 1991; SHERIFF, 2001). Ainda nesse último ponto, a grande variabilidade de termos utilizados popularmente complementa essa perspectiva, com destaque para a amplitude do termo *moreno* (HARRIS ET AL., 1993; SILVA, 1999)²¹.

Ocorre, portanto, uma sobreposição de sistemas classificatórios no Brasil. Porém, isso não torna o debate racial impraticável, uma vez que independentemente da preferência pela forma nativa ou analítica, tais termos são compreensíveis aos brasileiros. Segundo Guimarães (2012), desde os estudos financiados pela Unesco na década de 1950, pode-se sintetizar alguns pontos sobre a auto declaração racial no Brasil. Entre eles, estão que (i) a ancestralidade não é um fator preponderante para os brasileiros, (ii) a cor da pele é o principal elemento, que são complementados com a textura do cabelo, o formato do nariz e da boca, (iii) os termos variam para além de preto e branco, e (iv) a ambiguidade classificatória é intencional, pois permite que os indivíduos se adequem a determinadas circunstâncias cotidianas (GUIMARÃES, 2012).

Dessa maneira, o sistema classificatório brasileiro se insere, por um lado, em uma perspectiva analítica rígida e estável ao longo do tempo, buscando refletir os “tipos raciais” brasileiros: indígenas, pretos, brancos, amarelos e os miscigenados. Por outro lado, tem-se uma grande amplitude de opções *nativas*. Como aponta Costa Ribeiro (2017), essas duas possibilidades podem ser combinadas, uma vez que refletem um esquema de sobreposições de características estéticas.

A classificação racial no Brasil, e sua análise, parte de dois pontos complementares. Por um lado, suas categorias permitem compreender as diferenças nas condições de vida, no mercado de trabalho, no sistema educacional, entre outros (SOARES, 2000; HENRIQUES, 2001; COSTA RIBEIRO, 2006, por exemplo). Por outro lado, esse sistema classificatório também é objeto de análise, buscando responder: Juntamente com características estéticas que são *compreendidas* como raciais, há variações socioeconômicas e regionais? Isso se mantém ou se modifica com o tempo? Como é possível medir desigualdades em um cenário de variação

²¹ Sansone (2003) elenca quatro formas, acrescentando a “romântica” que seria dividida entre as “três raças originais” – brancos, pretos e indígenas.

e contraposição entre formatos analíticos e nativos? Como as diferentes formas de coleta de dados contribuem para reforçar ou desmistificar o papel da *raça*?

Postas as perspectivas de construção social da *raça* e suas fronteiras, sua importância e transformações no Brasil moderno, e os dilemas do sistema classificatório, são apresentadas, daqui em diante, as principais teorias e hipóteses com relação à classificação e reclassificação. De maneira geral, as variações classificatórias se devem a olhares e perspectivas com relação a *quem* classifica, *quando*, *como* e *onde*.

2.3.2 – Fluidez Racial no Brasil: Hipóteses

Estudos sobre desigualdades raciais no mercado de trabalho são consistentes na estimação dos diferenciais entre brancos, pretos e pardos. Desde a década de 1970, estatísticas oficiais são utilizadas como fonte de dados para o teste de hipóteses sobre as associações entre origem e realizações socioeconômicas (SILVA, 1979; CAMPANTE *et al.*, 2004; HASENBALG, 2005). Nesses estudos, a PNAD e o Censo Demográfico são analisados por meio de suas variáveis raciais auto classificadas.

Contudo, a contraposição a esse formato de coleta, tem indicado variações na consistência classificatória e no tamanho das desigualdades (TELLES & LIM, 1998; SILVA, 1999; MUNIZ, 2012; SAPERSTEIN *et al.*, 2016; CAMPBELL *ET AL.*, 2016). Muniz (2012) demonstra que, ao combinar a autoclassificação, a classificação com o uso de fotografias²², e a heteroclassificação, tem-se 65% de consistência entre as três metodologias. Isto é, 35% da população, seria classificada de maneira diferente, pelo menos em uma delas. Além disso, tais variações levam a mudanças na composição, como o percentual estimado de pardos pela auto-identificação, 36%, e pela heteroclassificação, 43% (MUNIZ, 2012).

Outras medidas alteradas por meio da variação de metodologias, são os diferenciais raciais. Segundo Telles e Lim (1998), por exemplo, em relação aos pardos, a renda predita de brancos é 17% maior com o uso da autoclassificação, e 26%, com a heteroclassificação.

Esse contraste entre diferentes formas de classificação é chamado de “múltiplas medidas raciais” (CAMPBELL *et al.*, 2016). Segundo Campbell (*et al.*, 2016), essa combinação

²² A classificação com o uso de fotografias não é usual, sendo que seu principal uso no Brasil se deu por meio da PESB (Pesquisa Social Brasileira 2002). A metodologia consiste em apresentar fotografia de indivíduos para o entrevistado, que deve classifica-los, e posteriormente, se classificar com base em qual das fotografias mais se assemelha a ele. Análises foram elaboradas em Almeida (2007), Muniz (2012), e Monk (2013).

tem como intuito revelar diferentes modos pelos quais a *raça* é construída. Por meio dessa metodologia, tem-se revelado diferentes interpretações e vivências da raça, bem como diferentes medidas de desigualdades raciais.

Roth (2010), por exemplo, levanta metodologias pelas quais a *raça* é coletada em pesquisas. A autoclassificação com opções fechadas é usual em *surveys*, de maneira que reflete “a raça que você diz que é para outros” (ROTH, 2010, p. 1294). Já a autoclassificação sem categorias pré-definidas, se trata de um processo subjetivo de identificação racial. O formato “refletido” (*reflected*) sintetiza como os indivíduos pensam ser vistos pelos outros²³. A heteroclassificação, ou classificação por um observador externo, é assumida por entrevistadores, e medem de maneira aproximada como indivíduos são vistos racialmente no dia a dia (ROTH, 2010)²⁴.

Segundo Roth (2010), para além da “forma”, deve-se adequar a classificação ao seu objetivo. Isto é, em um estudo sobre discriminação, um olhar externo pode ser um preditor mais adequado que a autoclassificação. Por outro lado, em um estudo sobre atitudes raciais ou preferências, a autoclassificação pode se ajustar melhor. Saperstein (2012), por exemplo, demonstra que o uso da autoclassificação provê um melhor ajuste de modelos estatísticos para a renda familiar, uma vez que mede condições de acúmulo de riquezas nos Estados Unidos. Porém, a heteroclassificação é mais adequada para o estudo da discriminação racial. Esta, se aproxima da forma como os entrevistados são vistos racialmente por observadores externos (SAPERSTEIN, 2012).

Assim, a adoção da heteroclassificação implica em uma interação estabelecida entre entrevistador e entrevistado. Para Goffman (2009), quando se conhece um indivíduo, busca-se uma série de referências para formar sua identidade. As características visuais e disponíveis são utilizadas para realizar um *reconhecimento cognitivo*, de maneira que, o que se vê e o que se sabe daquela pessoa é um “ato perceptual de ‘colocar’ um indivíduo como possuidor de uma identidade social particular ou de uma identidade pessoal particular” (GOFFMAN, 2009, p. 78). Logo, a heteroclassificação compreende uma atribuição de identidade ao entrevistado, pelas informações disponíveis, sendo um dos motivos pelos quais ela se difere da autoclassificação.

²³ Khanna (2010) demonstra que norte-americanos, filhos de relacionamentos inter-raciais, se veem como *mistos* (*mixed-race*), mas se classificam como pretos, uma vez que assumem serem vistos dessa forma pelos demais. Isso reflete a persistência da regra da gota de sangue nas classificações daquele país.

²⁴ A autora, ainda, elenca mais três tipos de classificação: *appearance-based*, *interaction-based* e *phenotype*.

Portanto, *quem* está classificando, sintetiza a mensuração de um processo social específico. Cada formato de coleta reflete uma percepção racial, que influencia medidas, como, composição ou diferenciais raciais. Nem auto, nem heteroclassificação, esgotam os significados raciais, mas contribuem para a compreensão da resiliência e das mudanças em desigualdades sociais.

2.3.2.1 – Variações socioeconômicas e o *dinheiro embranquece*

Desde a década de 1950, pelo menos, o *status* socioeconômico é apontado, nas palavras de Degler (1971), como uma “válvula de escape” para barreiras raciais. Ao caracterizar o *preconceito de marca*, Nogueira (1955) cita como, no Brasil, a realização socioeconômica seria um caminho para equalizar os contatos entre brancos e negros. Em contraposição ao *preconceito de origem*, mais comum nos Estados Unidos, onde a separação por raça não seria volátil a variáveis socioeconômicas. Porém, essa maleabilidade das barreiras de cor levaria a variações na classificação racial?

Duas hipóteses se complementam em torno da *situacionalidade* da classificação racial no Brasil. A primeira se refere ao *dinheiro embranquece*, e a segunda, do *mulato como válvula de escape*. Ambas têm como pressuposto que no Brasil, a classificação racial pode ser alterada em função do status socioeconômico, de maneira que aqueles em melhores posições buscam se embranquecer como uma forma de aquisição de *status*, ou de escape das desvantagens e discriminações enfrentadas pelo grupo negro (DEGLER, 1976).

O embranquecimento via status versa sobre como realizações econômicas e escolares seriam condições suficientes para solapar barreiras raciais no acesso e na convivência entre negros e brancos. Isso fica evidenciado, para Nogueira (1955), ao distinguir como o preconceito de marca pode ser reelaborado:

Assim, um clube recreativo, no Brasil, pode opor maior resistência à admissão de um indivíduo de cor que à de um branco; porém, se o indivíduo de cor contrabalançar a desvantagem da cor por uma superioridade inegável, em inteligência ou instrução, em educação, profissão e condição econômica (...) poderá o clube lhe dar acesso, “abrindo-lhe uma exceção”, sem se obrigar a proceder da mesma forma para com outras pessoas com traços raciais equivalentes ou, mesmo, mais leves (NOGUEIRA, 1955, p. 79).

Dessa maneira, a mobilidade social tornaria o preconceito racial mais maleável. Porém, isso não tange a questão classificatória, que fica mais evidente quando Harris (1964) relata as diferenças do cálculo cognitivo para a classificação no Brasil e nos Estados Unidos. Nesse último, a regra da descendência ²⁵ seria suficiente para explicar a autotransclassificação, enquanto no Brasil, a classificação é resultado de um cálculo complexo, em que a estética ²⁶ e a classe social são apenas duas das variáveis mais importantes. Nesse sentido, traços físicos são importantes, mas são catalisados por variáveis socioeconômicas, como renda e escolaridade.

Desde então, diferentes estudos têm testado a hipótese de variações classificatórias em função da posição socioeconômica individual. Para a autotransclassificação, resultados têm sido consistentes ao corroborar tal hipótese (SCHWARTZMAN, 2007; MIRANDA, 2014). Ao investigar dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) entre 2002 e 2013, Miranda (2014) encontra que a situação empregatícia e a escolaridade são variáveis associadas às chances de embranquecimento ou enegrecimento. Indivíduos em situação de desemprego aumentam em 1,30 a razão de chance de enegrecer sua identificação racial (MIRANDA, 2014).

Ainda em termos de autotransclassificação, Schwartzman (2007) demonstra especificidades da relação entre categorias raciais e *status* socioeconômico. Ao analisar a classificação que mães e pais atribuem aos seus filhos, demonstra-se que quanto maior a escolaridade, maior a probabilidade de categorização branca, e menor de categorização preta ou parda. A significância da escolaridade se mantém, independentemente da cor do cônjuge (SCHWARTZMAN, 2007).

Tal associação entre escolaridade e autotransclassificação também é observada por meio de dados longitudinais. Para Miranda (2014), categorias escolares mais altas possuem associação positiva com embranquecimento, e negativa com enegrecimento. Ter ensino superior representa 2,4 vezes mais chances de identificação em categorias mais claras do que aqueles com educação primária. Para o enegrecimento, essa razão de chance é de 0,31,

²⁵ A partir do censo norte-americano de 1920, a categoria que identificava indivíduos *mestiços* foi abolida, sendo considerado a opção preta (Black) para entrevistados que tivessem qualquer “resquício de sangue preto”, conhecida como regra da gota de sangue (*one-drop rule*) (DAVIS, 2001). Apesar de não ser mais a instrução, até hoje essa possui reflexo na classificação dos norte-americanos (BRUNSMAN, 2006; BRATTER & O’CONNELL, 2017).

²⁶ Utiliza-se *estética* ao invés de fenótipo, seguindo indicação de Moutinho (2004), influenciada por escrito de Thales de Azevedo, segundo o qual, estética reforça que os traços fenotípicos são “racializados” socialmente.

indicando que quanto maior o grau de escolaridade, menor a probabilidade de ser classificado em categorias *mais escuras* (MIRANDA, 2014).

Para a heteroclassificação, Saperstein e Penner (2012) também se utilizam de dados longitudinais para apontar associações entre episódios contextuais e embranquecimento nos Estados Unidos. Indivíduos previamente classificados pelo entrevistador como brancos, aumentam em 1,35 vezes a chance de serem classificados como pretos após passar por episódios de desemprego. Com relação à obtenção de nível superior de escolaridade, a chance de embranquecimento aumenta em 1,46 vezes.

No Brasil, Telles e Lim (1998) demonstram que renda e escolaridade são positivamente correlacionados com a categoria branca. Entrevistadores tendem a reforçar o embranquecimento, de acordo com a situação socioeconômica dos entrevistados. A endogeneidade entre a classificação e medidas de renda e escolaridade são maiores quando feitas pelo entrevistador do que pelo entrevistado²⁷. Quando se usa a autoclassificação, brancos ganham 17% a mais do que pardos, sendo que pela heteroclassificação, esse diferencial sobe para 26% (TELLES & LIM, 1998). Ou seja, indivíduos mais bem posicionados em termos de renda, são classificados como brancos, mesmo que se identifiquem como pardos ou pretos.

Silva (1999), porém, encontra mais associação entre escolaridade e autoclassificação, do que escolaridade e heteroclassificação. Para isso, o autor se utiliza da análise de variância em regressões para renda e escolaridade. Seus resultados indicam maior recorrência de embranquecimento por parte do próprio indivíduo, uma vez que o modelo com uso da autoclassificação está associado a 12,4% e 8,7% da variação em escolaridade e renda, respectivamente, enquanto com a heteroclassificação esses valores são de 5,2% e 4%.

Em contraposição a esses resultados, porém, Almeida (2007) não encontra associação entre variáveis socioeconômicas e classificação. Por meio de um experimento em *survey*, o autor demonstra que retratar um indivíduo preto ou pardo (por meio de fotografias) como advogado ou professor não aumenta a probabilidade dele ser classificado como branco (ALMEIDA, 2007). Contudo, na mesma análise, Almeida (2007) demonstra como o embranquecimento se reflete em atitudes raciais. Em outro teste com fotografias, indica-se que pais preferem suas filhas casadas com indivíduos de status mais baixos, desde que sejam brancos.

²⁷ Nos Estados Unidos, Penner e Saperstein (2008) demonstram que o *status* social também molda o “enegrecimento”. Isto é, pessoas que experimentaram situações de pobreza, encarceramento ou desemprego são mais prováveis de serem classificados como negros, sendo uma via de mão dupla em que os negros estão entre os mais pobres, bem como os mais pobres também são vistos como negros.

Na autotransformação, o branqueamento se reflete como um dever de superação das barreiras raciais, com o intuito de flexibilizar os constrangimentos causados pelo racismo, como explicitado pela segunda hipótese, do *mulato como válvula de escape*. Para Degler (1976), o Brasil demonstra um racismo que se reflete nas relações sociais de maneira gradual, sendo que os mulatos têm possibilidade de ascensão social maiores que os pretos, o que não significa uma sociedade fluida, em termos de mobilidade.

No que se refere à classificação, segundo Degler (1976), a miscigenação representa o caminho mais curto para que as barreiras de cor sejam relativizadas. Por meio dela, seria possível abandonar a categoria preta, e parte das opressões imprimidas sobre esse grupo. Desse modo, a categoria *mulata* no Brasil significaria a possibilidade de ser *menos negro*, mas sem se tornar branco.

No caso da heterotransformação, o branqueamento dialoga com a estruturação de estereótipos em torno dos tipos *branco*, *negro*, e suas variantes. O estereótipo consiste na representação de um sistema de crenças, ao qual são atribuídas determinadas características aos indivíduos de um grupo. Fazzi (2004), por exemplo, demonstra como crianças a partir de sete anos de idade carregam consigo representações de profissões *de branco*, profissões *de negro*. Ou seja, trata-se de uma generalização das atitudes raciais, no que tange as profissões (FAZZI, 2004).

Os estereótipos passam a ser constituídos, nas primeiras fases de socialização, em que crianças identificam quem é negro, quem é branco, ou, quais características são de um grupo, quais de outros (FAZZI, 2004). Isso leva a uma naturalização das barreiras raciais, e das desigualdades. Esses estereótipos se revelam, por exemplo, em episódios que médicos negros são confundidos com enfermeiros, diretores com técnicos, entre outras ocorrências (MORAES SILVA & REIS, 2015). Ou seja, como defende Allport (1979), os estereótipos raciais são incorporados na socialização, de tal modo que os gatilhos classificadores pareçam “normais”²⁸, e os indivíduos não consigam explicar os vieses de preferência por um grupo, em detrimento do outro.

Contudo, essa relação entre classificação e sistema de crenças não é imutável. Guimarães (2012), por exemplo, levanta a hipótese de que a ideologia do branqueamento pode estar se enfraquecendo no Brasil. Segundo o autor, com base em um *survey* de representatividade nacional, as mudanças mais notáveis são as características levadas em

²⁸ O autor utiliza essa terminologia como base no “princípio da normalidade”, de maneira que vieses raciais se tornam normais nas práticas cotidianas (ALLPORT, 1979; FISKE, 2005).

consideração pelos entrevistados, que, para além da origem socioeconômica, fatores de ancestralidade e tradição passaram a ser mais referenciados no momento de identificação racial (GUIMARÃES, 2012).

A comparação entre países revela, ainda, como a relação entre status e classificação varia. Segundo Telles e Paschel (2014), ao contrário de outros países da América Latina, em que indivíduos mais abastados tendem optar por categorias intermediárias (“miscigenados”), no Brasil, os mais escolarizados tendem a ir para as categorias extremas (branca e preta). No topo da estrutura socioeconômica, é mais provável que indivíduos se identifiquem como brancos ou pretos, mesmo entre aqueles com tonalidades de pele intermediárias (TELLES & PASCHEL, 2014).

Dessa maneira, as hipóteses levantadas por Nogueira (1955) e Degler (1976) servem como guias para compreender se as variações classificatórias no Brasil são associadas ao status socioeconômico. Observa-se, por evidências empíricas, que a classificação racial possui heterogeneidades por escolaridade, renda e ocupação. Os testes realizados no Capítulo 4 buscam responder se há diferenças classificatórias por níveis socioeconômicos. Questiona-se se, por meio da heteroclassificação também há evidências de embranquecimento de indivíduos mais bem posicionados, e se a reclassificação racial ocorre em momentos de mobilidade ocupacional, salarial e escolar. Tais questões permitem explorar evidências em torno da persistência de estereótipos raciais dentro de um sistema de crenças (*ideologia do embranquecimento*).

2.3.2.2 – Outras variáveis: O *embranquecimento* e suas interações

As principais hipóteses levantadas para a reclassificação no Brasil se baseiam na renda, escolaridade e status ocupacional. Contudo, há também interações dessas variáveis com outras, como tempo, espaço, características individuais e contextuais. Apesar de não formarem uma agenda de pesquisa, como o *dinheiro embranquece*, há evidências em torno da reclassificação associada a tempo, gênero e região do país.

Com relação ao tempo, não se trata explicitamente de um “efeito temporal” nas classificações, mas de tendências classificatórias que vão se acentuando em diferentes momentos. Carvalho (*et al.*, 2004) e Miranda (2015) conseguiram demonstrar diferentes tendências entre 1950 e 1980, e entre 2000 e 2010, respectivamente. No primeiro estudo, mesmo medindo as taxas de mortalidade por grupo racial, demonstra-se que, no intervalo, há um crescimento de 34% da categoria parda, e uma diminuição de 38% da categoria preta, que não se deve a fatores demográficos, mas à reclassificação (CARVALHO *et al.*, 2004).

Entre 2000 e 2010, Miranda (2015) apresenta novas estimativas. Durante o período, 2,2 milhões de indivíduos reclassificaram a *raça* para preta, mesmo considerando as taxas de mortalidade e de migração. Além do mais, quando comparadas as estimativas por sexo e idade, o autor demonstra que são os homens jovens aqueles que mais se reclassificaram para pretos. Assim, o tempo é uma variável que explicita tendências.

Essas estimativas, porém, são baseadas na autoclassificação no censo demográfico brasileiro. Saperstein e Penner (2012), também analisam variações temporais, porém, através da heteroclassificação nos Estados Unidos. Comparando os mesmos indivíduos ao longo do tempo, os autores indicam um aumento na probabilidade de entrevistadores classificarem como pretos, indivíduos que experimentaram situações de perda de status, como desemprego ou encarceramento. Ou seja, tal comparação só é possível por meio de uma análise longitudinal.

Outra variável que apresenta evidências de associação com a reclassificação é o gênero. Como aponta Miranda (2015), o aumento na reclassificação preta é maior entre os homens do que as mulheres. Telles (2003) também demonstra uma associação entre gênero e classificação, de tal maneira que as mulheres se declaram menos como *pretas* do que os homens, principalmente aquelas com alto *status* socioeconômico. Isso, segundo Telles (2003), está relacionado com as exigências do padrão estético que valoriza características brancas, e recai com mais força sobre as mulheres.

Retomando os achados de Miranda (2015), os jovens também apresentaram um padrão específico de reclassificação, com menos identificações na categoria parda. Segundo

hipóteses levantadas por Agier (2001), Bailey e Telles (2006) e Sansone (2003), os jovens são mais expostos ao discurso do movimento negro internacional, que se reflete na classificação preta. Contudo, essas tendências são referentes à autoclassificação, sendo que pouco se sabe com relação à heteroclassificação.

Tais resultados embasam duas facetas da fluidez racial. A primeira, de que variáveis socioeconômicas estão associadas com a categoria escolhida. Isto é, escolaridade, gênero, idade e região influenciam tanto a maneira como as pessoas são vistas, como se veem racialmente. Em segundo lugar, tais padrões não são estáticos, e veem se alterando com o tempo, uma vez que os mais jovens demonstram ter diferentes perspectivas.

Essas variações classificatórias por tempo e perfis socioeconômicos refletem processos pelas quais as relações raciais vêm passando no Brasil. O movimento negro feminino, por exemplo, tem defendido suas pautas políticas e inserindo-as na agenda pública brasileira (RODRIGUES & PRADO, 2010). Isso se reflete na *identidade negra* que tem sido fortalecida como um discurso ao longo dos últimos anos (AGIER, 2001; TELLES, 2003; BAILEY & TELLES, 2006; SANSONE, 2003; GUIMARÃES, 2012; MIRANDA, 2015). Isso ocorre por influência, ou paralelamente, a um momento em que as discussões acerca do enfrentamento público das desigualdades raciais ganham grandes proporções no Brasil, desde a década de 1990, com tensionamentos políticos, jurídicos e acadêmicos (MAGGIE, 2008; CAMPOS & FERES JÚNIOR, 2014).

Dessa forma, como cita Maggie (1996), toda sociedade é escrava e senhora de seus sistemas classificatórios. Ou seja, sistemas classificatórios, raciais ou de outro tipo, existem, mas não sendo reestruturados. A isso, Brunsma (2006) chama de *categorias públicas*, de maneira que as fronteiras raciais são compartilhadas e transformadas no tempo e espaço. Segundo o autor, as categorias mistas no censo norte-americano ainda não se tornaram uma categoria pública, pelas quais os grupos não se veem representados, nem criam demandas no seu entorno. Contudo, como é demonstrado, alguns grupos socioeconômicos, e algumas regiões, fazem mais o uso das categorias mistas do que outras (BRUNSMAN, 2006). Para o Brasil, conforme sustentado nessa seção, as classificações variam por gênero, idade e tempo. Como será apresentado a seguir, a região apresenta-se como um recorte espacial em que certas categorias prevalecem sobre outras, alterando o que e quem é considerado pardo em uma ou outra região, por exemplo.

2.3.2.3 – Variações regionais classificatórias no Brasil

A composição racial varia entre as regiões do Brasil, e reflete dimensões históricas e demográficas. No Norte, por exemplo, o percentual de indígenas é superior às demais regiões²⁹, enquanto no Nordeste o percentual de pretos e pardos supera o Sudeste. O Sul, por sua vez, é predominantemente branco, com mais de 75% da população nessa categoria. Assim, processos de formação da população regional se refletem na composição racial, incluindo povos tradicionais e migração. Porém, defende-se nessa seção, que, para além dessas explicações, as fronteiras raciais também são compreendidas de maneiras distintas entre as regiões brasileiras.

A classificação racial brasileira foi analisada por Harris (1964), que buscou desmembrar o “cálculo cognitivo” local, em contraposição ao norte-americano. Para ele, nos Estados Unidos, qualquer pessoa descendente de pretos, é preta. Em seu estudo, em uma cidade no interior da Bahia (HARRIS, 1952; 1964), porém, o autor se deparou com um cálculo mais complexo, que envolve características estéticas e socioeconômicas. Questionamentos semelhantes surgiram em outros trabalhos ocorridos na década de 1950, como Hutchinson (1952), ao estranhar a classificação de membros da elite de uma cidade da região amazônica. Esses se reconheciam e eram reconhecidos como brancos, apesar de o autor observar traços não-brancos nos indivíduos em questão.

Já os estudos que têm como recorte geográfico o Sul e o Sudeste não ressaltam tanto tais questões. No interior paulista, por exemplo, Nogueira (1955) demonstra como o *preconceito de marca* pode ser mais maleável, fazendo com que pessoas negras sejam inseridas em grupos privilegiados. Cardoso e Ianni (1960), por sua vez, relatam a rigidez racial dos espaços de lazer em Florianópolis. Ou, ainda, Costa Pinto (1998), que retrata atitudes de maior intolerância com relação aos “mulatos”, por serem justamente a parcela do grupo negro que mais se aproxima dos brancos no Rio de Janeiro.

Esses trabalhos compõem parte do estado da arte sobre relações raciais no Brasil. Nesse sentido, parte das hipóteses sobre embranquecimento são assumidas para o país como um todo, sendo que têm um recorte geográfico circunscrito a determinadas regiões. Como comenta Ricupero (2008), se Gilberto Freyre tivesse escrito sobre as relações raciais em São Paulo, ao invés de Pernambuco, talvez tivesse outra percepção, como teve Florestan Fernandes (2008).

²⁹ No Norte, a identificação indígena é de 1,4% enquanto a média nacional é de 0,5%, segundo a PNAD (2015).

Em termos classificatórios, sugere Monk (2013), muitas dessas hipóteses não se adequam ao Brasil, mas a algumas de suas regiões. Como defende Telles (2003), pouco ou nenhum estudo tem analisado diferenças regionais, focando em apenas um local específico. Os estudos quantitativos, porém, passaram a destacar as variações regionais, de maneira comparativa. Em períodos mais recentes, quando submetidos a análises estatísticas, as hipóteses têm diferenças regionais que vão além da composição, mas nas probabilidades classificatórias (TELLES, 1993; BAILEY & TELLES, 2006; PETRUCELLI, 2013; MONK, 2013; MUNIZ & BASTOS, 2017).

A “morenidade”, por exemplo, não é percebida de maneira homogênea no país. Bailey e Telles (2006) testam a probabilidade de classificação em “morena”, ao invés das categorias do censo, em diferentes cidades. Os resultados demonstram que, as chances de uso desse termo são setenta vezes maiores em Salvador do que em São Paulo ou no Rio de Janeiro, o que revela diferenças nas percepções raciais, segundo os autores.

Petrucelli (2013) também explora o percentual de escolhas da categoria “morena”. Primeiramente, os resultados apontam que, escolher tal categoria é mais comum para a autoclassificação do que para a heteroclassificação, sendo utilizada em 21%, no primeiro caso, e apenas 8%, no segundo. Em segundo lugar, quando tal análise é desagregada por estados, há diferenças significativas. No Amazonas, 49% se identificaram como morena, e 45% na Paraíba, enquanto em São Paulo esse valor era de 19% e no Rio Grande do Sul 12%.

Com relação à reclassificação, Muniz e Bastos (2017) demonstram que a probabilidade de um indivíduo pardo se reclassificar como branco ou preto varia de acordo com a região metropolitana que ele se encontra. Em Porto Alegre, a probabilidade de pardos se reclassificarem como brancos é de 40%, em comparação à probabilidade de 15% como pretos, aproximadamente. Nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador, tais probabilidades são menores que 10%, evidenciando uma maior probabilidade de continuar na categoria parda (MUNIZ & BASTOS, 2017).

As comparações entre regiões, portanto, permitem evidenciar padrões classificatórios, conforme levantado por Monk (2013). Este, testa a hipótese de que há diferenças regionais utilizando classificação via fotografias. Seus resultados demonstram que a mesma foto tem probabilidade de classificação branca de 90% no Rio de Janeiro, e 70% em Goiás. A mesma fotografia tem probabilidade de classificação parda de 25% na Bahia, e apenas 10% no Rio de Janeiro. Ou, ainda, por outra fotografia, o mesmo homem é mais provável de ser classificado como preto no Rio Grande do Sul (19%) do que no Rio de Janeiro (7%). Assim,

padrões vão sendo identificados pelo autor, de que na Bahia, o tipo de cabelo tem mais importância que em outros estados, ou que o Sul possui um padrão classificatório mais próximo ao binário (branco/preto), como sugere Degler (1976) e Telles (2004) (MONK, 2013).

Dessa maneira, defende-se a existência de um *boundary shifting* regional no Brasil, que foi sendo estabelecido ao longo do tempo. Por exemplo, Loveman e Muniz (2007) demonstram que entre 1910 e 1920, acontecimentos culturais alteraram a forma como porto-riquenhos definiam as fronteiras raciais. No caso das regiões brasileiras, o *boundary shifting* perpassa por históricos distintos, que se refletem em probabilidades classificatórias. Como sustenta Telles (1993), ao mesmo tempo em que a persistência de diferenças raciais por região reforça a existência de “subculturas” do racismo no Brasil, revela também que os padrões classificatórios são construídos diferentemente.

A história local, portanto, vai sendo incorporada no imaginário social e nos limites entre os grupos. Como exemplos, tem-se as relações no Nordeste, historicamente baseadas em grandes distâncias sociais, entre a oligarquia branca e os grupos mais pobres e negros (HUTCHINSON, 1952; FREYRE, 1987). Ou seja, trata-se de um racismo dominador e agregador – no estilo paternalista e tradicional –, ao contrário de um racismo segregacionista (PINHO, 2004). Este último tipo, por sua vez, pode ser observado nos estados do Sudeste (especialmente São Paulo) e do Sul, em que a acomodação dos grupos raciais ocorrera mais recentemente, em um contexto de competição entre brancos e negros mais evidente, envolvendo também o componente branco europeu, chegado no início do século XX (CARDOSO & IANNI, 1960; ANDREWS, 1998).

O padrão paulistano e sulista se destaca pelo fechamento do grupo branco em contraposição aos grupos pardos e pretos. No período pós-abolição, quando se (re)criou o imaginário em torno dos grupos raciais no Brasil, São Paulo passava pelo início de sua industrialização, pelo fortalecimento da elite agrária do café, e pela recepção de imigrantes europeus, ponto também comum aos estados do Sul (ANDREWS, 1998). Desse modo, em tal padrão, pretos e pardos se localizam no extremo oposto ao branco, sendo a fronteira entre brancos/ não-brancos mais forte do que brancos/ pardos/ pretos. Como aponta Sheriff (2001), no Rio de Janeiro, os “discursos de cor” são comuns na caracterização cotidiana, mas, em questões políticas, emergem os “discursos da raça”, binários. Nesse sentido, é importante também atentar para as diferenças intra-regionais. Como demonstra Moraes Silva & Leão (2012), ao analisar o grupo pardo no Rio de Janeiro, há uma diversidade interna a esse grupo, não podendo atribuir todo ele à categoria preta ou negra.

A segunda caracterização está nas regiões Norte e Nordeste, onde há uma fluidez maior entre os extremos branco e preto. Nesse sentido, a grande quantidade de termos para descrever os mestiços reflete limites mais suscetíveis aos fatores endógenos. Essas regiões convivem com múltiplos termos, pelos quais se pode esconder diversas peculiaridades sob esse guarda-chuva comum, a ser testada empiricamente³⁰.

Em suma, o levantamento bibliográfico fundamenta a construção de duas hipóteses a serem testadas. Em primeiro lugar, que há compreensões raciais que variam regionalmente no Brasil, de maneira que, por exemplo, um indivíduo visto como pardo em uma região pode ser visto como branco ou preto em outra. Em segundo lugar, situações socioeconômicas podem estar mais atreladas à reclassificação em algumas regiões do que em outras, de forma que hipóteses como “dinheiro embranquece” podem ser mais adequadas a alguns contextos do que em outros.

2.4- Mensurações da raça e desigualdades

Para medir desigualdades, deve-se considerar, ao menos, dois elementos. O primeiro deles se refere ao recurso distribuído – seja renda, posições ocupacionais, oportunidades, riqueza, ou qualquer outro recurso escasso. O segundo elemento diz respeito a quais unidades de análise esse recurso está sendo distribuído (MEDEIROS, 2012). Como aponta Tilly (1999), estudos são realizados em torno de pares de categorias desiguais, como, por exemplo, negros/ brancos, mulheres/ homens, cidadãos/ não-cidadãos.

Tilly (1999), porém, indica que em duas situações, essas linhas divisórias são incompletas: na primeira, em que exista indivíduos que não encaixem necessariamente em nenhuma das categorias, ou, na segunda, quando não há diferenças sistemáticas de se estar na categoria *a* ou *b* para se ter acesso aos recursos em questão. Para o estudo da desigualdade racial no Brasil, os recursos analisados demonstram diferenças sistemáticas entre as categorias pretas, pardas e brancas no que se refere a distribuição de renda (SOARES, 2000; CAMPANTE *et al.*, 2004; SILVEIRA & LEÃO, 2017), escolaridade (FERNANDES, 2001; COSTA RIBEIRO, 2006), mortalidade (BATISTA *et al.*, 2004), condições de vida (HENRIQUES, 2001). Ou seja, para esses recursos, faz diferença estar em uma ou outra categoria.

³⁰ Salvador, por exemplo, convive ao mesmo tempo com uma elite branca estabelecida, e um movimento negro ativo. Dessa forma, colocar Norte e Nordeste dentro de uma mesma lógica pode esconder especificidades.

No entanto, como discutido anteriormente, as classificações podem ter variações no Brasil. Nesse sentido, mesmo que o recurso seja o mesmo, as categorias podem ter variações nos seus limites, incluindo ou excluindo indivíduos. Segundo Saperstein e Penner (2012), quando tais variações se tornam objetos de estudo, elas contribuem para, por um lado, compreender o que fundamenta a classificação racial. Mas por outro lado, com a reclassificação, altera-se também as medidas de desigualdade.

Ao contrastar diferentes medidas raciais, ressalta-se quais processos sociais são mensurados pela classificação racial. Quando Telles e Lim (1998), por exemplo, encontram inconsistências classificatórias, aponta-se que, na autoclassificação, considera-se certos aspectos, que se diferem da heteroclassificação. Saperstein (2012) demonstra que, para medir as diferenças entre pedidos de exames ginecológicos (*screening*), o uso da *raça* heteroclassificada tem um melhor ajuste do que a autoclassificação. Ao encontrar que mulheres negras são mais encaminhadas a tais exames que mulheres brancas, levanta-se a hipótese de que há maior percepção dos médicos de que as primeiras se encontram no “grupo de risco” (SAPERSTEIN, 2012).

Nesse sentido, Saperstein (2012) defende que, para cada variável dependente, há um formato de coleta mais adequado. No caso dos exames ginecológicos, trata-se de uma medida de discricionariedade por parte dos médicos, e, mais importante do que saber como as mulheres se identificam, é como observadores externos as classificam racialmente.

O tamanho da desigualdade salarial no Brasil também varia, a depender do formato classificatório utilizado. Bailey (*et al.*, 2013) demonstram que o diferencial entre brancos e negros é maior quando a variável é atribuída por um classificador, ao invés da autoclassificação. Assim, esses estudos indicam que categorias raciais são ferramentas para a análise de desigualdades, mas também objetos de análise, que contribuem para o entendimento da resiliência em torno da *raça* como tema sociológico e político.

Monk (2016) compara o alcance escolar e ocupacional no Brasil, mensurado pela autoclassificação, e pela classificação externa via paleta de cores³¹. O autor demonstra que, para a escolaridade, a segunda medida revela um diferencial duas vezes maior que a auto identificação. No que concerne ao status ocupacional, a medida através da paleta revela desigualdades não encontradas com o uso da outra medida racial (MONK, 2016).

³¹ A mensuração da *raça* ocorre por meio da paleta de cores é baseada em uma variação coleta e testada que busca representar toda a diversidade de tonalidades de pele existente. Seu uso foi adotado em surveys conduzido pelo PERLA (The Project on Ethnicity and Race in Latin America). Mais informações em: <https://perla.princeton.edu/perla-color-palette/>

Utilizando a mesma base de dados dessa tese, a RAIS, Cornwell (*et al.*, 2017) analisam a relação entre renda salarial e a mudança de classificação racial atribuída pelo entrevistador. Baseados em apenas um ponto do tempo, os autores analisam indivíduos que tiveram mais de um emprego no ano e foram reclassificados. Seus resultados demonstram que ser classificado como branco no “primeiro emprego” representa um acréscimo de 6,5% na renda, e no “segundo emprego” de 4,8%. Ser classificado de branco para não-branco representa diminuição do salário, enquanto o caminho oposto representa incremento salarial ³² (CORNWELL *et al.*, 2017).

Contudo, algumas ressalvas podem ser feitas com relação ao trabalho de Cornwell (*et al.*, 2017). Em primeiro lugar, eles tomam como pressuposto que a *raça* assinalada pelo empregador é uma proxy de como o empregado se apresenta racialmente; logo, para eles, a identidade leva à classificação, que por sua vez, pode influenciar na discriminação por parte do empregador. Nessa tese, em contraponto, considera-se que a posição socioeconômica do indivíduo é um dos elementos considerados na classificação feita pelo empregador, seguindo caminho similar a Saperstein e Penner (2012).

Além do contraste entre formatos de coleta, a combinação entre elas também tem sido utilizada com ferramenta analítica. Por meio de categorias abertas e fechadas para a classificação racial, Costa Ribeiro (2017) demonstra que tal estratégia revela aspectos do contínuo racial brasileiro. Ao combinar tais formatos, aberto e fechado, obtém-se 43 categorias, pelas quais se demonstra variações internas aos grupos “fechados” (COSTA RIBEIRO, 2017).

A combinação ou o contraste entre formatos classificatórios revelam aspectos multidimensionais da *raça*. Seu significado se expressa em diferentes situações da vida, como, por exemplo, na socialização, nos contatos rotineiros que resultam em discriminações, e nas atitudes raciais. O que autoras como Roth (2010) e Saperstein (2012) apontam, é que cada forma de mensurar *raça*, irá refletir uma dessas dimensões.

Para Roth (2010), isso segue uma proposta de contornar a reificação dos termos raciais, sem deixar de lado as percepções, identificações raciais e seu diálogo com as desigualdades. O objetivo da coleta de dados raciais é compreender como processos de identidade e discriminação ocorrem. A classificação, portanto, segue lógicas subjetivas, intersubjetivas e externas, cabendo ao cientista social compreender quais implicações existem em cada forma de coleta (ROTH, 2010).

³² Apesar dos resultados indicarem as associações esperadas pelas hipóteses mais afinadas ao *dinheiro embranquece*, os coeficientes apresentados pelos autores são baixos e, em alguns casos, não significativos.

Assim, retomando os elementos básicos para a mensuração das desigualdades, independente de qual recurso se está analisando, deve-se compreender o que significa cada uma das categorias. Monk (2016), por exemplo, ao demonstrar diferenças entre auto identificação e classificação via paleta de cores, defende que, o contraste revela que a segunda opção se adequa melhor aos resultados, uma vez que se aproxima da forma como os brasileiros se referem à raça cotidianamente. No mesmo sentido, Costa Ribeiro (2017) demonstra que o contínuo racial revela aspectos da hierarquia racial, e da diversidade estética e fenotípica que se encontra debaixo do guarda-chuvas representado pelas categorias raciais.

Dessa maneira, os formatos utilizados para mensurar a *raça/ cor* dos indivíduos dialogam com a desigualdade racial. Contudo, mais do que buscar formatos *mais verdadeiros*, deve-se ter em mente que cada um deles diz respeito a uma dimensão de como os indivíduos se orientam racialmente. Por um lado, o uso da auto declaração questiona o que faz um indivíduo *embranquecer* ou *enegrecer* sua classificação, mas por outro, na heteroclassificação, busca-se compreender se a reclassificação se dá por percepções distintas do classificador ou se está associada a alguma característica contextual ou socioeconômica.

2.5 – Considerações Preliminares e Hipóteses

O presente capítulo levantou discussões que há décadas permeiam os estudos sobre relações raciais no Brasil como mestiçagem, democracia racial e ideologia do embranquecimento. Para além de questões clássicas, apresentou-se como tais hipóteses foram sistematizadas e testadas com desenhos de pesquisa adequados³³, como cruzamento ou combinação de categorias raciais, dados longitudinais, simulações e experimentos em *survey*. Dessa forma, tem-se formas pelas quais a raça é socialmente construída, e varia em diferentes contextos.

Como será destrinchado com maior detalhe no capítulo seguinte, o presente estudo se vale de um desenho longitudinal, sendo a raça dos indivíduos classificada por observadores externos – ou seja, heteroclassificada. No Brasil, estudos anteriores já aplicaram técnicas para a análise de dados longitudinais (MIRANDA, 2014; MUNIZ & BASTOS, 2017), e heteroclassificação (TELLES & LIM, 1998; SILVA, 1999; MUNIZ, 2012; BAILEY *et al.*, 2013). Porém, nesse caso, serão utilizadas as duas abordagens combinadas, buscando responder em que medida a classificação é associada a variações socioeconômicas e contextuais.

Essa abordagem segue o desenho elaborado por Saperstein e Penner (2012), em que variações na heteroclassificação são analisadas ao longo do tempo. Os autores também se valem de modelos longitudinais com efeitos fixos, de maneira que se pode comparar os indivíduos entre eles, além do indivíduo consigo mesmo, em diferentes pontos do tempo. Porém, o contexto norte-americano levou a diferentes perguntas de pesquisas e hipóteses a serem testadas.

Nesse sentido, o presente estudo tem como questão central a fluidez das fronteiras raciais no Brasil. Busca-se mensurar a quantidade de reclassificações raciais no Brasil entre 2008 e 2015, e em que medida isso se associa a características individuais, e como isso varia por região. As hipóteses a serem testadas buscam responder a tais perguntas: 1) Posições socioeconômicas (posição ocupacional, alcances escolares e salariais) são associadas à reclassificação racial? 2) A mobilidade, em termos socioeconômicos, aumenta a probabilidade de reclassificação racial? 3) Há associação entre categorias raciais, reclassificação e as regiões

³³ Para citar alguns: Telles e Lim (1998), Silva (1999), Schwartzman (2007), Almeida (2007), Moraes Silva e Leão (2012), Muniz (2012), Bailey (*et al.*, 2013), Miranda (2014; 2015), Muniz e Bastos (2017), Costa Ribeiro (2017).

do Brasil? 4) A mudança de região geográfica aumenta a probabilidade de reclassificação? 5) A reclassificação racial altera medidas de desigualdade racial com o passar do tempo?

Dessa forma, a análise de dados que será proposta no Capítulo 3, tem como finalidade responder a tais perguntas. Estas, dialogam com hipóteses relacionadas à fluidez e às desigualdades raciais no Brasil. Em todas elas, pretende-se prover discussões e respostas acerca do papel da ideologia do embranquecimento, dos estereótipos e da formação de fronteiras nas classificações raciais no Brasil, e em suas regiões. Além disso, dialoga-se com estudos recentes nacionais e internacionais acerca da reclassificação e das novas formas de medir a *raça* e as desigualdades.

3 – MENSURAÇÕES DA RECLASSIFICAÇÃO RACIAL: DADOS E MÉTODO

Pesquisas longitudinais possibilitam observar mudanças na variável dependente entre indivíduos, e para um mesmo indivíduo em diferentes pontos do tempo. Segundo Singler & Willet (2003), ao utilizar dados temporais para os mesmos indivíduos, busca-se responder (i) como o resultado varia ao longo do tempo, e (ii) se é possível prever as mudanças de acordo com variáveis independentes. Isto é, essas mudanças são constantes ao longo do tempo ou flutuam? A predição, nesse caso, não se refere a prever classificações futuras, mas a apontar quais características estão associadas às mudanças.

Para o caso da classificação racial, tem-se obtido ganhos analíticos com o uso dos mesmos indivíduos em diferentes períodos de tempo (SAPERSTEIN & PENNER, 2012; SAPERSTEIN, 2012; MIRANDA, 2014; ALBA *ET AL.*, 2016; MUNIZ & BASTOS, 2017). Segundo Telles & Paschel (2014), apesar da escassez de dados em painel, seu uso permite observar se a fluidez na declaração racial ocorre apenas em alguns grupos ou se é generalizado. Ao utilizar os mesmos indivíduos, características não-mensuradas são implicitamente inseridas no modelo pelos efeitos fixos, uma vez que não é necessário incluir nenhuma variável adicional para comparar o indivíduo com ele mesmo. Logo, sabe-se que o indivíduo possui características estéticas idênticas ou muito similares ao longo dos anos.

Metodologia similar foi empregada por Saperstein e Penner (2012), também com o objetivo de estimar as probabilidades de reclassificação racial por meio da heterodeclaração. Nessa amostra, os indivíduos eram *classificados racialmente* em diferentes períodos do tempo, e testavam se eventos, como encarceramento ou desemprego, se associavam à variação na percepção do entrevistador. No presente trabalho, as hipóteses testam se variáveis relacionadas ao status e à região se associam às classificações raciais feitas por observadores externos (empregadores ou funcionários responsáveis). Isto é, há variação na classificação racial em função de sua ocupação, renda, escolaridade e região do país? Para isso, serão analisados dados em painel da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) entre os anos de 2008 e 2015.

3.1 – Estrutura do Banco de Dados

A RAIS é um registro do Ministério do Trabalho e Emprego, disponível desde o ano de 1992. Diferentemente de um *survey*, ela se baseia em um levantamento administrativo obrigatório feito pelos estabelecimentos empregadores brasileiros uma vez ao ano. As informações contidas nessa base de dados são referentes aos empregados – *raça* declarada pelo empregador (ou funcionário administrativo), ocupação, escolaridade, idade, sexo, salário, unidade da federação, entre outras –, e aos estabelecimentos – identificação, atividade econômica, natureza jurídica, número de empregados.

Tem-se como pontos positivos, a cobertura censitária do mercado formal brasileiro, e a possibilidade de acompanhamento dos indivíduos. Contudo, como limitações, tem-se o fato de que o preenchimento é feito por setores administrativos das empresas, não havendo uma uniformidade no treinamento dos entrevistadores, como ocorre em *surveys*. Por isso, conforme Guimarães (2004) sugere, deve-se colocar o próprio banco como objeto de investigação³⁴. Considerando pontos positivos e negativos, a base de dados da RAIS será utilizada entre os anos de 2008 e 2015. A delimitação deste período temporal é feita pois, nesse período há uma estabilização no percentual de não-declaração da *informação racial*³⁵, além de compreender um período de intensificação dos debates raciais, como sinalizado na Introdução.

Como visto, a pergunta da pesquisa busca responder se há motivos ou eventos que levam a reclassificações raciais, e quais são eles. Dado esse objetivo e a estrutura dos dados, tem-se como técnica indicada a análise de dados longitudinais. Nesse capítulo, serão apresentados os dados disponíveis, sua variação temporal e os pressupostos das técnicas adotadas. Os resultados dos modelos serão apresentados nos Capítulos 4 e 5.

3.1.1 – Descrição do Banco Inicial e dos Missings

Os bancos de dados da RAIS estão disponíveis de maneira transversal, por ano e por vínculos. Por vínculos, entende-se todas as entradas no mercado de trabalho formal. Isto é, se um indivíduo teve mais de um vínculo no ano – seja por acúmulo de funções ou por mudança de emprego, por exemplo – isso está registrado na base. O mesmo indivíduo (identificado pelo

³⁴ O Anexo A apresenta análises sobre casos faltantes e *saídas (drop-outs)* no banco.

³⁵ Por exemplo, em 2002, 20% dos registros não tinha declaração racial, em 2005 esse valor era 8,0%, em 2007, 18,8%, em 2009, 19,7%, em 2011, 19,7%, em 2012, 20,2% e 2015, 21,9%.

seu CPF e PIS) pode ter várias entradas no mesmo ano. Ou seja, em caso de indivíduos com mais de uma entrada por ano, seria adotado somente “vínculo principal”.

Para isso, optou-se por criar critérios que tornasse possível identificar uma situação mais próxima ao emprego “principal”. Em caso de mais de uma entrada no banco, optou-se pelos vínculos com (i) maior tempo de trabalho, (ii) mais horas trabalhadas, e (iii) maior salário mensal recebido no ano. Dessa forma, indivíduos que possuíam mais de um vínculo passaram a ter apenas uma entrada a cada ano.

O segundo passo foi a unificação dos bancos por ano. Nesse caso, o banco se encontra em formato amplo ou “wide”, em que, na mesma linha se encontram todas as variáveis de um mesmo indivíduo. Nesse sentido, por exemplo, a variável raça/ cor é distinguida por ano: `raca_cor2008`, `raca_cor2009`... `raca_cor2015`.

Ao todo, 90.430.105 indivíduos aparecem no banco de dados pelo menos uma vez entre 2008 e 2015. Porém, nem todos eles serão analisados, já que o terceiro passo de construção do banco de dados foi a permanência apenas de casos que tiveram, pelo menos, três aparições no intervalo estudado. Tal recorte deve ser feito para garantir a variabilidade das observações ao longo do tempo.

O fato de ter indivíduos com três entradas, e outros com oito não é um problema para a análise longitudinal, desde que eles sejam tratados como desbalanceados, como em bancos nos quais nem todas as unidades têm aparições em todos os anos de análise (t), seja por entrada tardia, seja por não-resposta em algum dos anos (ANDREß, 2013). Logo, nessa etapa, dos mais de 90 milhões de casos, 22.622.164 foram excluídos por esse motivo, sendo pouco mais de 11 milhões de casos com uma aparição, e outros 11 milhões com duas aparições.

Após esta seleção extraiu-se uma amostra aleatória simples de 16% do banco³⁶. Isso foi feito por uma razão operacional, uma vez que o banco analisado representa um censo. Ou seja, pode-se fazer inferências populacionais sem a necessidade de analisar todos os casos, baseado nos princípios de estatística inferencial.

Após tais recortes, o banco foi transformado em “longo”, em que as linhas do banco deixam de representar indivíduos para representar dados individuais por ano. Ou seja, cada linha no banco de dados é referente ao indivíduo i no ano t . Por exemplo, um indivíduo que tem

³⁶ Conforme consulta a estatísticos, a estratégia de amostra aleatória simples era suficiente para garantir a representatividade da população, sem necessidade de inserção de ponderação, por exemplo. O tamanho da amostra, 16%, demonstrou-se suficiente para garantir valores médios e proporcionais em que, os intervalos de confiança garantiam o valor dos parâmetros populacionais. Preferiu-se, ainda, manter esse tamanho, uma vez que os modelos utilizados reduzem o número de observações, considerando apenas os casos em que há reclassificação, diminuindo, por exemplo, o tamanho da população preta analisada.

informações nos oito anos analisados, tem oito linhas referentes a eles, sendo que em cada linha há informação para um ano específico. Caso o indivíduo tenha apenas quatro anos de informações disponíveis, apenas quatro linhas dizem respeito a ele. Para uma forma de compreensão mais simples, os casos no formato longo, chamar-se-á pessoa-ano cada indivíduo i no tempo t . Abaixo, a Figura 1 demonstra a disposição de ambos os formatos, amplo (*wide*) e longo.

Figura 3.1 – Exemplo da Disposição do Bancos de Dados em Formatos Amplo e Longo.

| ID | raca2008 | raca2009 | raca2010 | ... |
|----|----------|----------|----------|-----|
| 1 | 2 | 2 | 2 | |
| 2 | . | 4 | 8 | |
| 3 | 8 | 8 | 4 | |
| 4 | 2 | 4 | 8 | |
| 5 | 4 | 4 | . | |

| ID | ano | raca |
|----|------|------|
| 1 | 2008 | 2 |
| 1 | 2009 | 2 |
| 1 | 2010 | 2 |
| 2 | 2009 | 4 |
| 2 | 2010 | 8 |
| 3 | 2008 | 8 |
| 3 | 2009 | 8 |
| 3 | 2010 | 4 |
| 4 | 2008 | 2 |
| 4 | 2009 | 4 |
| 4 | 2010 | 8 |
| 5 | 2008 | 4 |
| 5 | 2009 | 4 |

O recorte subsequente feito no banco diz respeito especificamente à classificação racial. Casos em que a classificação racial não foi declarada (seja sem preenchimento, seja com “não declarada”) foram excluídas do banco uma vez que são informações cruciais para a análise. Outra informação que se relaciona com os dados raciais é o tratamento dado aos classificados como indígenas e amarelos, que foram excluídos posteriormente, uma vez que as hipóteses e objetivos da tese se relacionam com as fronteiras e variações em torno de brancos, pretos e pardos no Brasil. Tais exclusões representam 1% da amostra ou 556.960 pessoas-ano.

Tabela 3.1 – Síntese da amostra – Brasil, 2008 a 2015.

| Ano | Vínculos | Indivíduos | Três aparições | 16% Amostra | Sub-amostra Final |
|---------------------|------------|------------|----------------|-------------|-------------------|
| 2008 | 59.706.419 | 46.426.339 | 34.251.544 | 5.480.247 | 5.177.504 |
| 2009 | 64.763.705 | 49.885.644 | 37.310.938 | 5.969.750 | 5.696.396 |
| 2010 | 69.820.991 | 53.771.613 | 40.592.463 | 6.498.794 | 6.267.332 |
| 2011 | 66.347.021 | 56.384.785 | 43.085.888 | 6.893.742 | 6.642.877 |
| 2012 | 69.967.538 | 58.738.850 | 44.358.856 | 7.097.417 | 6.817.567 |
| 2013 | 75.024.824 | 60.208.570 | 45.064.069 | 7.210.251 | 6.943.988 |
| 2014 | 76.107.279 | 61.492.767 | 43.340.606 | 6.934.497 | 6.644.492 |
| 2015 | 76.931.504 | 59.850.832 | 40.203.375 | 6.432.540 | 6.134.342 |
| Total ³⁷ | | | | 52.517.238 | 50.324.498 |

Fonte: RAIS – MTE, 2008 a 2015.

O que representa a amostra final? A RAIS é composta por empregados registrados no Brasil, excluindo, portanto, crianças e jovens que nunca entraram no mercado de trabalho formal, trabalhadores informais, indivíduos que já haviam se aposentado antes de 2008. Em síntese, todos os grupos que não acessaram o mercado formal entre 2008 e 2015, não entram na amostra. De maneira concreta, após a vinculação de todos os casos nos oito anos de análise, o banco contou com 90.430.105 casos, que foram registrados pelo menos uma vez, ou seja, uma estimativa de 44% da população brasileira em julho de 2015³⁸. Após o recorte dos casos com pelo menos três aparições no intervalo, os casos chegam a 67.807.941, ou 33% da mesma estimativa. É a partir desse valor que é baseada a amostra de 16% para a análise das hipóteses.

3.1.2 – Variáveis para Análise

Para analisar a variação da classificação racial entre 2008 e 2015 foram selecionadas variáveis, além da raça/ cor, relacionadas às características pessoais, ocupacionais e regionais, que podem ser divididas em: (i) fixas, (ii) situacionais, e (iii) de mudança.

Variáveis fixas são aquelas que não variam ao longo dos oito anos, sendo, nesse caso, apenas o gênero. Variáveis situacionais são aquelas que podem alterar-se ao longo do tempo, como, a ocupação que o indivíduo se encontra, renda, região geográfica do país, faixa etária e outras. Por último, foram criadas variáveis indicadoras de mudança. Essas, indicam se

³⁷ Apenas para pessoa-ano, quando o banco está em formato longo.

³⁸ População de 204.450.649 habitantes de acordo com a estimativa publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União de 1º de julho de 2015 (disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_dou.shtm).

o alcance escolar, ocupacional ou de renda no tempo t foi diferente do tempo $t - 1$. O mesmo ocorre para o caso regional, caso a região de trabalho do indivíduo no tempo t seja diferente do tempo $t - 1$. O Quadro 3.1 descreve as variáveis mobilizadas para a análise.

Quadro 3.1 – Variáveis Seleccionadas para a Análise – RAIS, 2008 e 2015.

| Variável | Formato | Categorias |
|---|---------------|--|
| Variáveis Fixas (i) | | |
| Gênero | Binária | 0 – Feminino 1 – Masculino |
| Variáveis Situacionais (it) | | |
| Ano | Multinomial | 2008 a 2015 |
| Região | Multinomial | 1 – Norte 2 – Nordeste 3 – Sudeste 4 – Sul 5 – Centro-Oeste |
| Escolaridade | Multinomial | 1 – Até Ensino Fundamental 2 – Ensino Médio Incompleto 3 – Ensino Médio Completo 4 – Ensino Superior Completo |
| Faixa Etária | Multinomial | 1 – Até 25 anos 2 – Entre 26 e 45 anos 3 – Acima de 46 anos |
| Tamanho do Estabelecimento | Multinomial | 1 – 1 a 19 funcionários 2 – 20 a 99 funcionários 3 – 100 a 999 funcionários 4 – 1000 ou mais funcionários |
| Vínculo Empregatício (utilizado apenas no Anexo A) | Multinomial | 1 – CLT 2 – Estatutário 3 – Contratado 4 – Diretoria 5 – Vínculos Frágeis (Avulso, Temporário, Aprendiz) |
| PIS | Identificação | Número de Identificação do Trabalhador |
| CNPJ (ID Empregador) | Identificação | Número de Identificação do Estabelecimento |
| Tempo Empregado | Contínua | Obs.: Em meses |
| ISEI | Contínua | Entre 16 e 90 |
| Quintis de ISEI | Ordinal | ISEI em quintis |
| Decis de Renda | Ordinal | Renda em decis |
| Variáveis de Mudança (t com relação a $t - 1$) | | |
| Mobilidade Renda | Multinomial | 0 – No mesmo decil de $t - 1$ 1 – Mobilidade Ascendente 2 – Mobilidade Descendente |
| Mobilidade Ocupacional | Multinomial | 0 – No mesmo quintil de $t - 1$ 1 – Mobilidade Ascendente 2 – Mobilidade Descendente |
| Mobilidade Escolar | Binária | 0 – Mesmo Grau de $t - 1$ 1 – Grau maior que $t - 1$ |
| Mobilidade Regional | Binária | 0 – Mesma região que $t - 1$ 1 – Outra região que $t - 1$ |
| Empregador | Binária | 0 – Mesmo empregador em $t - 1$ 1 – Outro empregador que $t - 1$ |

Essas variáveis são usadas em diferentes momentos do trabalho. Algumas, como ano, escolaridade e região estão presentes em todos os capítulos. Outras, como vínculo empregatício, só estão inseridas em momentos específicos, como a análise de *missing data*, anexada no fim. Há também, algumas variações no uso de cada variável, como o índice socioeconômico, mensurado pelo ISEI. Nos Capítulos 4 e 5, trata-se de uma variável independente, em que ele é medido através de sua divisão em decis (dez partes iguais de maneira ordenada). Já no Capítulo 6, o ISEI se torna a variável dependente, sendo utilizado em seu formato contínuo, com valores entre 16 e 90. O mesmo ocorre para a variável de escolaridade, que é independente nos capítulos sobre reclassificação racial (4 e 5), e dependente quando se analisa a relação entre reclassificação e medidas de desigualdade (Capítulo 6). Neste último, a variável assume a forma binária entre conclui o ensino médio (1) ou caso contrário (0).

Tais variáveis selecionadas e descritas no Quadro 3.1 são inseridas nos modelos de análise por relações com a posição do indivíduo no mercado de trabalho, e como essas podem estar associadas com a reclassificação racial. Primeiramente, descreve-se as variáveis-teste, ou seja, utilizadas para testar as hipóteses elencadas no Capítulo 2:

- (A) Índice Socioeconômico (ISEI): O ISEI foi desenvolvido por Ganzeboom (*et al.*, 1992), com o objetivo de garantir comparabilidade internacional entre medidas ocupacionais, e deriva da Classificação Internacional de Ocupações (ISCO – International Standard Classification of Occupations). O índice, correlacionado com variáveis de escolaridade e renda, varia entre 16 – trabalhadores da agricultura e pesca – e 90, que representa os juízes. Nesse trabalho, como variável independente, a variável foi dividida em quintis ³⁹ (cinco partes iguais) com o intuito de medir se o tipo de ocupação está associado à classificação racial atribuída pelo classificador.
- (B) Renda: A renda também foi utilizada como uma variável relacionada a *status* socioeconômico, e foi dividida em dez partes iguais. Dessa forma, ela é tratada como uma variável relacional e posicional – ou seja, ter mais renda que os demais se associa a ser visto racialmente como branco, preto ou pardo? Para isso, utilizou-se o maior salário mensal recebido pelo indivíduo até dezembro.

Vale ressaltar, que a RAIS apresenta vários formatos da variável renda. Por isso foi adotada como base, o rendimento salarial nominal do indivíduo em dezembro. Considerando a existência de zeros entre os casos, foi utilizada a renda predita antes do cálculo dos decis de renda.

³⁹ Após a realização de testes com quintis e decis de ISEI, a primeira foi preferida por tornar o modelo mais parcimonioso.

- (C) Escolaridade: Outra variável associada à reclassificação segundo as hipóteses é a escolaridade. Na RAIS, entre 2008 e 2015, houveram algumas diferenças na categorização de tal variável, sendo assim, padronizada nas categorias disponíveis em (1) Fundamental Completo, (2) Médio Incompleto, (3) Médio Completo, e (4) Superior Completo.
- (D) Região: Para testar a hipótese de que há variações na classificação racial nas regiões geográficas brasileiras, todas as cinco foram selecionadas e incluídas nas análises.
- (E) Mobilidade: Mediu-se a mobilidade dos indivíduos em termos de ocupação, renda, escolaridade e região. Essa variável indica se o indivíduo teve mudança em alguma dessas medidas e quando isso ocorre. O objetivo é compreender se o mesmo indivíduo tem, em algum momento entre 2008 e 2015, uma alteração de *status* socioeconômico que possa indicar associação com a reclassificação. Saperstein e Penner (2012) utilizaram tal medida, com variáveis indicadoras para quando o indivíduo sofreu encarceramento ou desemprego, por exemplo. Nessa tese faz-se o mesmo exercício, porém, relacionado à renda, escolaridade, ISEI e à região.

Outras variáveis incluídas no modelo, apesar de não diretamente relacionadas com as hipóteses trabalhadas, podem estar associadas às probabilidades de um indivíduo ser classificado como preto, pardo ou branco. A variável gênero, por exemplo, é inserida no modelo para captar potenciais variações da (re)classificação racial por sexo. A variável gênero foi indicada como relevante para se compreender a autotransição no Brasil (BAILEY & TELLES, 2006), e, por isso inserida nos modelos de análise. O mesmo ocorre para a faixa etária (GUIMARÃES, 2012), que foi dividida em três.

Além dessas variáveis individuais, outras duas foram acrescentadas na análise: o tamanho do estabelecimento empregador, e se o estabelecimento em que o indivíduo trabalhou no tempo t é diferente daquele do tempo $t - 1$ (mudança de empregador). A primeira variável capta se as classificações em estabelecimentos maiores são similares àquela de estabelecimentos menores. A segunda variável capta se há maior probabilidade das características do classificador serem distintas das do classificador anterior.

Abaixo, na Tabela 3.2, estão estatísticas descritivas das variáveis utilizadas para a análise realizada nos capítulos subsequentes. Dividiu-se a descrição entre 2008 a 2015, e uma coluna somente com dados referentes a 2015. Isso é feito com o intuito de observar se houveram variações notáveis entre as médias do período completo e o recorte específico.

Tabela 3.2 – Estatísticas Descritivas da Amostra Total (2008 a 2015) e Parcial (2015) da RAIS – Brasil, 2008 a 2015.

| Características | Recorte Temporal | |
|--|----------------------------|----------------------|
| | Pessoas-ano (2008-2015) | Individual (2015) |
| Região – Norte (%) | 4,3 | 4,3 |
| Região – Nordeste (%) | 15,1 | 15,3 |
| Região – Sudeste (%) | 55,3 | 55,1 |
| Região – Sul (%) | 17,6 | 17,5 |
| Região – Centro-Oeste (%) | 7,7 | 7,8 |
| Região – Mobilidade Regional (%) ¹ | 2,3 | 2,3 |
| Faixa Etária – Até 25 anos (%) | 23,6 | 17,3 |
| Faixa Etária – Entre 26 e 45 anos (%) | 58,2 | 61,0 |
| Faixa Etária – Acima de 46 anos (%) | 18,2 | 21,7 |
| Gênero – Masculino (%) | 62,5 | 61,4 |
| Escolaridade – Até E. Fundamental (%) | 4,4 | 3,8 |
| Escolaridade – Até E. Médio (%) | 36,5 | 30,5 |
| Escolaridade – E. Médio Completo (%) | 49,0 | 53,2 |
| Escolaridade – E. Superior (%) | 10,1 | 12,5 |
| Mobilidade Escolar (%) ¹ | 7,2 | 7,2 |
| ISEI Médio (Desvio-padrão) | 38,3 (13,6) | 38,9 (13,9) |
| Mobilidade Ocup. – Ascendente (%) ¹ | 11,5 | 11,2 |
| Mobilidade Ocup. – Descendente (%) ¹ | 10,1 | 10,7 |
| Mobilidade Ocup. – Indiferente (%) ¹ | 78,5 | 78,1 |
| Mudança de Emprego (%) ¹ | 27,4 | 28,9 |
| 3 vezes no banco de dados (%) | 9,1 | 11,6 |
| 4 vezes no banco de dados (%) | 10,0 | 10,4 |
| 5 vezes no banco de dados (%) | 12,5 | 12,0 |
| 6 vezes no banco de dados (%) | 13,3 | 11,9 |
| 7 vezes no banco de dados (%) | 16,3 | 14,5 |
| 8 vezes no banco de dados (%) | 38,7 | 39,7 |
| Mobilidade de Renda – Ascendente (%) ¹ | 16,4 | 12,3 |
| Mobilidade de Renda – Descendente (%) ¹ | 16,8 | 18,8 |
| Mobilidade de Renda – Indiferente (%) ¹ | 66,8 | 68,9 |
| Tamanho do Estabelecimento – Até 19 (%) | 39,0 | 35,1 |
| Tamanho do Estabelecimento – Até 99 (%) | 23,4 | 24,2 |
| Tamanho do Estabelecimento – Até 999 (%) | 28,0 | 26,4 |
| Tamanho do Estabelecimento – >999 (%) | 9,6 | 14,4 |
| Número de Observações | 50.324.498 | 6.134.342 |

Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

¹ Em 2008, não há referência de $t - 1$ para essas variáveis, por isso a média é igual a zero. Estimou-se a média, excetuando tal ano.

Em geral, os dados do recorte 2008 a 2015, e somente de 2015, não têm diferenças substantivas. Isso indica estabilidade das variáveis, independentemente de qual ano se analisa. Entre as diferenças mais notáveis estão os maiores níveis de escolaridade em 2015, no qual há um aumento de 4% no percentual de trabalhadores com ensino médio completo, e de 2,4% com ensino superior completo.

3.1.3 – Descrição da Variável Dependente

O uso da heterodeclaração em bancos de dados é restrito no Brasil a alguns *surveys*, como a PESB ou a Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O cruzamento entre variáveis auto e heterodeclaradas provê análises em torno da mensuração da *raça* (SILVA, 1999; SIMÕES & JERONYMO, 2007; MUNIZ, 2012; BAILEY *et al.*, 2013). Já a análise temporal das variações classificatórias foi feita através de projeções demográficas, buscando prever o tamanho dos grupos raciais e qual a diferença obtida anos depois (CARVALHO *ET AL.*, 2004; MIRANDA, 2014; 2015). Nesse projeto, estima-se as associações entre a variável *raça/ cor* classificada por um observador externo, com o alcance socioeconômico dos indivíduos (renda, escolaridade e ocupação) ao longo do tempo e do espaço (região geográfica).

Tabela 3.3 – Composição Racial da Amostra Total (2008 a 2015) e Parcial (2015) da RAIS – Brasil, 2008 a 2015.

| Classificação racial | Pessoas-ano (2008-2015) | Individual (2015) |
|----------------------|-------------------------|-------------------|
| Branca (%) | 61,3 | 58,2 |
| Preta (%) | 5,7 | 5,7 |
| Parda (%) | 33,0 | 36,0 |

Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

¹ Em 2008, não há referência de $t - 1$, por isso a média é igual a zero. Estimou-se a média, excetuando tal ano.

A Tabela 3.3 compara a amostra total, entre 2008 e 2015, e apenas em 2015. Para a classificação racial, observa-se que em 2015, há uma queda na classificação branca, e um aumento da classificação parda. Apesar de pequena, a variação indica um processo de crescimento desse grupo entre 2008 e 2015. Em linhas gerais, porém, não há mudanças na distribuição racial da amostra no período.

Tabela 3.4 – Fluxo Classificatório Racial ¹ – Brasil, 2008 a 2015.

| Inicial ($t - 1$) | Destino (t) | | | Total |
|---------------------|-----------------|-------|-------|-------|
| | Branca | Parda | Preta | |
| Branca | 57,5 | 3,8 | 0,5 | 61,8 |
| Parda | 3,3 | 28,6 | 0,6 | 32,5 |
| Preta | 0,5 | 0,7 | 4,6 | 5,7 |
| Total | 61,3 | 33,0 | 5,7 | 100,0 |

¹ Os valores nas células se referem a médias observadas em todo o intervalo analisado, entre 2008 e 2015.

N: 50.324.498

Qui-quadrado (4 graus de liberdade) ≈ 65000000 ; P-valor $< 0,01$.

Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

Os fluxos classificatórios são observados na Tabela 3.4, na qual a coluna indica a classificação dos indivíduos no tempo t , nas linhas as classificações no tempo $t - 1$, ou seja, imediatamente anterior. Tem-se dois pontos de destaque nessa tabela: (i) o percentual de fluxos entre as categorias raciais, e (ii) o fluxo de *embranquecimento* e *enegrecimento* resultantes da reclassificação.

Os fluxos reclassificatórios mais significativos vão da categoria branca para parda, e parda para branca. No total, 7% da amostra da RAIS se reclassifica entre essas categorias. Além disso, o percentual que vai de uma para a outra é equivalente, indicando que não há um desequilíbrio entre elas. Comparativamente, situação similar é observada na PME por Miranda (2014). Segundo o autor, 7,3% passa de branco para pardo, enquanto 7,5% se reclassifica de pardo para branco. Isso demonstra que, apesar das reclassificações, não se altera a composição racial final já que os fluxos entre categorias são simétricos.

Destaca-se também, que os fluxos entre as categorias preta e branca, e preta e parda também são análogos. Isso se reflete no segundo ponto, de que o *embranquecimento* e o *enegrecimento* são equivalentes. A soma dos percentuais fora da diagonal na Tabela 3.4, 4,9% vão para categorias *mais claras*, enquanto 4,5% vão para categorias *mais escuras*. Considerando os resultados de Miranda (2014), apenas para brancos, pretos e pardos, o *embranquecimento* corresponde a 10,5%, e o *enegrecimento*, a 11,3%.

Assim, os resultados indicam que a autoclassificação é mais volátil que a heteroclassificação, dados os percentuais de reclassificação encontrados na Tabela 3.4 e em Miranda (2014). Por outro lado, os fluxos classificatórios em ambos os casos são equivalentes entre as categorias, e no que se refere ao *embranquecimento* e *enegrecimento*.

A partir desses resultados, os modelos estatísticos são estimados de maneira a mensurar as associações com as mudanças de reclassificação racial – ou seja, qual é a associação entre as características dos casos que se encontram fora da diagonal da Tabela 3.4 e a sua reclassificação racial? A variável dependente dos modelos estimados é um (1) quando há reclassificação, e zero (0) quando a classificação no tempo t é idêntica ao tempo $t - 1$. Em suma, os modelos respondem: Em que medida as variáveis independentes associam-se à reclassificação racial individual?

3.2 – Modelos

Para assumir o uso de qualquer modelo estatístico, algumas perguntas devem ser respondidas: (i) qual o tipo da variável dependente (contínua, nominal, ordinal), (ii) qual sua distribuição (normal, categórica, assimétrica), (iii) qual a temporalidade dos dados, (iv) como as observações estão distribuídas, (v) quais as especificações e pressupostos do modelo. Respondidas tais perguntas, justifica-se a adoção do modelo em questão.

Com o objetivo de responder o que está associado à reclassificação, e se há heterogeneidades socioeconômicas, serão estimados três modelos – um para reclassificações na categoria branca, outro para preta, e a última para parda. Por exemplo, no modelo para a classificação parda, tem-se $Y_{it} = 1$ quando a classificação é parda, e $Y_{it} = 0$, quando não é. Assim, um indivíduo classificado como pardo nos oito anos tem sua variável dependente entre 2008 e 2015 como: **1 1 1 1 1 1 1 1**. Quando este não é classificado como pardo em nenhum momento, tem-se: **0 0 0 0 0 0 0 0**. Nesses exemplos, não há reclassificação em nenhum deles. Porém, quando há reclassificação de uma outra categoria para parda, os dados são apresentados como: **0 0 0 1 0 0 0 0**. Ou seja, quando há a reclassificação para a categoria em questão, é sobre esses casos (1) que os modelos serão estimados, buscando quais as variações ocorridas nas variáveis dependentes quando houve reclassificação ⁴⁰.

A distribuição dessas variáveis é binária, ou seja, são variáveis a partir das quais pode-se estimar a função logística de probabilidade latente de sua densidade cumulativa. A sua distribuição é dada pela expectativa de ocorrência de um evento ($Y=1$) pela expectativa de não-

⁴⁰ Deve-se ressaltar, porém, que os coeficientes apresentam o “efeito” médio das associações entre uma covariável X com a ocorrência de $\Pr(Y) = 1$. Logo, pode ocorrer situações em que, por exemplo, o aumento da renda leve pretos para a categoria parda, bem como o decréscimo de renda leve brancos para parda. Nesse sentido, os coeficientes demonstram a associação com a classificação de “destino”, mas não de “origem”.

ocorrência ($Y=0$). Sendo $\Pr(q)$, na Fórmula (3.1), a proporção esperada de ocorrências de $Y=1$, definida a partir de covariáveis observadas.

$$\Pr(Y_i = q) = \frac{\exp(q)}{1 + \exp(q)} \quad (3.1)$$

Define-se q a partir de variáveis independentes. Dessa forma, é estimada a probabilidade de ocorrência de determinado evento Y em função de outras covariáveis.

Os quesitos (iii) de temporalidade e (iv) de distribuição das observações listados acima são complementares. Primeiramente, deve-se explicitar qual a temporalidade da coleta dos dados, se transversal ou longitudinal. Em um primeiro momento, os dados da RAIS são coletados de maneira transversal. Contudo, por meio da identificação dos indivíduos i em todos os anos, é possível construir um painel com informações constante no tempo (Z_i) – como o gênero – e potencialmente variáveis no tempo (X_{it}) – como a renda.

Dados longitudinais têm implicações na distribuição das observações e nas características individuais. Na estrutura do banco de dados, cada entrada se refere a um indivíduo em determinado momento do tempo (ou seja, pessoa-ano), por isso, há duas letras no subscritos das variáveis dependente (Y_{it}) e independentes, *time-varying* (X_{it}), ao contrário de variáveis estáveis no tempo (Z_i).

Por que a estrutura em painel contribui para responder às perguntas de pesquisa? Os dados raciais disponíveis pela RAIS apresentam uma variação ao longo do tempo. Isto é, o mesmo indivíduo Y_i pode ter diferentes classificações raciais, variando juntamente com o tempo t . Um mesmo indivíduo pode ter registros da sua raça ou cor como $Y_i = 4, 4, 4, 8, 8$, por exemplo, seguindo as categorias raciais (2=Branca, 4=Preta, 8=Parda). Logo, mede-se se houve reclassificação, que, nesse exemplo seria $Y_i = 0, 0, 0, 1, 1$, ou mais especificamente, $Y_{it1} = 0$, $Y_{it2} = 0$, $Y_{it3} = 0$, $Y_{it4} = 1$ e $Y_{it5} = 1$. Portanto, testa-se se essa variação é aleatória, um efeito temporal associado à passagem do tempo ou, ainda, se associada à situações específicas pelas quais os indivíduos se encontram, ou seja, as variáveis *time-varying* X_{it} .

Outra informação referente à estrutura dos dados é a relação com os dados faltantes (*missing data*). As unidades i com dados em painel podem incorrer de não-respostas ao longo do tempo, seja por perdas, como morte do respondente ou por não o encontrar na referida coleta de dados no tempo t (na terminologia de dados longitudinais, na referida *onda*, momento da

coleta). No caso específico da RAIS, as perdas ocorrem pela exclusão dos indivíduos do mercado de trabalho formal, seja de maneira temporária (pois estão na informalidade ou em desemprego) ou permanente (em caso de aposentadoria, morte ou quando o indivíduo não retorna para o mercado formal). Ou seja, pode-se ou não retornar para o registro.

Quando todos os indivíduos i da amostra analisada aparecem igualmente em todos os recortes de tempo t , diz-se que se trata de dados balanceados, ao contrário de quando há dados faltantes, que são desbalanceados – como o caso presente. Indica-se que problemas de desbalanceamento sejam corrigidos por meio de ponderação, em casos de viés (RABEHESKETH & SKRONDAL, 2012; ANDREß *et al.*, 2013).

Ainda referente aos pontos (iii) e (iv), questiona-se se há variações intra-individuais. Isto é, as características individuais variam ao longo do tempo? E, tais variações ocorrem ao mesmo tempo que a reclassificação? A resposta é afirmativa no sentido de que, um mesmo indivíduo pode ser classificado de diferentes maneiras, variando o t . Além disso, as variáveis chamadas *time-varying* (X_{it}) se alteram, dado que o indivíduo muda de emprego, de salário, de categoria ocupacional, região do país, entre outras. Dessa forma, na escolha do modelo, é necessário considerar essas variações intra-individuais, demonstrando que as informações variam por i e t . Os resultados devem ser estimados tanto em consideração às diferenças entre indivíduos i , quanto dos mesmos indivíduos dependendo do t .

Tendo em vista a estrutura e a variância dos dados Y , X e Z , e os objetos da análise que se pretende apresentar, chega-se ao ponto (v). Neste, define-se as especificações em função dos pressupostos que devem ser assumidos. Para isso, segue-se a indicação e o passo a passo feito por Andreß (*et al.*, 2013). Os autores apontam que, ao lidar com variações binárias em relação a Y em função do tempo $t > 1$, deve-se estimar a probabilidade a partir de modelos de regressão logística denominados de *discrete-time event history models for panel data* (ANDREß *et al.*, 2013).

Em *discrete-time event history models* para dados de painel utilizam-se alguns termos específicos, que são sucintamente denominados como: *eventos*, referentes às mudanças na variável dependente Y ; *episódios*, relacionadas às mudanças em relação às variáveis independentes; *grupo de risco*, os indivíduos que passaram por mudanças em Y_{it} ; *período de risco*, os indivíduos expostos à possibilidade de mudança em Y_{it} ; *censored variables*, aquelas variáveis que, em todos os tempos são $Y_{it}=0$, e assim, não são necessariamente analisadas. Tem-se também uma variação na nomenclatura da probabilidade a ser calculada nesses modelos, que é chamada de *hazard rate* ($h_{ip}(t)$), sendo i o indivíduo em questão, p o período de risco em que

o indivíduo está exposto à possibilidade de ocorrência do evento, e t cada um dos pontos analisados no tempo.

A modelagem de mudanças na variável Y poderia ser feita por meio de regressões de mínimos quadrados ordinários ou logística (ANDREß *et al.*, 2013). No primeiro caso, a técnica tem propriedades para lidar com as variações temporais. No segundo, a regressão logística tem a capacidade de diferenciar as *censored variables* e estimar as probabilidades em função dos $Y_{it}=0$ e $Y_{it}=1$. Contudo, ambas possuem limitações, e os *discrete-time event history models* se propõem a aliar suas potencialidades. Enquanto os mínimos quadrados ordinários têm contribuições válidas em termos de analisar a temporalidade, ele desconsidera as *censored variables* $Y_{it}=0$. A regressão logística tem estrutura adequada para lidar com as variáveis censuradas e os eventos, mas não modela de maneira apropriada os processos de mudança ao longo do tempo.

A modelagem proposta, então, associa as adequações dos dois modelos, visando contornar suas limitações em termos de estimação de probabilidade de mudanças em Y_{it} . Tem-se um modelo logístico que lida com a ocorrência, ou não, de determinado evento Y_{it} , o que lhe atribui a característica *condicional*, já que a probabilidade de ocorrência é calculada em função da não-ocorrência de tal evento.

$$\ln\left(\frac{h_{ip}(t)}{1-h_{ip}(t)}\right) = \beta_0(t) + \beta_1x_{1it} + \dots + \beta_kx_{kit} + \gamma_1z_{1i} + \dots + \gamma_jz_{ji} + u_i + \lambda_{it} \quad (3.2)$$

Na Equação (3.2), tem-se a chance de ocorrência do evento $h_{ip}(t)$ em função dos coeficientes β para variáveis X que oscilam com o tempo, e variáveis Z constantes no tempo. A única variável Z é o sexo, constante ao longo do tempo. Já ano, quintil de ISEI, decil de renda, escolaridade, região e as mobilidades, variam no tempo. O modelo considera também os “efeitos não mensurados estáveis ao longo do tempo por unidade específica” (ANDREß *et al.*, 2013, p. 275). Isto é, heterogeneidades não mensuradas pelas variáveis X ou Z são capturadas pelo termo λ_{it} .

Dessa forma, os modelos de *time-event history* se mostram adequados tanto pela mensuração de variáveis, dependentes e independentes, no tempo, quanto pelo fato de comparar o indivíduo consigo mesmo em diferentes situações. O objetivo é responder se houve mudanças

na classificação dos indivíduos e, se houve, o que está associado a tais mudanças. O modelo de efeitos fixos, adequa-se à estrutura dos dados para responder à seguinte situação: uma vez que um indivíduo é classificado como r , espera-se que ele permaneça como r . Porém, caso contrário, o que ocorreu para que houvesse outra classificação (diferente de r)?

Ao fazer modelos específicos por grupo racial (ou seja, um modelo para os reclassificados para a cor branca, outro para os reclassificados para a categoria preta e outro para a parda), analisa-se quais as características do indivíduo no tempo t (como *status* e região) e se houve alguma mudança. Em suma, a pergunta postulada é: Após “controlar-se” por características individuais (variáveis e constantes) e estéticas/ fenotípicas (através dos efeitos fixos), há associações entre a heteroclassificação racial e o status socioeconômico e a região que o indivíduo se encontra?

4 – DINHEIRO EMBRANQUECE? VARIAÇÕES DE STATUS E RECLASSIFICAÇÃO RACIAL

A classificação racial e a estratificação socioeconômica no Brasil se relacionam de duas maneiras. Por um lado, o topo da estrutura é composto por mais indivíduos brancos que negros. Por outro, há evidências de embranquecimento da classificação de indivíduos no topo (SCHWARTZMAN, 2007; MIRANDA, 2014). Contudo, a inexistência de reclassificação pouco alteraria a proporção branca dentre os mais bem pagos, mais escolarizados e em ocupações mais altas. Como demonstra Costa Ribeiro (2017), o fato de haver embranquecimento daqueles mais bem posicionados, não significa inversão dos padrões de desigualdade racial.

Para verificar se indivíduos são reclassificados em função de suas características contextuais – como renda, escolaridade, *status* –, duas abordagens são recorrentes. A primeira contrasta duas formas de medida racial (auto e heteroclassificação, por exemplo). A segunda, observa variações da classificação racial ao longo do tempo. Nesse caso, utiliza-se da segunda estratégia para a heteroclassificação dos indivíduos na RAIS. Tal abordagem tem como objetivo responder: (i) há associações entre a reclassificação e o alcance socioeconômico? (ii) a mobilidade escolar, salarial ou ocupacional do indivíduo altera a classificação do indivíduo?

Os modelos de efeitos fixos utilizados permitem comparações inter e intra individuais. Entre indivíduos, analisa-se em quais perfis é mais comum a reclassificação. Entre os mais escolarizados? Entre aqueles com menor renda? Posteriormente, a análise intra-individual aponta quais mudanças na trajetória individual levam à reclassificação. Isto é, o aumento da renda, da escolaridade, ou do índice socioeconômico altera a probabilidade de reclassificação? Para qual categoria racial?

O Capítulo 4, então, se divide em (i) análises descritivas da composição racial por características socioeconômicas, (ii) resultados dos modelos multivariados para a reclassificação como branco, pardo ou preto, e (iii) uma conclusão do capítulo. Em síntese, quando um indivíduo possui ensino superior completo, a probabilidade dele ser reclassificado como branco é 5% maior do que se ele tivesse apenas o ensino fundamental. Por outro lado, o aumento de renda e de índice socioeconômico (ISEI) pouco varia na probabilidade de reclassificação. Com relação à mobilidade, apenas o aumento de escolaridade é significativo – ao contrário de renda e ocupação. Ao aumentar sua escolaridade, o indivíduo se torna mais provável de ser reclassificado como branco, e menos provável como preto.

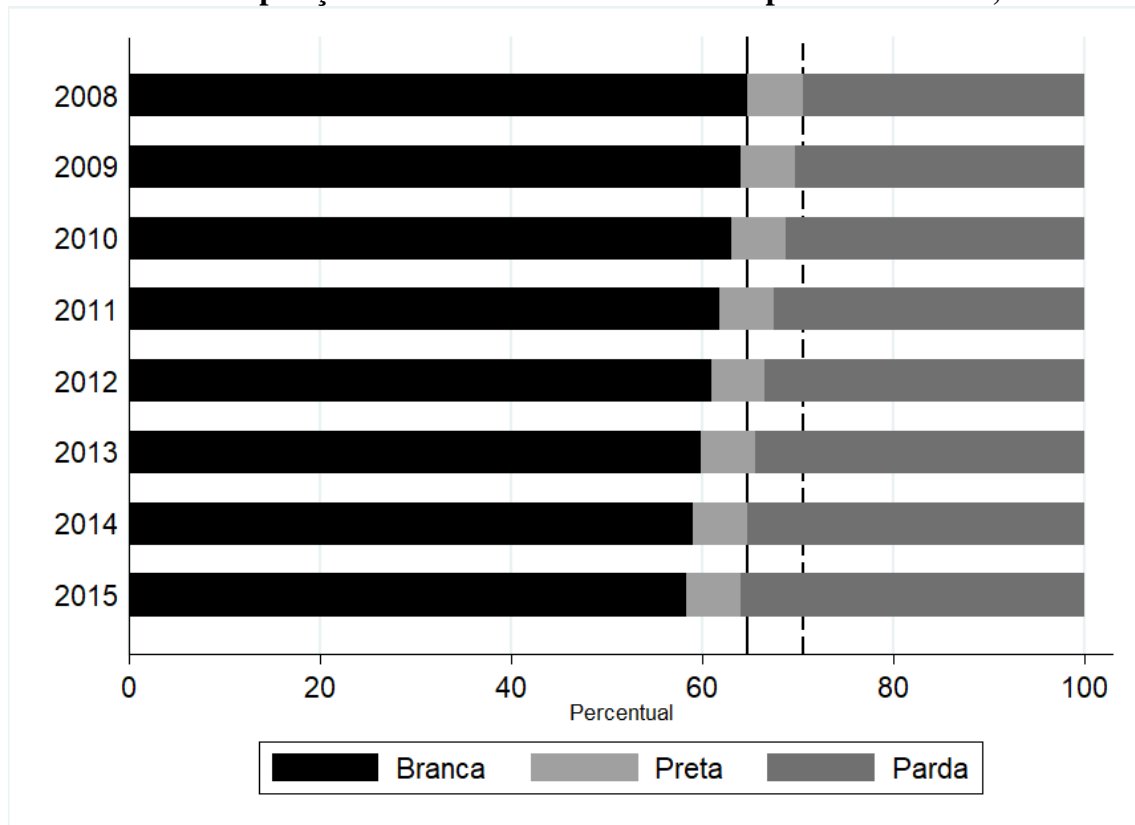
4.1 – Estatísticas Descritivas

O tempo é uma variável importante na análise das classificações raciais, uma vez que permite mensurar mudanças e contextos. Em análises histórico-comparativas, observa-se processos de *boundary shifting*, em que, por exemplo, os “irlandeses” passam a ser classificados como “brancos” nos Estados Unidos (IGNATIEV, 1995). Para variações individuais, *boundary crossing* é mensurado ao indicar quais grupos são mais prováveis de serem reclassificados (CARVALHO *et al.*, 2004; MIRANDA, 2014). Além disso, ambos os processos podem ser mensurados conjuntamente, como o grande fluxo de reclassificação ocorrido em Porto Rico no início do século XX (LOVEMAN & MUNIZ, 2007).

O tempo é uma característica importante, pois demonstra como as fronteiras raciais variam ou permanecem estáveis. O Gráfico 4.1 mostra variações na composição racial da amostra entre 2008-2015. Os dois principais pontos são: (i) a predominância de classificações brancas em todos os anos, e (ii) o aumento da classificação parda. O percentual de classificações pretas sofre pequenas variações entre 2008 e 2015, mantendo-se em torno de 6%.

O aumento no número de pardos é observado por dois motivos: (i) como a categoria “recebe” classificações anteriormente pretas e brancas, com o passar do tempo, tem-se um aumento gradativo desse grupo; (ii) dentre aqueles que têm sua primeira aparição no banco, é mais comum que estes sejam classificados como pardos. Logo, o aumento de pardos ao longo dos anos se deve à reclassificação, e à maior composição destes nos “novos” casos.

Gráfico 4.1 – Composição Racial da Amostra Analítica por Ano – Brasil, 2008 a 2015.



Obs.: a linha vertical contínua representa o percentual branco em 2008 (64,7%) e a linha tracejada a soma de brancos e pretos no mesmo ano (70,5%). Ambas são utilizadas como referência.

Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

Análises prévias demonstram que a reclassificação racial no Brasil tem levado à diminuição da classificação branca. Para Carvalho (*et al.*, 2004), entre 1950 e 1980, essa variação foi decorrente do aumento da classificação parda, e, para Miranda (2015), da classificação preta na primeira década de 2000. Para a autoclassificação, verifica-se que entre 2008 e 2015, o percentual de classificação branca também diminuiu em 3% (IBGE, 2015), enquanto na RAIS, a queda foi de 6,7%.

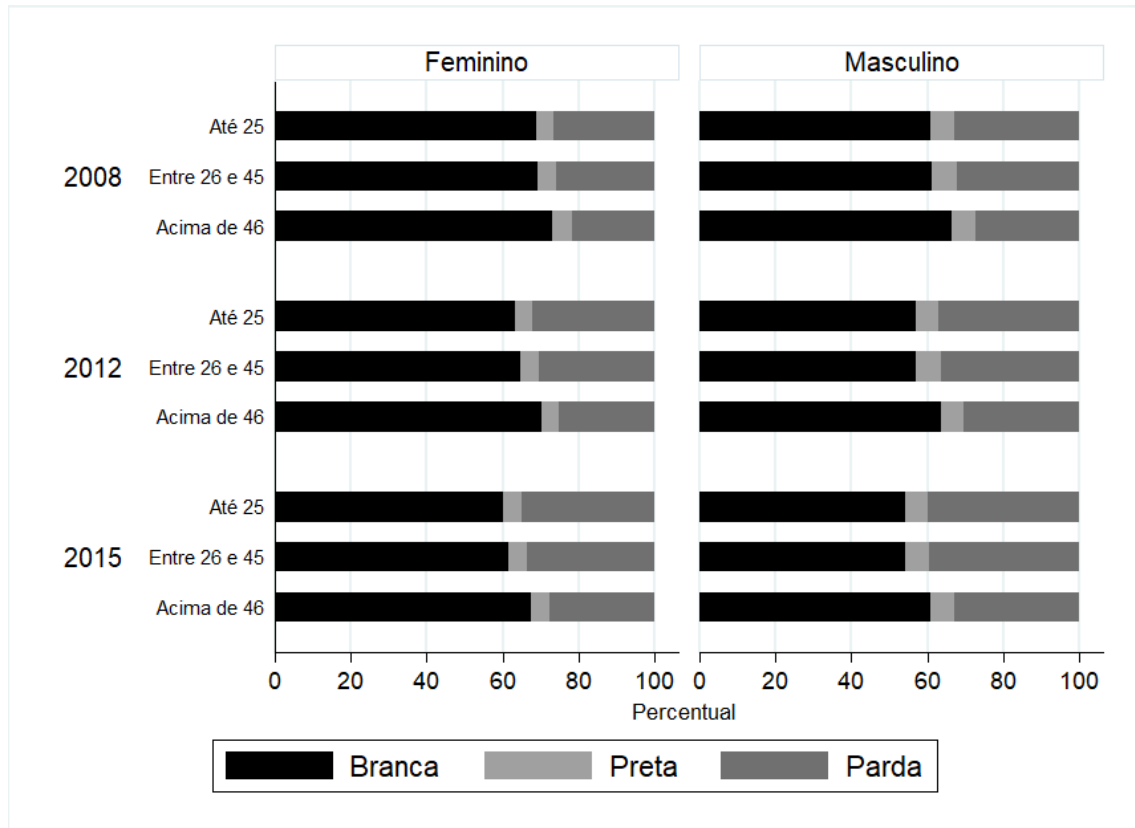
As variações temporais refletem mudanças nas fronteiras raciais ou na adesão a elas. Brunsmá (2006), por exemplo, demonstra como a adesão à categoria *mista* varia de acordo com o perfil socioeconômico e regional no censo norte-americano. Ou Liebler (*et al.*, 2017), que destacam como a reclassificação é segmentada nos Estados Unidos, associada ao recorte geracional de indivíduos mais jovens na Costa Oeste. Uma vez que as classificações no tempo t não são iguais ao $t - 1$, cabe investigar quais as características dos indivíduos e dos grupos que são reclassificados. Para isso o Gráfico 4.2 e a Tabela 4.1 apresentam estatísticas descritivas por gênero e faixa etária, escolaridade, renda salarial e ocupação, antes da realização de testes sobre as hipóteses elencadas.

Na literatura sobre classificação racial, o gênero e a idade têm poucas referências. No que diz respeito à autoclassificação, espera-se um maior embranquecimento por parte das mulheres relacionado, principalmente, a exigências do padrão de beleza construídos sobre a figura da mulher branca (BAILEY & TELLES, 2006; HORDGE-FREEMAN, 2015). Já as associações por idade, segundo Agier (2001) e Sansone (2003), demonstram maior adesão dos jovens no século XXI às categorias “nos extremos” preto e branco, devido a uma maior integração a movimentos raciais transnacionais. Em comparação a esses estudos, o que a heteroclassificação na RAIS demonstra em termos de faixa etária e gênero?

Por gênero vê-se que a composição racial varia para homens e mulheres. As mulheres são majoritariamente brancas, embora a categoria branca também tenha se reduzido. Em 2008, 69,6% das mulheres eram classificadas como brancas, sendo que em 2015 esse percentual cai para 62,3% (queda de 7,3%). Essa mudança ocorre em detrimento do aumento da categoria parda, que passa de 25,7% para 32,8% no mesmo período. Para os homens, o processo é similar, diminuindo em 6,3% para a categoria branca, de 62% para 55,6%. Nesse sentido, a composição racial por gênero se difere, com mais mulheres brancas, mas a variação na classificação é semelhante para ambos os grupos.

Em relação à composição racial por faixa etária, observa-se que as idades elevadas são compostas por mais brancos, independentemente do gênero. Conforme apresentado no Gráfico 4.2, em 2008, em 2012 e em 2015, há uma diferença considerável do grupo etário acima dos 46 anos para os demais. Ou seja, o aumento da classificação parda ocorre entre os mais jovens com o passar do tempo.

Gráfico 4.2 – Composição Racial por Ano, por Gênero e por Faixa Etária – Brasil, 2008 a 2015.



Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

As variações ocorrem de tal maneira que, em 2008, a parcela feminina até 25 anos da RAIS tem 26,7% de pardos, e em 2015, 35,0%. Para os homens com até 25 anos, no mesmo período, os pardos passam de 32,8% para 39,7%, respectivamente. Em relação à faixa etária com 46 anos ou mais, o aumento no percentual de pardos é de 6% entre 2008 e 2015, independentemente do gênero. Em termos de composição racial, tem-se que, por gênero, a classificação das mulheres é mais branca, e daqueles com até 25 anos, mais parda.

Por faixa etária evidencia anterior sugere que jovens estejam atrelados a discursos mais politizados de raça, o que se refletiria em categorias mais extremas – branca/ preta (SANSONE, 2003), ou negra (BAILEY & TELLES, 2006). De fato, com base no Gráfico 4.2, a classificação parda é proporcionalmente maior entre aqueles com até 25 anos do que entre indivíduos com 46 anos mais de idade.

Logo, em termos de composição, há diferenças por faixa etária e gênero. Tem-se diferenças notáveis entre os grupos – como a maior composição branca entre mulheres e entre aqueles com mais de 45 anos –, ao mesmo tempo em que esses grupos acompanham padrões gerais, como o aumento das classificações pardas. Ou seja, a descrição do contexto indica

composições distintas por gênero e faixa etária, mas não em termos de reclassificação. Para isso, a análise multivariada investiga se a probabilidade de reclassificação é similar para tais categorias.

4.2 – Perfis e mobilidade socioeconômica: o *dinheiro embranquece*?

A fluidez racial é usualmente discutida e analisada através do viés socioeconômico. No Brasil, a correlação entre ascensão social e embranquecimento suscitou hipóteses e trabalhos ao longo de décadas. A hipótese mais usual nessa discussão versa sobre a possibilidade de indivíduos mais bem posicionados na estrutura socioeconômica se verem e serem vistos como *mais brancos* ou *menos pretos* (NOGUEIRA, 1955; DEGLER, 1976; SCHWARTZMAN, 2007).

Essa pergunta – *dinheiro embranquece?* –, correntemente feita para o contexto brasileiro, passou a ser feita também em outros países, especialmente da América Latina e nos Estados Unidos (BONILLA-SILVA, 2004; PENNER & SAPERSTEIN, 2008; SAPERSTEIN & PENNER, 2012; SAPERSTEIN & GULLICKSON, 2013; TELLES, 2014; TELLES & PASCHEL, 2014). Esses estudos, então, buscam responder se categorias raciais associam-se às características socioeconômicas dos indivíduos.

Para testar a associação entre reclassificação racial e alcance socioeconômico, serão utilizadas as variáveis de escolaridade, renda salarial, e índice socioeconômico (ISEI). Além do alcance, a mobilidade também será mensurada para essas mesmas três variáveis, buscando responder se a melhoria em indicadores socioeconômicos é associada às variações para categorias *mais claras* (de parda para branca, e de preta para parda ou branca).

A Tabela 4.1 apresenta um panorama dos dados socioeconômicos em 2008 e 2015. Faz-se comparações entre os anos e entre os grupos raciais. Em geral, destaca-se que a classificação branca tem maior concentração nos estratos superiores do que pardos e, principalmente, pretos. Contudo, esses indicadores não são estáticos, tendo variações de 2008 para 2015.

Por escolaridade, observa-se dois tipos de variações: em primeiro lugar, a mão de obra se torna mais escolarizada e, em segundo lugar, que pardos aumentam sua participação nos níveis mais altos. Com relação à escolarização da amostra, indica-se que trabalhadores com ensino médio completo e superior completo passaram de 51,9% para 65,7%. Juntamente com esse aumento, os pardos passam de 1,3% para 2,8% dentre aqueles com ensino superior

completo em 2015. O padrão, contudo, não se altera em ambos os anos, em que, níveis mais altos de escolaridade possuem mais brancos em sua composição.

Tabela 4.1 – Composição Racial por Escolaridade, ISEI e Renda – Brasil, 2008 e 2015.

| Escolaridade ¹ | 2008 | | | | 2015 | | | |
|---------------------------------|-----------|-----------|---------|-----------|-----------|-----------|---------|-----------|
| | Branca | Parda | Preta | Total | Branca | Parda | Preta | Total |
| Fundamental | 2,3 | 2,2 | 0,5 | 5,0 | 1,6 | 1,9 | 0,4 | 3,8 |
| Médio Inc. | 26,8 | 13,2 | 3,0 | 43,0 | 16,9 | 11,3 | 2,2 | 30,5 |
| Médio Com. | 28,7 | 12,8 | 2,1 | 43,7 | 30,4 | 20,0 | 2,8 | 53,2 |
| Superior | 6,8 | 1,3 | 0,2 | 8,2 | 9,3 | 2,8 | 0,3 | 12,5 |
| Total | 64,7 | 29,5 | 5,8 | 100,0 | 58,2 | 36,0 | 5,7 | 100,0 |
| Quintis ISEI² | | | | | | | | |
| Quartil 1 | 11,3 | 7,3 | 1,7 | 20,2 | 10,3 | 8,4 | 1,6 | 20,4 |
| Quartil 2 | 12,3 | 6,5 | 1,4 | 20,2 | 11,1 | 8,4 | 1,4 | 20,8 |
| Quartil 3 | 13,6 | 6,2 | 1,3 | 21,1 | 16,3 | 10,1 | 1,5 | 27,9 |
| Quartil 4 | 17,5 | 6,4 | 1,0 | 24,9 | 9,3 | 4,3 | 0,6 | 14,2 |
| Quartil 5 | 10,0 | 3,1 | 0,4 | 13,6 | 11,2 | 4,9 | 0,6 | 16,7 |
| Total | 64,7 | 29,5 | 5,8 | 100,0 | 58,2 | 36,0 | 5,7 | 100,0 |
| Decis Renda³ | | | | | | | | |
| Decil 1 | 4,7 | 4,7 | 0,7 | 10,1 | 4,0 | 5,4 | 0,7 | 10,1 |
| Decil 2 | 5,1 | 4,5 | 0,7 | 10,3 | 4,4 | 5,0 | 0,6 | 10,1 |
| Decil 3 | 5,5 | 3,6 | 0,6 | 9,7 | 4,8 | 4,9 | 0,7 | 10,5 |
| Decil 4 | 6,7 | 3,0 | 0,8 | 10,4 | 5,3 | 3,5 | 0,5 | 9,4 |
| Decil 5 | 6,3 | 2,8 | 0,6 | 9,7 | 7,0 | 4,0 | 0,8 | 11,9 |
| Decil 6 | 7,8 | 2,7 | 0,8 | 11,3 | 5,3 | 2,4 | 0,5 | 8,2 |
| Decil 7 | 6,2 | 2,2 | 0,4 | 8,8 | 6,6 | 3,3 | 0,7 | 10,5 |
| Decil 8 | 6,9 | 2,4 | 0,6 | 9,8 | 6,3 | 2,8 | 0,5 | 9,6 |
| Decil 9 | 7,4 | 2,1 | 0,5 | 10,0 | 7,5 | 2,9 | 0,5 | 10,8 |
| Decil 10 | 8,1 | 1,6 | 0,2 | 9,9 | 7,0 | 1,8 | 0,2 | 9,0 |
| N | 3.348.362 | 1.528.616 | 300.526 | 5.177.504 | 3.570.722 | 2.210.855 | 352.765 | 6.134.342 |
| Total | 64,7 | 29,5 | 5,8 | 100,0 | 58,2 | 36,0 | 5,7 | 100,0 |

Fonte: RAIS/ MTE, 2008 e 2015.

¹ Qui-quadrado (6 graus de liberdade) 2008 \approx 1100000; P-valor<0,01

Qui-quadrado (6 graus de liberdade) 2015 \approx 1300000; P-valor<0,01

² Qui-quadrado (8 graus de liberdade) 2008 \approx 950000; P-valor<0,01

Qui-quadrado (8 graus de liberdade) 2015 \approx 1100000; P-valor<0,01

³ Qui-quadrado (18 graus de liberdade) 2008 \approx 2600000; P-valor<0,01

Qui-quadrado (18 graus de liberdade) 2015 \approx 3300000; P-valor<0,01

Os quintis de ISEI e decis de renda também demonstram associação por grupo racial. Em ambos os casos, quanto maior a categoria, maior o percentual de brancos. A comparação anual também aponta para a diminuição das diferenças proporcionais entre os grupos raciais. O grupo pardo, principalmente, aumenta sua proporção nos decis superiores, influenciado pelo seu aumento na amostra geral. O grupo preto, por sua vez, não apresenta variações significativas nos estratos mais altos de renda e ocupação.

Para além do alcance socioeconômico, observa-se também as mobilidades socioeconômicas experimentadas pelos indivíduos entre 2008 e 2015, e se isso ocorre concomitantemente com a variação classificatória. Na Tabela 4.2 tem-se o percentual de

reclassificação por mobilidade. Primeiramente, destaca-se os valores das marginais da referida tabela, em que 9,4% das classificações raciais são diferentes das do ano anterior ($t - 1$). Nas linhas, observa-se também que a mobilidade de renda é a mais comum (29,8%), seguida pela mobilidade ocupacional, e, por último, a mobilidade escolar.

Tabela 4.2 – Reclassificação Racial por Mobilidade Escolar, Ocupacional e Salarial – Brasil, 2008 a 2015.

| Tipo de Mobilidade | Reclassificação | | Total |
|------------------------|-----------------|-----------|------------|
| | Não | Sim | |
| Escolaridade | | | |
| Imobilidade | 86,3 | 7,3 | 93,6 |
| Mobilidade Ascendente | 4,3 | 2,1 | 6,4 |
| Ocupação/ ISEI | | | |
| Imobilidade | 76,8 | 3,9 | 80,9 |
| Mobilidade Ascendente | 7,5 | 2,8 | 10,3 |
| Mobilidade Descendente | 6,3 | 2,7 | 9,0 |
| Renda | | | |
| Imobilidade | 66,8 | 3,4 | 70,2 |
| Mobilidade Ascendente | 11,5 | 3,1 | 14,7 |
| Mobilidade Descendente | 12,3 | 2,8 | 15,1 |
| N | 45.611.274 | 4.713.224 | 50.324.498 |
| % | 90,6 | 9,4 | 100,0 |

Fonte: RAIS/MTE, 2008 a 2015.

Por tipo de mobilidade, o aumento de escolaridade ocorre de maneira mais rara, em apenas 6,4% das classificações. Contudo, cerca de um terço dos casos em que houve mobilidade entre $t - 1$ e t foi acompanhado de reclassificação racial. Por ocupação, demonstra-se que a proporção de reclassificação é maior dentre aqueles que experimentaram mobilidade, seja ascendente ou descendente.

Por ser mais volátil do que a escolaridade e a ocupação, a mobilidade de renda é a mais recorrente, ocorrendo em 30% das pessoas-ano. Proporcionalmente, porém, os percentuais de reclassificação não são expressivamente maiores do que entre aqueles com mobilidade ocupacional. Assim, destaca-se que a reclassificação é proporcionalmente mais frequente dentre aqueles em mobilidade. Faz-se uma ressalva, que indivíduos em mobilidade têm maiores possibilidades de estarem mudando de emprego. Para isso, nas análises multivariadas, serão consideradas também se essas variações se devem à mudança de emprego ou de status.

Desse modo, a análise de dados socioeconômicos demonstra heterogeneidades em termos raciais, e de reclassificação. A descrição dos dados, porém, não permite inferir que a composição racial é influenciada pela reclassificação, a ponto de defender que o *dinheiro embranquece*. Os resultados apresentados a seguir, através de modelos multivariados com efeitos fixos, comparam as diferentes situações nas quais os indivíduos são classificados. Além

disso, compara-se os indivíduos com eles mesmos, buscando responder se as variações contextuais aumentam as probabilidades de reclassificação racial.

4.3 – Análise Multivariada e Predições

Ao analisar as estatísticas descritivas para classificação racial por escolaridade, renda, ocupação, gênero e idade, observa-se heterogeneidades entre os grupos em duas dimensões, além das variações anuais. Porém, a reclassificação pode ocorrer por vários motivos simultaneamente e também por outras razões, atrelando-se a região ou o fato de o indivíduo estar em um emprego novo com relação ao ano anterior (tempo $t - 1$). Desse modo, a análise multivariada estima probabilidades de reclassificação para as categorias branca, parda e preta (independentemente da categoria racial de origem), em função das variáveis relevantes que podem aumentar ou diminuir a sua ocorrência. Ressalta-se que os valores dos Gráficos 4.3 a 4.6 são baseados em predições fixadas nas características mais prevalentes na amostra⁴¹, com exceção das variáveis analisadas em cada gráfico. Os coeficientes dos modelos se encontram no Anexo B.

A primeira análise combina gênero e faixa etária. As hipóteses existentes sobre a classificação racial por gênero recaem principalmente na autoclassificação, e indicam que mulheres são mais prováveis de se identificarem em categorias *mais claras*. Já para idade, indivíduos mais jovens supostamente se associariam às categorias nos extremos branco e preto.

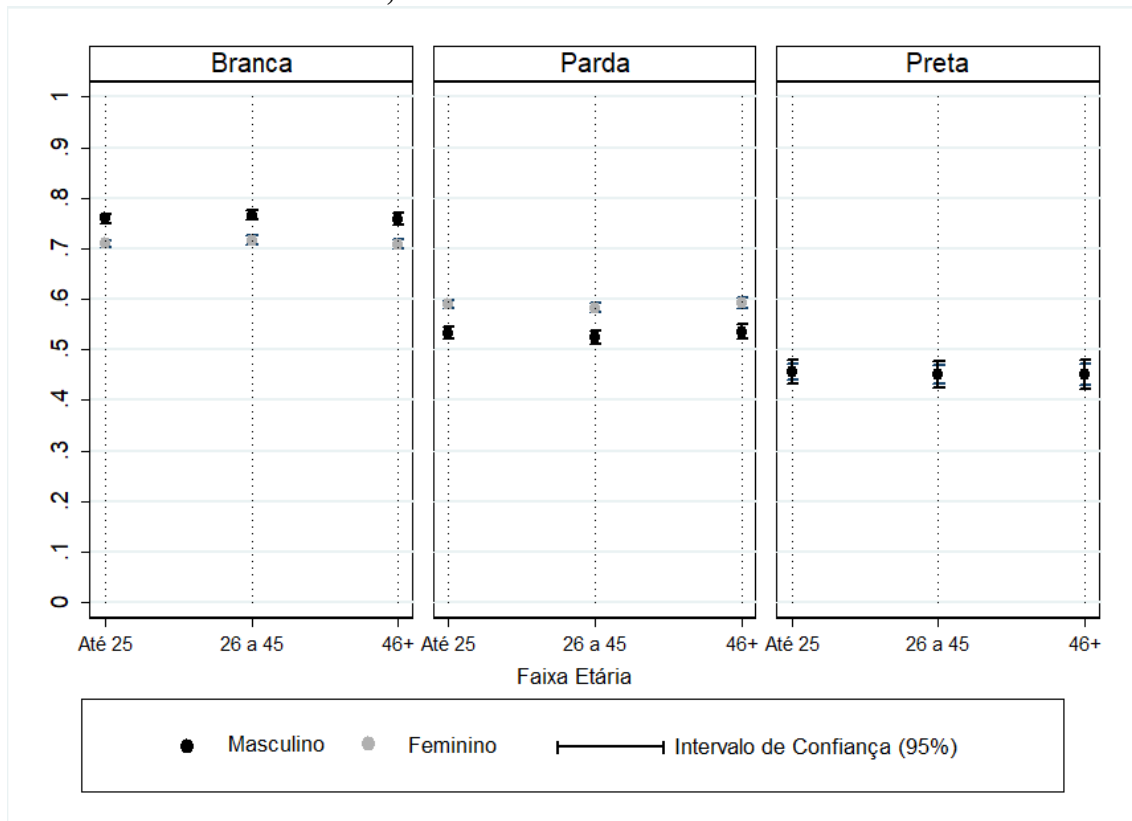
O Gráfico 4.3, porém, mostra que as probabilidades preditas de heteroclassificação apresentam resultados distintos daqueles evidenciados pela literatura anterior para os casos autoclassificados. Primeiramente, os gráficos demonstram que um indivíduo dentro das características prevalentes na amostra, é mais provável de ser reclassificado como branco do que preto ou pardo. A probabilidade de que um homem seja reclassificado como branco é 0,759. Ou seja, a cada 100 homens reclassificados, 76% ocorrem para a categoria branca. Já para a categoria preta, a probabilidade de 0,456 indica que é mais recorrente a reclassificação para outras categorias, que não preta.

Os homens têm probabilidades ligeiramente maiores de serem reclassificados como brancos em comparação às mulheres. Já as mulheres são mais prováveis de serem

⁴¹ As características fixadas estão sempre apresentadas abaixo dos gráficos, sendo: Homens, no Ano de 2012, 3º quintil de ISEI, 5º decil de renda, ensino médio completo, sem mobilidade de renda, escolaridade, ocupação, região e emprego. A região prevalente na amostra é o Sudeste, que, porém, tem associação com as categorias raciais, sendo assim, manteve-se o Centro-Oeste, referência no modelo.

reclassificadas como pardas, em comparação aos homens⁴². Já para a categoria preta, não há diferenças estatisticamente significativas por gênero. Ou seja, gênero importa para a reclassificação em branca ou parda, conforme observa-se no Gráfico 4.3.

Gráfico 4.3 – Probabilidade Predita de Reclassificação em Branca, Parda e Preta por Gênero e Faixa Etária – Brasil, 2008 a 2015.



Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

Predição baseada em: Ano 2012, 3º quintil de ISEI, 5º decil de renda, ensino médio completo, Região Centro-Oeste, sem mobilidade de renda, escolaridade, ocupação, região e emprego.

As faixas etárias não possuem diferenças estatisticamente significativas para nenhum tipo de reclassificação. Em especial, a categoria preta não demonstra diferenças para gênero, nem para faixa etária. Sendo assim, há maior probabilidade de embranquecimento da classificação masculina, e empardescimento da classificação feminina, independentemente da faixa etária.

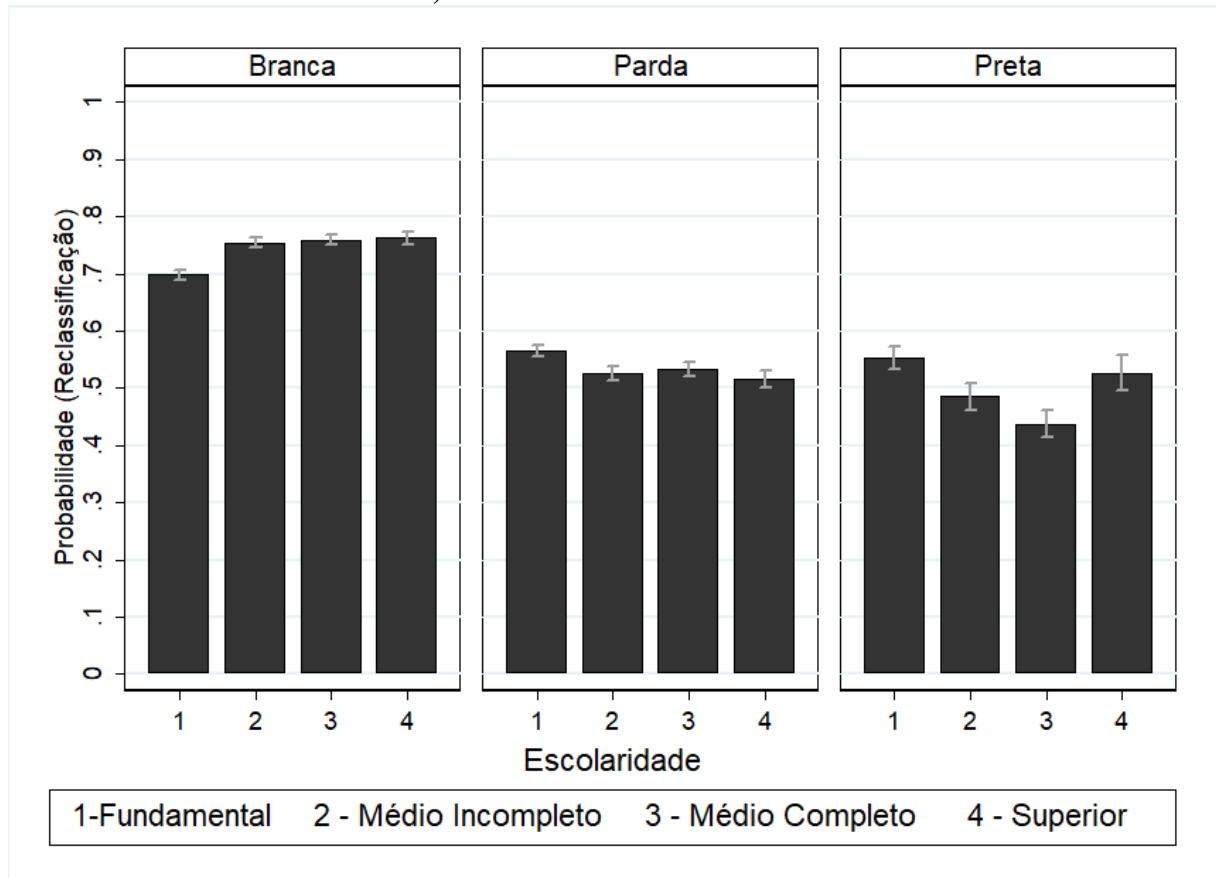
A segunda parte dessa seção é dedicada às variações de *status* socioeconômico, medidas pelos níveis de escolaridade, índice socioeconômico e renda, ambos divididos em

⁴² Mulheres e homens possuem percentuais semelhantes de mudanças de emprego ao longo dos oito anos. Em média, 24,5% das classificações são feitas em estabelecimentos diferentes do tempo $t-1$. Isso quer dizer que homens e mulheres estão igualmente expostos à reclassificação em um novo contexto.

decis. O objetivo ao analisar as três variáveis, é compreender se há associação positiva entre status socioeconômico e reclassificação para branca. Além disso, busca-se observar em que medida a variação de status se associa às categorias preta e parda.

Para escolaridade, o Gráfico 4.4 destaca o aumento na probabilidade de reclassificação branca ao alcançar níveis maiores de escolaridade. Primeiramente, considera-se somente o primeiro quadro, como a probabilidade reclassificação branca. Tendo como referência um indivíduo com características prevalentes na amostra (chegar na nota do Gráfico 4.4), em caso de reclassificação, a probabilidade de escolha da categoria branca, ao invés das demais, é 0,698 (isto é, aproximadamente 70%), com ensino fundamental. Já um indivíduo com as mesmas características, acrescidas de ensino superior completo, tem seis pontos percentuais a mais de probabilidade de reclassificação branca (0,762).

Gráfico 4.4 – Probabilidade Predita de Reclassificação em Branca, Parda e Preta por Níveis de Escolaridade – Brasil, 2008 a 2015.



Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

Predição baseada em: Ano 2012, homem, com até 25 anos, 3º quintil de ISEI, 3º quintil de renda, Região Centro-Oeste, sem mobilidade de renda, escolaridade, ocupação, região e emprego.

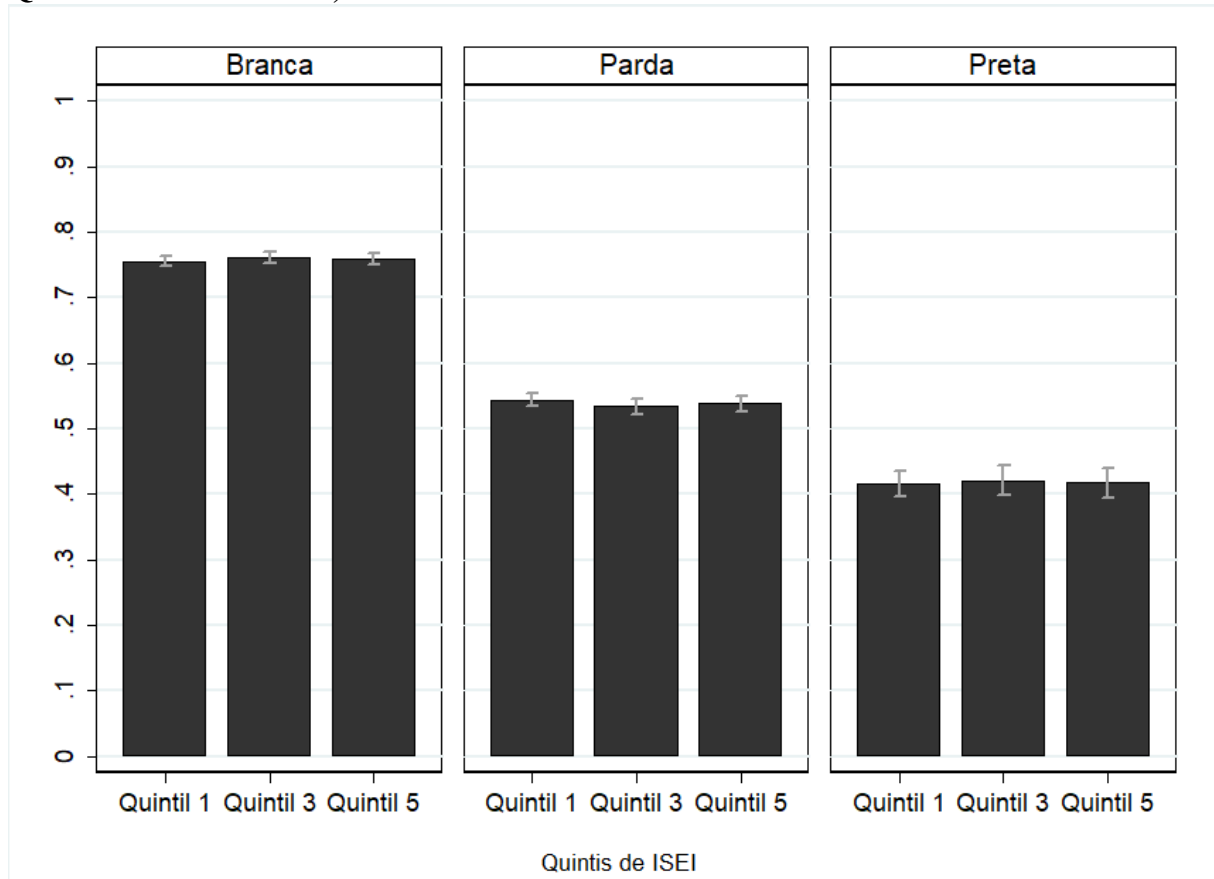
A associação entre a categoria parda e os níveis escolares sustentam, em partes, a hipótese de embranquecimento de indivíduos mais bem posicionados. Conforme se sobe na hierarquia escolar, menores são as probabilidades de reclassificação parda, passando de 0,564 no ensino fundamental, para 0,516 no ensino superior.

Para a categoria preta, tem-se duas observações: a primeira, de que entre o ensino fundamental e o ensino médio completo, a probabilidade decresce, com o aumento de escolaridade; a segunda, de que o ensino superior representa um aumento na probabilidade da reclassificação ocorrer nessa categoria. Em casos de reclassificação, o ensino fundamental e o superior aumentam as probabilidades de ocorrência em preta, como sugere a “polarização”, segundo Telles e Paschel (2014).

As diferenças ocupacionais serão medidas pelos quintis de ISEI. Os coeficientes não apresentam variações significativas. Mesmo no quarto quintil, com o maior coeficiente, o

acréscimo ultrapassa por pouco os 2% de probabilidade a mais de reclassificação branca, se comparada ao primeiro quintil, de referência.

Gráfico 4.5 – Probabilidade Predita de Reclassificação em Branca, Parda e Preta por Quintil de ISEI – Brasil, 2008 a 2015.



Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

Predição baseada em: Ano 2012, homem, com até 25 anos, ensino médio completo, 5º decil de renda, Região Centro-Oeste, sem mobilidade de renda, escolaridade, ocupação, região e emprego.

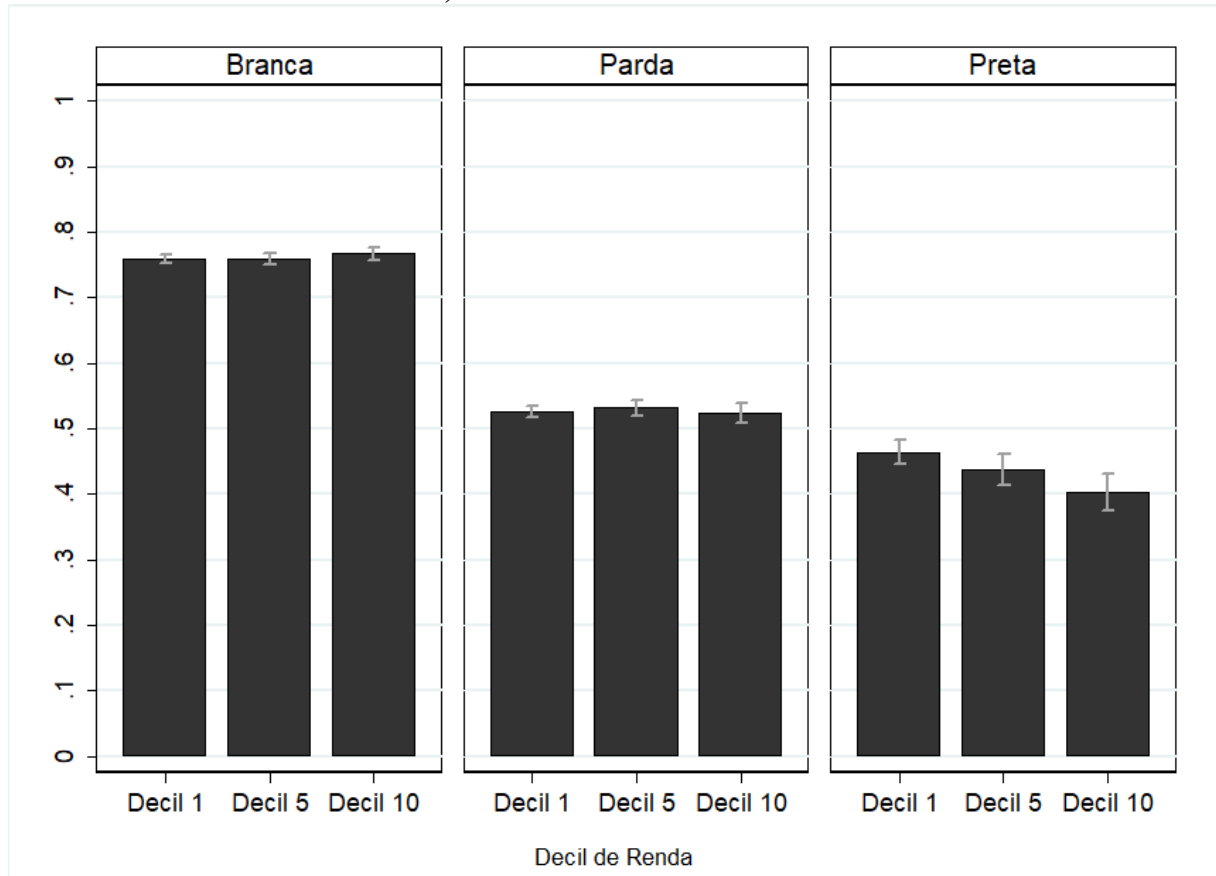
Esse resultado demonstra que a variação na probabilidade de reclassificação é significativa, mas pequena, chegando ao máximo de 2% para branca no quarto quintil. No quintil 1, a média do ISEI é 22, enquanto no quintil 3 é 36, e do quintil 5, 60. Cada uma dessas médias representa, respectivamente, trabalhadores manuais em carvoarias e com cerâmica; operadores de máquinas na metalurgia e mineralogia; e, por fim, oficiais comissionados de nível inferior e gerentes de departamentos do setor hoteleiros, gastronômico e de transporte (ISEI 59)

43.

⁴³ Como se vê, trata-se de quintis heterogêneos, em certa medida. Contudo, mesmo com uma variação menor (com o uso de decis), os resultados foram similares.

A renda salarial também foi dividida em decis, e é representada no Gráfico 4.6 pelos decis 1, 5 e 10. Para essa variável, a categoria com maior variação foi a preta, de maneira que quanto maior o decil, menor a probabilidade de o indivíduo ser recategorizado nesse grupo.

Gráfico 4.6 – Probabilidade Predita de Reclassificação em Branca, Parda e Preta por Decil de Renda Salarial – Brasil, 2008 a 2015.



Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

Predição baseada em: Ano 2012, homem, com até 25 anos, ensino médio completo, 3º quintil de ISEI, Região Centro-Oeste, sem mobilidade de renda, escolaridade, ocupação, região e emprego.

Os resultados do Gráfico 4.6 indicam que a variação da renda relativa não altera as probabilidades de reclassificação para as categorias branca e parda. Isto é, uma pessoa no primeiro ou no décimo decil da distribuição de renda salarial têm a mesma probabilidade de serem reclassificadas nessas categorias. Por outro lado, se o dinheiro não embranquece, nesse sentido, a sua falta *empretece* a classificação. Indivíduos em decis menores de renda são mais prováveis de serem reclassificados como pretos do que nos decis mais elevados. Conforme apresentado no Gráfico 4.6, a probabilidade de reclassificação nessa categoria cai em 6% entre os decis 1 e 10. Ressalta-se, porém, que considerando os intervalos de confiança, esse percentual pode ser de apenas 1%, apesar de permanecer significativo.

As análises realizadas para variáveis socioeconômicas indicam que não há aleatoriedade nas reclassificações raciais realizadas na RAIS. Quando a classificação de um indivíduo é alterada, é provável que seus atributos individuais estejam associados à nova categoria racial. Contudo, a relação status socioeconômico e nova classificação não é similar para as três variáveis testadas. A escolaridade é associada de maneira crescente com a reclassificação branca, e de maneira decrescente com preta e parda. Já as variações da renda relativa e da ocupação são pequenas, sendo que apenas na primeira, pode-se destacar a redução da probabilidade para a reclassificação preta no decil superior.

A última parte da análise dos indicadores socioeconômicos é feita para a mobilidade. Essa abordagem se deve ao fato de que, ao experimentar mobilidade, o mesmo indivíduo é classificado no tempo $t1$ com um atributo, e no tempo $t2$ com outro. Ou seja, compara-se o mesmo indivíduo com ele mesmo. Para tal, serão utilizadas as três dimensões já mobilizadas, de maneira a mensurar se houve ganho ou perda de status. Porém, há diferenças entre suas medidas. A mobilidade escolar só ocorre de maneira ascendente, em que o indivíduo aumenta sua escolaridade. Desse modo, foi considerado se o indivíduo fez alguma transição escolar, e se sim, para qual nível.

As variações ocupacionais e salariais, por sua vez, podem ser positivas ou negativas⁴⁴. Desse modo, mediu-se se, no momento (tempo t) em que o indivíduo foi reclassificado, ele também passou por um processo de aumento ou diminuição de índice socioeconômico ou renda relativa. A mobilidade para ambos os casos é categorizada por imobilidade, mobilidade ascendente ou descendente.

⁴⁴ Foram testadas formas de mensuração similares à mobilidade escolar, medindo o “destino” alcançado pelo indivíduo após a variação. Porém, poucas categorias eram significativas e optou-se por uma medida mais parcimoniosa. Não foi considerado que houve perda na mudança de mensuração.

Tabela 4.3 – Probabilidade de Reclassificação para as Categorias Branca, Parda e Preta de acordo com Mobilidade Escolar, Ocupacional e de Renda.

| Tipo de Mobilidade | Probabilidades de Reclassificação | | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|----------|----------|
| | Branca | Parda | Preta |
| Escolaridade ¹ | | | |
| Imobilidade no Ensino Fundamental | Ref. | Ref. | Ref. |
| Para Ensino Médio Incompleto | 0,561*** | 0,468*** | 0,437 |
| Para Ensino Médio Completo | 0,588*** | 0,474*** | 0,370*** |
| Para Ensino Superior Completo | 0,564*** | 0,465*** | 0,478 |
| Ocupação/ ISEI | | | |
| Imobilidade | Ref. | Ref. | Ref. |
| Mobilidade Ascendente | 0,501 | 0,501 | 0,497*** |
| Mobilidade Descendente | 0,499* | 0,502*** | 0,495*** |
| Renda | | | |
| Imobilidade | Ref. | Ref. | Ref. |
| Mobilidade Ascendente | 0,501*** | 0,498** | 0,502* |
| Mobilidade Descendente | 0,503*** | 0,497*** | 0,496*** |

Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

¹ Somou-se os coeficientes de (i) se mudou de nível de escolaridade e (ii) qual o nível alcançado, de maneira a indicar o aumento ou diminuição da probabilidade reclassificatória.

Obs.: Significância Estatística em ***(p-valor<0,01), **(p-valor<0,05), *(p-valor<0,1).

Com relação à análise da mobilidade socioeconômica, observa-se diferenças mínimas ou sem significância no que tange a renda relativa e a ocupação. Já a mobilidade escolar demonstra que o incremento nos seus níveis torna mais provável a probabilidade de reclassificação branca. Tendo como referência o ensino fundamental, alcançar o ensino médio completo representa que, 59% das reclassificações desses indivíduos são para a categoria branca. Nesse mesmo recorte escolar, é menos provável que as reclassificações sejam em preta ou parda.

Em contraste, as probabilidades de reclassificação para indivíduos em mobilidade de renda ou de ocupação são menores. Além disso, os resultados não apontam para associações *mais claras* ou *mais escuras*. Por ocupação, a mobilidade em decis não é significativa para a reclassificação branca. Para preta ou parda, demonstra-se que qualquer variação é significativa, porém, com coeficientes muito pequenos, de, no máximo, 1%.

A mobilidade salarial também indica que mudar de contexto torna a classificação mais provável de variação. O aumento de renda relativa aumenta as probabilidades de reclassificação branca e preta. Já a queda de renda relativa também aumenta a probabilidade de reclassificação branca, e diminui para preta e parda.

Através da análise de mobilidade socioeconômica, conclui-se as três etapas relacionadas a dimensões socioeconômicas e reclassificação. A mobilidade escolar demonstra que alcançar níveis mais altos se associa ao aumento na probabilidade de reclassificação branca, e diminuição para parda e preta. Ganhos escolares, portanto, se refletem em embranquecimento

da reclassificação. Já as mobilidades salariais e ocupacionais não corroboram a hipótese de embranquecimento via status.

Nesse sentido, a mobilidade experimentada pelos indivíduos no mercado de trabalho só altera de maneira substantiva as probabilidades de reclassificação ao aumentar a escolaridade, principalmente ao atingir o ensino médio completo. As mobilidades ocupacionais e salariais não demonstram embranquecimento ou outro padrão para a variação classificatória, apontando que importa mais o alcance socioeconômico do que a mobilidade.

4.4 – Considerações Preliminares

Duas questões foram abordadas no Capítulo 4 acerca das reclassificações raciais: o alcance socioeconômico do indivíduo se associa à categoria reclassificada? E a mobilidade? Apesar de ambas as perguntas já terem sido analisadas em estudos anteriores, a abordagem adotada tem como novidade o uso da heteroclassificação racial, e a disponibilidade longitudinal dos dados, identificando os mesmos indivíduos ao longo do tempo. Assim, à luz de variações socioeconômicas, buscou-se responder se há embranquecimento via status.

Primeiramente, a heteroclassificação apresenta resultados divergentes da autoclassificação para algumas variáveis. Espera-se que o gênero, por exemplo, seja relacionado com o embranquecimento das mulheres, e a faixa etária com uma polarização da classificação dos indivíduos mais jovens. Através da heteroclassificação, porém, isso não foi verificado. Em casos em que há reclassificação, os homens são mais associados à categoria branca, e as mulheres à parda. A faixa etária, por sua vez, não foi associada a nenhuma categoria, indicando que os processos de classificação e reclassificação não são idênticos à identificação, como já apontaram Telles e Lim (1998), Silva (1999), Muniz (2012) e Bailey (*et al.*, 2013).

Não obstante, o fato de hipóteses relacionadas ao embranquecimento via status serem verificadas – mesmo que com pouca intensidade –, demonstra pontos convergentes entre hetero e autoclassificação. Por um lado, as variáveis para medidas socioeconômicas – principalmente a escolaridade – apresentam associações positivas para a reclassificação branca, e negativas para as categorias preta e parda. Por outro lado, a relação entre indicadores e reclassificação não é unívoca, havendo especificidades.

A escolaridade, por exemplo, demonstrou associação com o embranquecimento conforme levantado em estudos anteriores. No Brasil, Schwartzman (2007) e Miranda (2014)

apontam que, quanto maior a escolaridade, maior a probabilidade de classificações *mais claras*. Nesse mesmo sentido, os resultados obtidos através da RAIS apontam que o aumento da escolaridade aumenta as chances de reclassificação para a categoria branca. O ensino médio completo, por exemplo, representa chances 36% maiores para a categoria branca, 12% menores para a categoria parda, e 37% menores para preta. Assim, hetero e autoclassificação convergem que indivíduos mais escolarizados estão mais associados a categorias brancas.

A posição e a situação dos indivíduos no mercado de trabalho também têm associações com a reclassificação racial. Saperstein e Penner (2012) indicam empretecimento da reclassificação de indivíduos que passaram por episódios de desemprego. No Brasil, indivíduos desempregados também são mais prováveis de enegrecer sua identificação racial (MIRANDA, 2014). Para a heteroclassificação, os quintis de ISEI apresentaram variação percentual baixa, de no máximo 2%, indicando que a reclassificação é norteadada principalmente pela escolaridade.

Contudo, aponta-se que as situações de embranquecimento não são unívocas. A reclassificação para branca e parda não apresenta variação considerável em função da renda, enquanto para preta, quanto maior o decil, menores as chances. Assim, o embranquecimento via status, para a heteroclassificação, ocorre principalmente em níveis escolares mais altos, sendo que a falta de *dinheiro*, em termos salariais, *empretece* as reclassificações.

O nível socioeconômico, então, associa melhores posições ao embranquecimento. Porém, a diferença para a segunda pergunta que norteia o capítulo é sutil. Um indivíduo que experimenta ascensão socioeconômica é mais provável de ser embranquecido? Ou seja, um indivíduo com ensino fundamental é visto diferentemente de quando ele atinge o ensino médio? Um indivíduo em uma ocupação mediana pode ser reclassificado ao se tornar um trabalhador altamente qualificado?

Para Almeida (2007), a variação de atributos socioeconômicos apresentados a amostras aleatórias distintas não altera a classificação. Isto é, apresentar fotos dos mesmos indivíduos, variando a narrativa sobre as características socioeconômicas (ocupação, origem regional, escolaridade), não altera a classificação racial. Dizer que o indivíduo da fotografia é mecânico ou professor secundário não é significativo em termos de classificação racial.

Os resultados do presente capítulo, porém, contradizem parcialmente os achados de Almeida (2007). Isso porque indivíduos que têm aumento de escolaridade aumentam as probabilidades de serem reclassificados em brancos, principalmente ao atingir o ensino médio completo. Porém, as mobilidades por renda e ocupação não são significativas com relação à

reclassificação dos indivíduos. Isso demonstra que a ascensão socioeconômica não traduz em embranquecimento.

Ao analisar as duas perguntas centrais do capítulo, tem-se evidências para corroborar que melhores posições socioeconômicas são associadas à reclassificação branca, bem como posições piores aumentam a probabilidade de reclassificação preta e/ ou parda, dependendo do indicador. Mesmo que a mobilidade não seja consistente em indicar embranquecimento, o alcance socioeconômico do indivíduo se associa com a categoria reclassificada.

A reclassificação de indivíduos no topo da estrutura socioeconômica na categoria branca aponta para a resiliência do estereótipo em que brancos ocupam posições mais altas. Como demonstram Moraes Silva e Reis (2015), a expectativa é que profissões de prestígio sejam preenchidas por indivíduos brancos, causando estranheza quando essa é contrariada. Nesse sentido, no cálculo sugerido por Harris (1964), características estéticas são combinadas a características socioeconômicas e as expectativas criadas em torno delas, levando a variações classificatórias em função do contexto.

Como cita Costa Pinto (1998), os estereótipos são forças estabilizadoras de manutenção de processos circulares que mantêm imagens raciais. Tais forças se deparam com processos de mudanças na ideologia do embranquecimento, como sugerido por Guimarães (2012). Contudo, os estereótipos continuam rígidos, de maneira que as associações entre alcance socioeconômico e reclassificações medem a sua permanência.

5 – VARIAÇÕES REGIONAIS DA RECLASSIFICAÇÃO RACIAL

A fluidez racial se relaciona a aspectos individuais e contextuais. No Capítulo 4, testou-se as associações entre reclassificação racial e alcance socioeconômico. Apesar de as principais hipóteses versarem sobre as variações de status, outras também devem ser levadas em consideração, como a heterogeneidade racial da vizinhança (BRATTER, 2007; HOLLOWAY *et al.*, 2009), e o histórico racial das regiões geográficas do país (BRUNSMAN, 2006; BRATTER & O'CONNELL, 2017). No presente capítulo, as cinco regiões brasileiras são analisadas, buscando compreender (i) em quais categorias os indivíduos são mais prováveis de serem reclassificados, e (ii) se, ao mudar para outra região, o indivíduo aumenta sua probabilidade de ser reclassificado.

As regiões brasileiras têm heterogeneidades significativas em aspectos como a composição e as desigualdades raciais (SILVEIRA & MUNIZ, 2014). Tais diferenças são relatadas desde, pelo menos, a década de 1950, quando estudos financiados pela Unesco descreviam as estruturas agrárias e patriarcais em que as relações raciais se desenvolviam no Nordeste no século XVI (WAGLEY, 1952), ou na ainda incipiente sociedade de classes paulista que se formava nos fins do século XIX (FERNANDES, 2008).

Recentemente, estudos têm demonstrado que, para além de características socioeconômicas e de composições raciais, os processos classificatórios também variam por regiões geográficas. Isto é, as fronteiras raciais são vistas de maneiras distintas, e se refletem nas diferentes probabilidades de classificação e reclassificação. Muniz e Bastos (2017) demonstram que a probabilidade de pardos alterarem sua classificação varia entre seis regiões metropolitanas comparadas. Ou Monk (2013), que pontua diferenças regionais significativas ao demonstrar que a probabilidade de um mesmo indivíduo ser classificado como pardo é maior na Bahia do que no Rio de Janeiro.

Nesse capítulo, além das probabilidades por região, serão estimadas as probabilidades de reclassificação para indivíduos que trabalharam em mais de uma região. Isto é, na RAIS, identifica-se a trajetória ocupacional do indivíduo no período em que ele esteve no mercado de trabalho formal, incluindo mudanças de região. Isso é raro, mesmo em outras pesquisas longitudinais, usualmente realizadas no mesmo recorte geográfico⁴⁵. Portanto, serão

⁴⁵ No Brasil pesquisas longitudinais são, em geral, domiciliares (ATHIAS, 2011), de maneira que o indivíduo é acompanhado em diferentes momentos do tempo, mas no mesmo recorte espacial: ELSA, Projeto Bambuí, a Coorte de Nascidos em Pelotas, e mesmo os bancos do INEP, como o Censo da Educação Superior, restrito às instituições de ensino.

realizadas comparações regionais, além da possibilidade de cruzar classificações para um mesmo caso em locais diferentes, visando responder se um indivíduo classificado como pardo no Nordeste é também visto como tal no Sul.

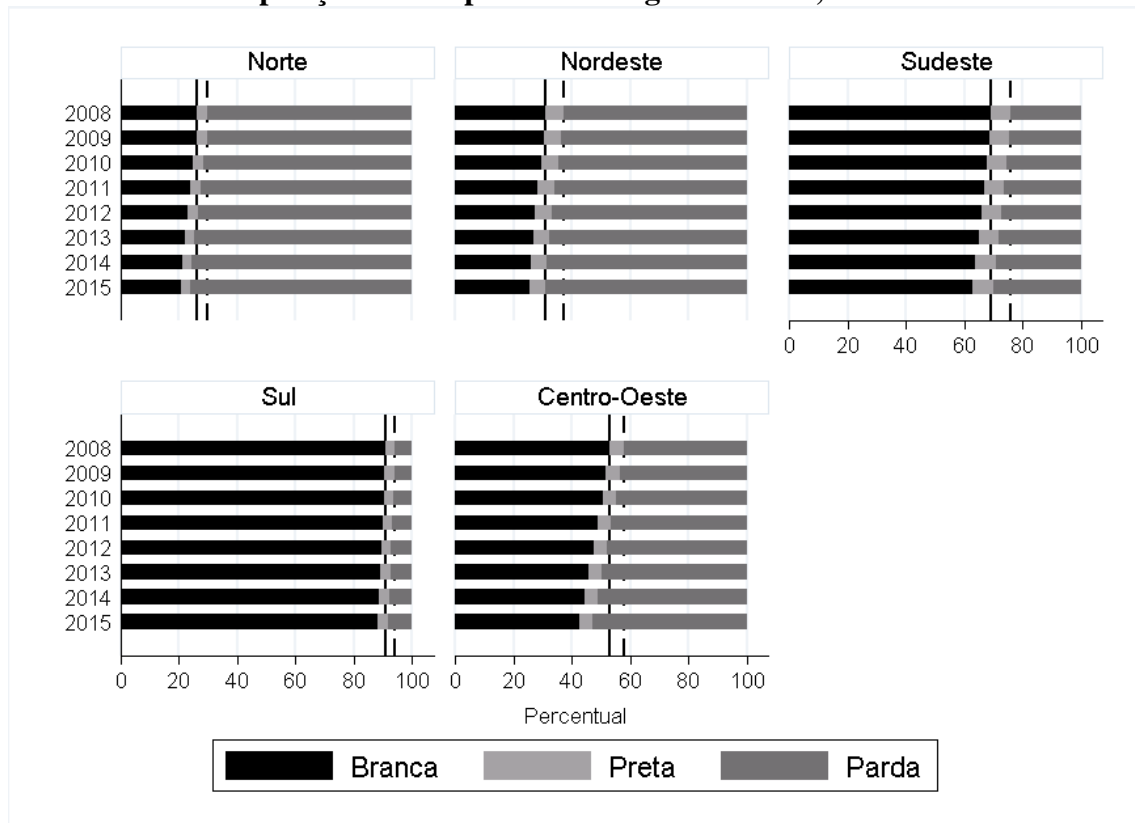
Em suma, o Capítulo 5 explora as probabilidades de reclassificação racial por região no Brasil. Tem-se como objetivo analisar variações na reclassificação ao longo dos oito anos estudados, com enfoque nas peculiaridades de cada região. São realizados dois tipos de comparação: (i) o primeiro, relacionado às probabilidades de reclassificação como branco, pardo ou preto em cada região; (ii) o segundo tipo, compara o indivíduo com ele mesmo em diferentes regiões do país, para aqueles casos que experimentaram mobilidade regional.

5.1 – Estatísticas Descritivas

Diferenças regionais por raça são marcantes no Brasil. No Sul, a composição branca é de, aproximadamente, 80%, enquanto no Norte, esse valor é de 22% (PNAD, 2015). Outro indicador que varia regionalmente, são os diferenciais raciais de renda. Em Salvador, brancos ganham até 71% a mais que negros, enquanto em Belo Horizonte essa diferença é de 42%, e 44% em Porto Alegre (SILVEIRA & MUNIZ, 2014).

Observa-se, no Gráfico 5.1, que há uma variação de composição racial notável entre as regiões do Brasil, de acordo com a RAIS. A categoria parda é predominante nas regiões Norte e Nordeste, e na região Centro-Oeste, a partir do ano de 2012. A população heterodeclarada preta é proporcionalmente pequena em todas as regiões, sendo sua maior proporção nos estados do Sudeste (6,7%, na média dos anos) e a menor no Sul e no Norte (3,3%).

Gráfico 5.1 – Composição Racial por Ano e Região – Brasil, 2008 a 2015.



Obs.: a linha vertical contínua representa o percentual branco em 2008 e a linha tracejada a soma de brancos e pretos no mesmo ano.

Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

O Gráfico 5.1 mostra que o aumento no percentual de heterodeclaração parda ocorre em todas as regiões no intervalo entre 2008 e 2015. Seguindo as linhas tracejadas e contínuas na vertical, vê-se que a proporção de pardos avança, enquanto a proporção de heteroclassificação branca diminui. No Norte, Nordeste e Sudeste, o aumento da classificação parda é de 6,1%, 6,3% e 6,0%, respectivamente, próximas à média global, de 6,5%. No Sul, esse aumento é de 1,4%, sendo o menor registrado. O Centro-Oeste, por sua vez, tem um acréscimo de 10,8% de classificações pardas em 2015, em relação a 2008.

Nesse sentido, as regiões apresentam diferenças de composição e variação ao longo do tempo. Como defende Brunsmá (2006), categorias raciais são públicas e compartilhadas por todo um país, mas tem adesões e compreensões distintas por grupos socioeconômicos e regionais. No caso dos Estados Unidos, este autor indica que a opção classificatória multirracial é subutilizada, principalmente em alguns estados. No Brasil, questiona-se se, mesmo considerando as variações socioeconômicas, há maior probabilidade de uma categoria ser escolhida em detrimento das outras. Isso se mantém, mesmo quando se trata do mesmo indivíduo em diferentes contextos?

A mobilidade regional elucida tal exercício. Ao “mudar” de região, um indivíduo é exposto a diferentes gramáticas e probabilidades classificatórias. A exemplo do Capítulo 4, em que se testou se experimentar mobilidade ascendente aumenta a probabilidade de classificação branca, nesse capítulo será testado a região se associa à probabilidade de reclassificação.

A Tabela 5.1 apresenta percentuais de permanência e mobilidade por região. De maneira geral, as classificações tendem a ser feitas repetidas vezes na mesma região. Na diagonal da referida tabela, tem-se 97,98% das classificações, que representa classificações feitas na mesma região nos tempos t e $t - 1$. Ou seja, 97,98% das pessoas-ano não trabalharam em outra região. Por outro lado, os outros 2,02% permitem contrastar as probabilidades de classificação e reclassificação em contextos distintos.

Tabela 5.1 – Distribuição da Origem e Destino do Casos – Brasil, 2008 a 2015.

| Origem ⁴⁶ | Destino | | | | | Total |
|----------------------|-----------|-----------|------------|-----------|--------------|------------|
| | Norte | Nordeste | Sudeste | Sul | Centro-Oeste | |
| Norte (%) | 4,17 | 0,04 | 0,06 | 0,02 | 0,04 | 4,33 |
| N | 2.098.890 | 18.535 | 32.114 | 8.042 | 22.415 | 2.179.996 |
| Nordeste (%) | 0,04 | 14,66 | 0,29 | 0,04 | 0,06 | 15,10 |
| N | 19.014 | 7.377.197 | 148.403 | 21.282 | 31.594 | 7.597.490 |
| Sudeste (%) | 0,06 | 0,28 | 54,54 | 0,24 | 0,20 | 55,33 |
| N | 32.235 | 141.309 | 27.448.737 | 121.650 | 101.068 | 27.844.999 |
| Sul (%) | 0,01 | 0,03 | 0,21 | 17,30 | 0,04 | 17,60 |
| N | 6.562 | 16.703 | 107.117 | 8.706.432 | 22.360 | 8.859.174 |
| Centro-Oeste (%) | 0,04 | 0,06 | 0,18 | 0,05 | 7,31 | 7,64 |
| N | 19.644 | 29.203 | 92.861 | 23.919 | 3.677.212 | 3.842.839 |
| Total (%) | 4,30 | 15,07 | 55,30 | 17,65 | 7,66 | 100,00 |
| N | 2.176.345 | 7.503.421 | 27.829.232 | 8.881.325 | 3.854.649 | 50.324.498 |

Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

Conforme os dados apresentados na Tabela 5.1, tem-se os percentuais de classificações realizadas em diferentes regiões do Brasil. Já a Tabela 5.2, abaixo, destaca os percentuais de reclassificação em função da mobilidade regional.

⁴⁶ Aqui, a “origem” não pode ser compreendida como o local de nascimento do indivíduo, mas o local de trabalho e classificação no tempo anterior (t-1).

Tabela 5.2 – Percentual de Reclassificações por Região e Mobilidade Regional – Brasil, 2008 a 2015.

| Região de Destino | Percentual de Reclassificações (Observações) | | |
|-------------------|---|---------------------|----------------------|
| | Mesma Região | Mobilidade Regional | Total |
| Norte | 8,7 (2.098.890) | 39,7 (77.455) | 9,8 (2.176.345) |
| Nordeste | 9,1 (7.377.197) | 47,5 (205.750) | 10,1 (7.582.947) |
| Sudeste | 9,7 (27.448.737) | 41,5 (380.495) | 10,2 (27.829.232) |
| Sul | 3,7 (8.706.432) | 37,1 (174.893) | 4,3 (8.881.325) |
| Centro-Oeste | 11,7 (3.677.212) | 42,8 (177.437) | 13,1 (3.854.649) |
| Total | 8,7 (49.308.468) | 42,0 (1.016.030) | 9,4 (50.324.498) |

Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

A Tabela 5.2 mostra que, dentre aqueles que não se mudaram para outra região, a probabilidade de reclassificação é consideravelmente menor⁴⁷. Por exemplo, no Norte, entre aqueles que já trabalhavam na região, menos de 10% tiveram a classificação alterada, ao passo que, dentre aqueles que estavam em outras regiões, 40% foram reclassificados ao se mudar. Já nos estados do Sul, tem-se um baixo valor relativo de reclassificações, ao passo que o percentual se aproxima da média quando indivíduos experimentam mobilidade regional. No Centro-Oeste, a reclassificação é, em média, maior que as demais, independentemente da ocorrência de mobilidade. Para aqueles que já estavam nessa região, o percentual de reclassificação ultrapassa os 10%, sendo o mais alto. Em suma, a Tabela 5.2 aponta (i) a disparidade entre as reclassificações no Sul e no Centro-Oeste para a média, e (ii) como a mobilidade regional aumenta a proporção de reclassificações, mesmo no Sul, que tem uma média abaixo das demais.

Os resultados da Tabela 5.2 são consistentes em demonstrar que, pessoas de outras regiões no tempo $t - 1$ são mais expostas à reclassificação, independente da região. Porém, em quais categorias os indivíduos são reclassificados? A Tabela 5.3 restringe a amostra analítica apenas aos casos que passaram a trabalhar em outra região. Em quais categorias esses indivíduos foram reclassificados?

⁴⁷ As diferenças são constantes ao longo dos anos. Por uma análise mais objetiva da tabela, utilizou-se apenas os valores médios entre 2008 e 2015.

Tabela 5.3 – Classificação Racial dos Indivíduos que Tiveram Mobilidade Regional por Região de Destino – Brasil, 2008 a 2015.

| Região de Destino | Classificação Racial | | | Total |
|-------------------|----------------------|-------------|------------|------------------|
| | Branca | Parda | Preta | |
| Norte | 21,5 | 74,9 | 3,6 | 100,0 77.455 |
| Nordeste | 24,5 | 69,8 | 5,7 | 100,0 205.750 |
| Sudeste | 54,7 | 39,0 | 6,3 | 100,0 380.495 |
| Sul | 72,3 | 21,4 | 6,3 | 100,0 174.893 |
| Centro-Oeste | 41,1 | 53,7 | 5,2 | 100 177.437 |
| Total | 46,7 | 47,5 | 5,8 | 100,0 |
| N | | | | 1.016.030 |

Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

Nota-se, na Tabela 5.3, que a diferença regional de classificação para indivíduos em mobilidade regional é considerável. Entre os indivíduos que têm o Nordeste como destino de trabalho, mais de 70% é classificada como parda. Já no Sul, 70% é classificada como branca. Contudo, será que o Sul recebe mais pessoas vistas como branca? Ou, será que o Nordeste recebe mais pessoas com características pardas? Como essas pessoas eram classificadas anteriormente? Para isso, utilizou-se essas duas regiões para a análise da classificação antes (na “origem”) e depois de chegarem ao destino, nas Tabelas 5.4 e 5.5.

Tabela 5.4 – Cor Classificada na Região de Origem e Destino para a Indivíduos que Tiveram Mobilidade Regional – Nordeste Brasileiro, 2008 a 2015.

| Cor Anterior na Região de Origem | Cor Reclassificada no Destino (Nordeste) | | | |
|----------------------------------|--|-----------------|---------------|------------------|
| | Branca | Parda | Preta | Total |
| Branca | 15,2 | 29,4 | 1,5 | 46,1 94.816 |
| Parda | 8,4 | 35,7 | 2,6 | 46,7 96.105 |
| Preta | 0,9 | 4,7 | 1,6 | 7,2 14.829 |
| Total | 24,5 50.482 | 69,8 143.608 | 5,7 11.660 | 100,0 205.750 |

Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

A Tabela 5.4 apresenta a composição racial daqueles que foram classificados no Nordeste depois de estarem em alguma outra região. A variação dos valores marginais indica um *empardecimento* da população classificada nessa região. Antes de serem classificados no Nordeste, a composição passou de 46,1% branca e 46,7% parda, para 24,5% e 69,8%, respectivamente. A diagonal dessa tabela apresenta que 52,5% das pessoas-ano não foram reclassificadas. Isto é, daqueles que chegaram ao Nordeste entre 2008 e 2015, 47,5% tiveram sua *raça* reclassificada.

Tabela 5.5 – Cor Classificada na Região de Origem e Destino para a Indivíduos que Tiveram Mobilidade Regional – Sul Brasileiro, 2008 a 2015.

| Cor Anterior na Região de Origem | Cor Reclassificada no Destino (Sul) | | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|----------------|---------------|------------------|
| | Branca | Parda | Preta | Total |
| Branca | 49,7 | 8,7 | 1,8 | 60,2 105.349 |
| Parda | 20,5 | 11,5 | 2,8 | 34,7 60.773 |
| Preta | 2,0 | 1,3 | 1,7 | 5,0 8.771 |
| Total | 72,2 126.331 | 21,4 37.470 | 6,4 11.092 | 100,0 174.893 |

Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

No Sul, a reclassificação aumenta o percentual de pretos e brancos, se comparado às categorias anteriores. Considerando as marginais da tabela, os estados do Sul receberam 60,2% de indivíduos considerados brancos, e após a reclassificação, esse grupo passou para 72,2%. Esses percentuais para os pretos passam de 5% para 6,4%, e para os pardos, de 34,7% para 21,4%. Nessa tabela, a soma das células da diagonal é igual a 62,9%.

Em ambas as tabelas, a segunda classificação (nas colunas) é independente da primeira, o que evidencia maior adesão a determinadas categorias. Indivíduos “brancos” ou “pretos” têm grandes chances de serem considerados “pardos” no Nordeste. Já no Sul, a chance de um indivíduo ser considerado “pardo” é menor, mesmo que esta fosse sua categoria anterior.

Tal comparação evidencia lógicas e gramáticas raciais específicas em cada região. Se Brunnsma (2006) aponta que a multiracialidade não passou a fazer parte das categorias públicas norte-americanas, no Brasil, a categoria parda tem mais chance de ser utilizada no vocabulário classificatório nordestino do que sulista. Dessa forma, a composição racial expressa a quantidade de pessoas com determinadas características estéticas. Porém, é importante considerar também que algumas categorias são mais utilizadas em alguns lugares do que outros.

A mobilidade explicita as probabilidades classificatórias regionais à medida que a classificação no $t - 1$ e no t são independentes. Desse modo, contrasta-se dois vocabulários regionais com o mesmo indivíduo. Em suma, a análise descritiva demonstra que: (i) a probabilidade de adesão a cada categoria varia por região; (ii) a mobilidade regional aumenta a probabilidade de reclassificação; (iii) e, a região de “destino” se associa à categoria a ser (re) classificado. As análises multivariadas subsequentes irão testar se tais diferenças regionais se mantêm ou se alteram, face às características socioeconômicas dos indivíduos.

5.2 – Análise Regional

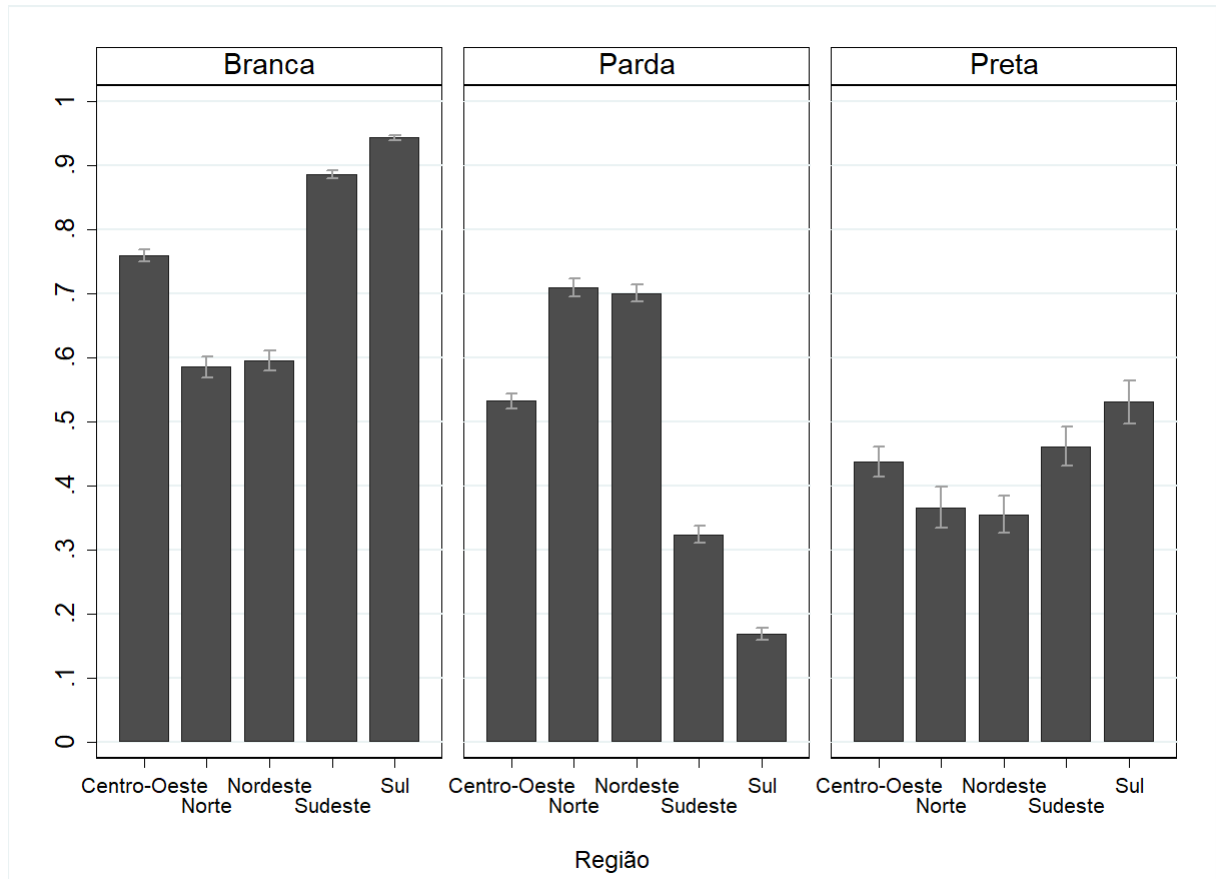
As diferenças regionais recaem sobre duas abordagens. A primeira se refere às probabilidades de reclassificação para cada categoria, dependendo da região. Isto é, quando um indivíduo é reclassificado no Norte brasileiro é mais provável que sua “nova” categoria seja branca, preta ou parda? E quando isso ocorre no Sul? A segunda abordagem se refere aos indivíduos em mobilidade regional. Ao ser classificado em uma nova região, diferente do tempo $t - 1$, o indivíduo é classificado de acordo com as categorias predominantes da região?

Como demonstrado pelos dados descritivos, há variações significativas de composição racial entre as regiões. Porém, diferenças de composição não justificam variações classificatórias. Desse modo, os modelos de efeitos fixos auxiliam a compreender se, (i) em caso de reclassificação, há categorias mais prováveis de serem escolhidas, e se (ii) a mobilidade aumenta as probabilidades de reclassificação.

O Gráfico 5.2 apresenta valores preditos para a reclassificação em cada região, tendo o Centro-Oeste como referência. Sugere-se a leitura do gráfico em dois sentidos: primeiramente, de maneira inter-regional, comparando a mesma categoria racial em diferentes

regiões; posteriormente, de maneira intra-regional, comparando como as probabilidades de reclassificação racial variam para uma mesma região.

Gráfico 5.2 – Probabilidade Predita de Reclassificação Racial por Região – Brasil, 2008 a 2015.



Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

Predição baseada em: Ano 2012, homem, com até 25 anos, 3º quintil de ISEI, 5º decil de renda, ensino médio completo, sem mobilidade de renda, escolaridade, ocupação, região e emprego.

A análise inter-regional tem o Centro-Oeste como referência. Para a categoria branca, observa-se que a probabilidade de reclassificação no Norte e no Nordeste é menor do que no Centro-Oeste. Isso quer dizer que, quando um indivíduo é reclassificado nos estados nortistas ou nordestinos, é menos provável que ele seja classificado como branco em comparação ao Centro-Oeste. Por outro lado, nos estados do Sudeste e do Sul, a probabilidade de reclassificação em branca é maior do que no Centro-Oeste.

A comparação entre regiões da categoria parda também aponta para uma divisão Norte/ Nordeste, de um lado, e Sul/ Sudeste, de outro. Em comparação ao Centro-Oeste, os primeiros têm maior probabilidade de classificação parda, enquanto nos outros dois, tal probabilidade declina significativamente. Como exemplo, quando uma reclassificação acontece no Norte, a probabilidade de que seja parda é, aproximadamente, 0,70, como no Nordeste. Já

no Sul, a probabilidade de que um indivíduo seja reclassificado como pardo é menor que 0,20. A cada cem reclassificações nos estados sulistas, menos de 20 ocorrem para a categoria parda, sendo mais provável a ocorrência nas demais.

Tais resultados poderiam indicar uma dualidade em que, as classificações são *escurecidas* no Norte/ Nordeste, e *embranquecidas* no Sul/ Sudeste. Contudo, os resultados inter-regionais para a categoria preta apontam uma leitura diferente. Em comparação ao Centro-Oeste, preta é uma categoria mais usual nos estados ao sul, enquanto ao norte ela é menos provável de ser adotada em caso de reclassificação.

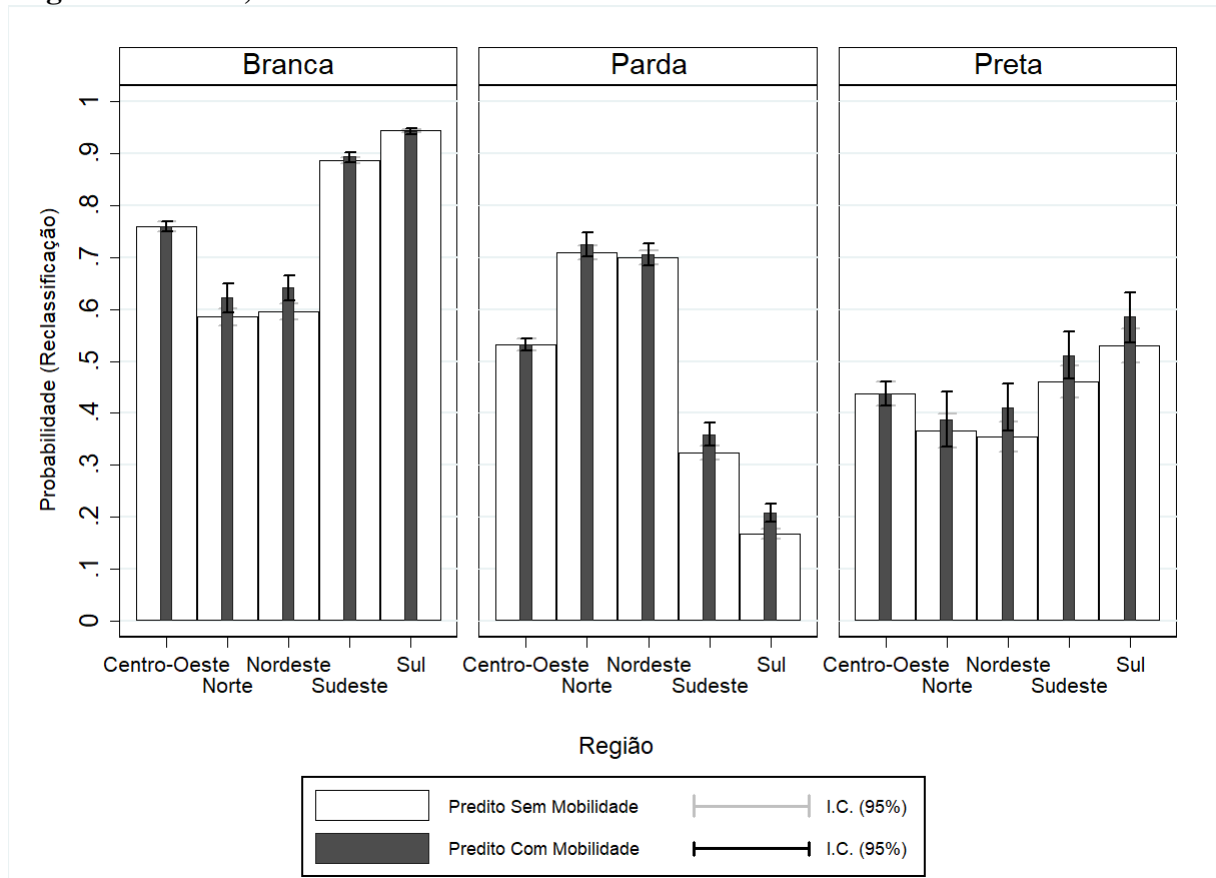
Mais do que apontar em quais estados há maior ou menor embranquecimento, demonstra-se em quais categorias é mais provável de ocorrer reclassificação por região, principalmente com relação ao pardo. Por meio da análise intra-regional, isso fica mais explícito. No Norte, por exemplo, a probabilidade de parda aumenta. No Sul, por sua vez, a reclassificação parda é menos provável de ocorrer. Assim, a adesão ao pardo é proporcionalmente inversa ao branco e ao preto.

Essas informações confirmam probabilidades indicadas pelas Tabelas 5.4 e 5.5, na seção anterior. Em ambas, analisa-se a classificação racial dos indivíduos antes de serem classificados na região de destino (no tempo $t - 1$), e depois (tempo t). Demonstra-se que, mesmo que a classificação anterior fosse em branca ou em preta, no Nordeste, a reclassificação era maior para a categoria parda. Na Tabela 5.5, para os estados do Sul, as categorias branca e preta se tornam mais predominantes, independentemente da classificação no tempo $t - 1$.

Os resultados apresentados no Gráfico 5.2 demonstram como a probabilidade de reclassificação em branco, em pardo ou em preto varia por região. Na análise seguinte, compara-se as probabilidades de reclassificação entre os indivíduos que já estavam na região (conforme o Gráfico 5.2) e aqueles que passaram a trabalhar em uma nova região, no tempo t , em relação ao tempo $t - 1$. Ser classificado em uma nova região aumenta as probabilidades de reclassificação? E se sim, em qual categoria esses indivíduos “em mobilidade” são reclassificados?

Para isso, a probabilidade de reclassificação foi estimada em função da interação entre ter experimentado a mobilidade regional no tempo t e para qual região o indivíduo foi. Os resultados são sintetizados no Gráfico 5.3 por meio de valores preditos, e comparam resultados do Gráfico 5.2 (sem mobilidade) com as novas estimativas.

Gráfico 5.3 – Probabilidade Predita de Reclassificação Racial por Região e Mobilidade Regional – Brasil, 2008 a 2015.



Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

Predição baseada em: Ano 2012, homem, com até 25 anos, 3º quintil de ISEI, 5º decil de renda, ensino médio completo, sem mobilidade de renda, escolaridade, ocupação e emprego.

O Gráfico 5.3 apresenta que os indivíduos em mobilidade regional são “adequados” às categorias mais usuais na região de destino. Isto é, conforme observado nos dados descritivos, aqueles indivíduos classificados em uma nova região, são mais prováveis de serem reclassificados nas categorias predominantes. Por outro lado, os resultados indicam que não há diferenciação nas probabilidades classificatórias daqueles indivíduos que experimentaram mobilidade. Assim, indivíduos classificados em uma nova região são mais prováveis de terem a *raça* reclassificada nas categorias predominantes, mas, ainda assim, não são classificados diferentemente dos indivíduos daquela região.

Toma-se como exemplo, dois indivíduos ficticiamente no Centro-Oeste em 2011. Caso um deles passe a trabalhar no Norte, e o outro no Sudeste, a probabilidade de o primeiro ser reclassificado como branco é de 0,60, e do segundo é próxima a 0,90, mesmo que possuam características idênticas. Ou seja, no Sudeste, a probabilidade de reclassificação branca é 50% maior do que no Norte, ao se comparar pares equivalentes.

Desse modo, aponta-se para processos de *boundary shifting* distintos. No Norte e no Nordeste, a probabilidade de escolha da categoria parda prevalece sobre as demais. Já no Sul e no Sudeste, a probabilidade de reclassificação para a categoria parda é menor, sendo mais provável que os indivíduos sejam reclassificados como brancos e pretos. Em suma, a região do país em que o indivíduo se encontra aumenta a probabilidade de reclassificação, seja na categoria intermediária, seja nas categorias nos extremos.

5.3 – Considerações do Capítulo

O Capítulo 5 é construído em torno de duas perguntas: *há associações entre categorias raciais, reclassificação e as regiões do Brasil? A mudança de região geográfica aumenta a probabilidade de reclassificação?* Por meio de ambas as perguntas, compara-se as probabilidades classificatórias nas cinco regiões do Brasil. Os resultados mostram que há variações significativas por região, especialmente no contraste entre Norte/ Nordeste e Sul/ Sudeste, que se mantêm para aqueles indivíduos em mobilidade.

Os Gráficos 5.2 e 5.3 resumem tais diferenças classificatórias. A categoria parda é mais provável de ser escolhida para a reclassificação nos estados do Norte e do Nordeste. No Sul e no Sudeste, a categoria parda é menos provável de ser assinalada em comparação às demais, branca e preta.

Com relação à segunda pergunta, os indivíduos em mobilidade passam a ter sua classificação orientada pelos padrões classificatórios regionais. Como demonstrado nas Tabelas 5.4 e 5.5, para o Nordeste e para o Sul, ao ser classificado em uma nova região, os indivíduos têm mais probabilidades de serem “adequados” às categorias predominantes no destino. Nesse sentido, no que tange a heteroclassificação, evidencia-se que a *raça* não é somente um atributo individual, mas função também do contexto regional.

Indivíduos “em mobilidade” têm probabilidade de reclassificação semelhante aos indivíduos já classificados na região de destino. Isso demonstra que, por exemplo, um indivíduo visto como “pardo” no Norte ou no Nordeste no tempo $t - 1$, tem probabilidade 50% maior de ser visto como “preto” ou “branco”, ao se mudar para o Sul ou Sudeste, mesmo que seus atributos produtivos sejam os mesmos – sem variação de renda relativa, escolaridade, ocupação, entre outros.

Esses resultados se assemelham a estudos prévios sobre (re) classificação. Segundo Muniz e Bastos (2017), na região metropolitana de Porto Alegre, a probabilidade de pardos se reclassificarem em brancos é de 40%, e, em pretos, 15%. Em Recife e em Salvador, esses

percentuais não atingem 10%, indicando que nessas, é mais provável se manter na categoria parda.

Monk (2013) também observa diferenças classificatórias por região. Ao apresentar a fotografia do mesmo indivíduo para entrevistados, o percentual de classificação branca no Rio de Janeiro foi de 90%, e, em Goiás, 70%. Essa mesma fotografia foi classificada 25% das vezes como parda na Bahia, mas apenas 10% como tal no Rio de Janeiro (MONK, 2013). Nesse sentido, a fronteira da categoria parda demonstra ser mais “larga” no Nordeste e no Norte, de maneira a incluir uma variedade maior de características estéticas e socioeconômicas, do que nas outras regiões.

Como indicado por Monk (2013), para explorar as diferenciações regionais, são necessários estudos qualitativos e históricos. Nesses se encontram os processos de *boundary shifting*, que justificam, por exemplo, quais são as características consideradas “de branco”, “de preto” ou “de pardo”. Loveman e Muniz (2007), ao explorar o aumento da autoclassificação branca em Porto Rico, entre 1910 e 1920, sugerem que, com a anexação do país aos Estados Unidos, outros padrões de classificação passaram a ser levados em consideração, principalmente em resposta às formas de exclusão racial⁴⁸.

No Brasil, portanto, estudos comparativos, etnográficos e históricos auxiliam a compreender a construção de fronteiras raciais distintas⁴⁹. Por ora, ressalta-se que as diferenças nas probabilidades classificatórias demonstram divergências na compreensão das categorias por região. As “categorias públicas” de *raça* são aplicadas para todo o Brasil, mas a sua adesão varia se os indivíduos se encontram ao norte ou ao sul. Ademais, destaca-se que, o maior uso de *parda* é revelado tanto pela auto, quanto pela heteroclassificação (MONK, 2013; MUNIZ & BASTOS, 2017), reforçando o caráter regionalizado das categorias públicas.

Assim, a comparação reclassificatória regional revela um contraste nos usos das categorias raciais no Brasil. A questão local demonstra associação de tal maneira que direciona, tanto a reclassificação daqueles que se encontram na região, quanto das novas classificações. Tais diferenças ressaltam a importância de se considerar aspectos regionais, não só acerca das classificações, como também das associações da *raça* com contextos socioeconômicos e políticos.

⁴⁸ Lamont e Molnár (2002) elencam uma série de estudos em que as fronteiras simbólicas são redefinidas por meio de atuação política e cotidiana.

⁴⁹ Uma pequena amostra desses estudos pode ser assinalada desde os estudos financiados pela Unesco (WAGLEY, 1952; CARDOSO & IANNI, 1960; COSTA PINTO, 1998), até estudos mais recentes (PINHO, 2004; JESUS, 2015; HORDGE-FREEMAN, 2015; FRANÇA, 2016; RESENDE, 2016).

6 – CONSISTÊNCIA RACIAL CLASSIFICATÓRIA E DESIGUALDADES

O uso de múltiplas medidas raciais permite analisar variações em medidas de desigualdade. O contraste entre auto e heteroclassificação, por exemplo, ressalta diferenças do que é considerado “racial” para entrevistador e entrevistado. Contudo, além da variação classificatória, isso também altera a intensidade de diferenciais socioeconômicos, como a renda (TELLES & LIM, 1998; SAPERSTEIN, 2012), ou a escolaridade (MORAES SILVA & PAIXÃO, 2014; MONK, 2016). Tais comparações revelam em que medida os formatos da variável racial se associa a variações das medidas de desigualdade.

Nesse capítulo, serão utilizadas variações temporais da classificação racial para mensurar diferenciais socioeconômicos. Como observado nos Capítulos 4 e 5, a *raça atribuída* é suscetível a variações, com pequenas associações a variáveis individuais e produtivas, e associações significativas por região geográfica. Assim, dado o percentual de variações classificatórias e suas associações, questiona-se se as estimativas de desigualdade racial variam.

Para responder a essa questão, dois testes serão realizados. Na seção 6.2, serão realizadas duas simulações: (i) em que a variável *raça* será fixada na primeira classificação do indivíduo na amostra; isto é, essa variável não será reclassificada ao longo do tempo; (ii) a segunda simulação, apresenta a variável *raça* conforme observada nos registros, podendo ser reclassificada ao longo do intervalo entre 2008 e 2015.

Nessas simulações, as variáveis dependentes serão, o índice socioeconômico (ISEI) e a probabilidade de transição para o ensino médio completo. Para cada uma delas, será estimado um modelo longitudinal marginal, que mensura o ISEI e probabilidade de transição para cada grupo racial ao longo do tempo. O objetivo é verificar se as estimativas de desigualdades se alteram quando se compara o formato fixo e o reclassificado ao longo do tempo. Ou seja, se não houvesse reclassificação, o diferencial entre brancos, pretos e pardos seria igual, maior ou menor?

Na seção 6.2, tem-se a variação das desigualdades ocupacionais e escolares com base nas categorias raciais observadas (*raça variável*), em contraste às categorias raciais fixas (*raça fixa*). As diferenças têm o objetivo de demonstrar se o ISEI médio e a probabilidade de transição para o ensino médio de pretos e pardos melhora ou piora ao longo do tempo, e se a tendência é verificada para ambos os casos.

Além disso, o Capítulo 5 demonstrou que há variações regionais significativas. Na seção 6.3, portanto, faz-se a mesma simulação, restringindo-se e comparando-se as regiões

Nordeste e Sul do país. Essas foram selecionadas por serem exemplos contrastantes, nas quais, a primeira tem maior probabilidade de reclassificação na categoria parda, enquanto na última, os indivíduos são mais prováveis de serem reclassificados em brancos ou pretos. Com isso, questiona-se se a reclassificação altera as medidas de desigualdades, e, em caso afirmativo, se há diferenças entre as duas regiões.

O Capítulo 6 é, então, dividido em três partes, além dessa introdução e das considerações finais. Na próxima seção, são apresentados os dados e os modelos para as simulações. Posteriormente, tem-se os resultados para o Brasil, seguido de comparações regionais. Ao fim desse capítulo, espera-se responder em que medida as variações classificatórias alteram as estimativas de desigualdade, e como essas alterações são diferentes na região Sul e na região Nordeste.

6.1 – Modelos a serem estimados

O objetivo desse capítulo é simular se a reclassificação altera as medidas de desigualdade racial. Para isso, serão estimados modelos longitudinais marginais para as variáveis dependentes índice socioeconômico (ISEI) e transição escolar para ensino médio completo. Para cada uma delas, é testada a associação da *raça* fixada na primeira classificação, e posteriormente, com a *raça* reclassificada. Além da comparação dos dois formatos de *raça*, a análise permite acompanhar a variação temporal dos diferenciais.

Para a realização da simulação, dois formatos de *raça* são levados em consideração. Isto é, na RAIS, há informações preenchidas anualmente acerca do indivíduo, sendo que 9% das classificações raciais se distinguem do tempo anterior ($t - 1$). Nesse sentido, são estabelecidas duas medidas raciais: (i) a *raça fixa*, em que se toma a primeira classificação do indivíduo desde que ele aparece no intervalo entre 2008 e 2015. Se em 2008, a pessoa-ano foi classificada como parda, essa será sua classificação em toda a análise; (ii) a segunda (*raça variável*), se apresenta conforme observado na base de dados da RAIS, em que, a pessoa-ano pode ter sua *raça* reclassificada. Logo, o mesmo indivíduo pode ser classificado como pardo em 2008, e preto em anos subsequentes.

A Figura 1, abaixo, exemplifica a distribuição das variáveis *raça fixa* e *raça variável* na base de dados. Nota-se, por exemplo, que tanto o indivíduo 1, quanto o indivíduo 2 têm a categoria reclassificada. Porém, em ambos os casos, a *raça fixa* é mantida conforme a classificação de 2008. O indivíduo 3 se diferencia dos demais, uma vez que ele “entra” na base tardiamente, em 2009, e está “fora” em 2010, 2013 e 2015. Esse indivíduo, por sua vez, não

tem a raça reclassificada. Essa figura exemplifica como ocorre a diferenciação entre *raça fixa* e *raça variável*, além de demonstrar que, independentemente do indivíduo estar em 2008, a primeira classificação é assumida no formato fixo.

Figura 1 – Exemplo das Variáveis Raciais da Base de Dados.

| ID | Ano | Raça Variável | Raça Fixa | ISEI |
|----|------|---------------|-----------|------|
| 1 | 2008 | Branca | Branca | 40 |
| 1 | 2009 | Branca | Branca | 40 |
| 1 | 2010 | Branca | Branca | 40 |
| 1 | 2011 | Branca | Branca | 41 |
| 1 | 2012 | Branca | Branca | 41 |
| 1 | 2013 | Parda | Branca | 41 |
| 1 | 2014 | Parda | Branca | 41 |
| 1 | 2015 | Branca | Branca | 41 |
| 2 | 2008 | Preta | Preta | 37 |
| 2 | 2009 | Preta | Preta | 37 |
| 2 | 2010 | Preta | Preta | 37 |
| 2 | 2011 | Parda | Preta | 37 |
| 2 | 2012 | Parda | Preta | 37 |
| 2 | 2013 | Parda | Preta | 37 |
| 2 | 2014 | Parda | Preta | 37 |
| 2 | 2015 | Parda | Preta | 37 |
| 3 | 2009 | Parda | Parda | 44 |
| 3 | 2011 | Parda | Parda | 44 |
| 3 | 2012 | Parda | Parda | 46 |
| 3 | 2015 | Parda | Parda | 46 |

Essas variáveis serão inseridas em modelos longitudinais marginais. Esse tipo de modelo é utilizado, quando a análise a ser realizada tem como objetivo acompanhar a variação temporal das estimativas de um grupo. Uma vez que não se está interessado nos processos individuais, mas de grupo, os modelos marginais demonstram a estimativa de ISEI e a probabilidade de transição para o ensino médio dos brancos, pretos e pardos, e sua variação entre 2008 e 2015.

Desse modo, estima-se o alcance ocupacional e escolar dos grupos raciais em um modelo em que há reclassificação, e outro, em que não há. Nessa comparação, os grupos reclassificados têm melhor ou pior resultado? A reclassificação altera o diferencial racial?

Visando responder a estas perguntas, termos interativos entre as variáveis raciais e os anos são testados. Dessa maneira, pode-se testar se, por exemplo, entre 2009 e 2010, a ocorrência de reclassificação aumentou ou diminuiu o índice socioeconômico (ISEI) dos brancos. Em resumo, o teste consiste na comparação dos termos interativos em cada ano. Se os

coeficientes dos termos interativos forem similares ano a ano, a reclassificação não altera as medidas de desigualdades.

Os modelos contam, ainda, com variáveis de controle gênero do indivíduo i , região geográfica, e a escolaridade (apenas no modelo de ISEI), sinteticamente representados por X_n , conforme apresentado na Equação 6.1:

$$y_{it} = \beta_0 + \beta_1 X(\text{raça})_1 + \beta_2 X(\text{ano})_2 + \beta_3 X(\text{raça} * \text{ano})_3 + \beta_n X_n + \varepsilon_{ij} \quad (6.1)$$

Além disso, os modelos longitudinais marginais devem ter explicitado uma estrutura de correlação entre os erros condizente. Isto é, devido ao fato dos dados serem aninhados por indivíduo, é provável que os resíduos não sejam independentes – um pressuposto dos modelos de mínimos quadrados ordinários. Por esse motivo, deve-se testar qual é a correlação entre os resíduos, estimando regressões de mínimos quadrados ordinários por ano. Segundo Carneiro (2012), há cinco tipos de estrutura de correlação, e optou-se pela estrutura permutável, já que os resíduos são correlacionados de maneira similar entre os anos. De maneira detalhada, os problemas e as escolhas com relação à estrutura de correlação são encontrados no Anexo C.

Na seção 6.3, a simulação é realizada para duas regiões específicas, Nordeste e Sul do Brasil. Como se trata de dados longitudinais e, na amostra, há indivíduos que estiveram em mais de uma região ao longo do tempo, foi necessário fazer uma opção entre (i) manter os casos que estiveram fora dessas regiões em algum momento, (ii) ou manter somente os casos que estiveram por todo o período nas regiões Sul e Nordeste. Para esse caso, optou-se pela segunda, uma vez que o intuito da estimação, é simular a desigualdade racial e sua variação ao longo do tempo.

6.2 – Reclassificação e Mobilidade

A presente seção analisa se a reclassificação altera os valores de desigualdade racial, em termos de ocupação e escolaridade no Brasil, tendo como contraponto, a impossibilidade de os indivíduos serem reclassificados. Primeiramente, são apresentadas informações descritivas acerca da média de ISEI por grupo racial, formato classificatório (fixo ou variável) e ano, seguido da análise dos modelos longitudinais marginais. Posteriormente,

também são apresentados dados descritivos e testes com relação à probabilidade de transição para o ensino médio completo.

A Tabela 6.1 apresenta a média do ISEI na amostra geral, por ano e por tipo de mensuração da variável raça (se fixa ou variável). Considerando a coluna Total, observa-se que a variação do índice é pequena entre 2008 e 2015. No período, o ISEI médio da amostra aumentou apenas 1,1 ponto, de 37,8 para 38,9⁵⁰. As diferenças por formatos classificatórios também são pequenas, apenas observáveis na casa decimal. Isto é, os “brancos-fixos” têm média 40,3 e “brancos-variáveis”, 40,5 em 2015.

Tabela 6.1 – Estatísticas Descritivas para ISEI segundo Formato de Mensuração da Raça – Brasil, 2008 a 2015.

| Ano | Raça Fixa ISEI | | | Raça Variável ISEI | | | Total |
|--------------------------------------|-------------------|-------------|----------------|-----------------------|-------------|----------------|-------------|
| | Branca | Parda | Preta | Branca | Parda | Preta | |
| 2008 | 39,1 | 35,8 | 33,5 | 39,1 | 35,8 | 33,5 | 37,8 |
| 2009 | 39,2 | 35,9 | 33,6 | 39,2 | 35,9 | 33,6 | 37,9 |
| 2010 | 39,3 | 36,0 | 33,7 | 39,4 | 36,0 | 33,7 | 38,0 |
| 2011 | 39,5 | 36,2 | 33,9 | 39,5 | 36,2 | 34,0 | 38,1 |
| 2012 | 39,6 | 36,3 | 34,1 | 39,7 | 36,3 | 34,2 | 38,3 |
| 2013 | 39,9 | 36,7 | 34,3 | 40,0 | 36,7 | 34,5 | 38,5 |
| 2014 | 40,1 | 36,9 | 34,5 | 40,2 | 36,9 | 34,6 | 38,7 |
| 2015 | 40,3 | 37,1 | 34,7 | 40,5 | 37,0 | 34,8 | 38,9 |
| Total (Média)¹ | 39,6 (0,17) | 36,4 (0,18) | 34,1 (0,17) | 39,7 (0,2) | 36,4 (0,17) | 34,1 (0,18) | 38,3 (0,16) |
| N | 31.512.826 | 15.879.707 | 2.931.965 | 30.827.047 | 16.625.618 | 2.871.833 | 50.324.498 |

Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

¹ O valor em parêntesis indica a variação anual média.

Tendo em vista que o objetivo da análise é observar a evolução anual do ISEI dos grupos raciais, tem-se que, entre 2008 e 2015, a média do grupo branco aumenta em 1,2 ponto quando a raça é fixada na primeira classificação, e 1,4, quando ela é reclassificada. Isso indica que, mesmo se tratando dos mesmos indivíduos, a reclassificação eleva a média dos brancos ao longo do tempo. Da mesma forma, a média do grupo preto também aumenta, e apenas a categoria parda reclassificada diminui em 0,1 no intervalo.

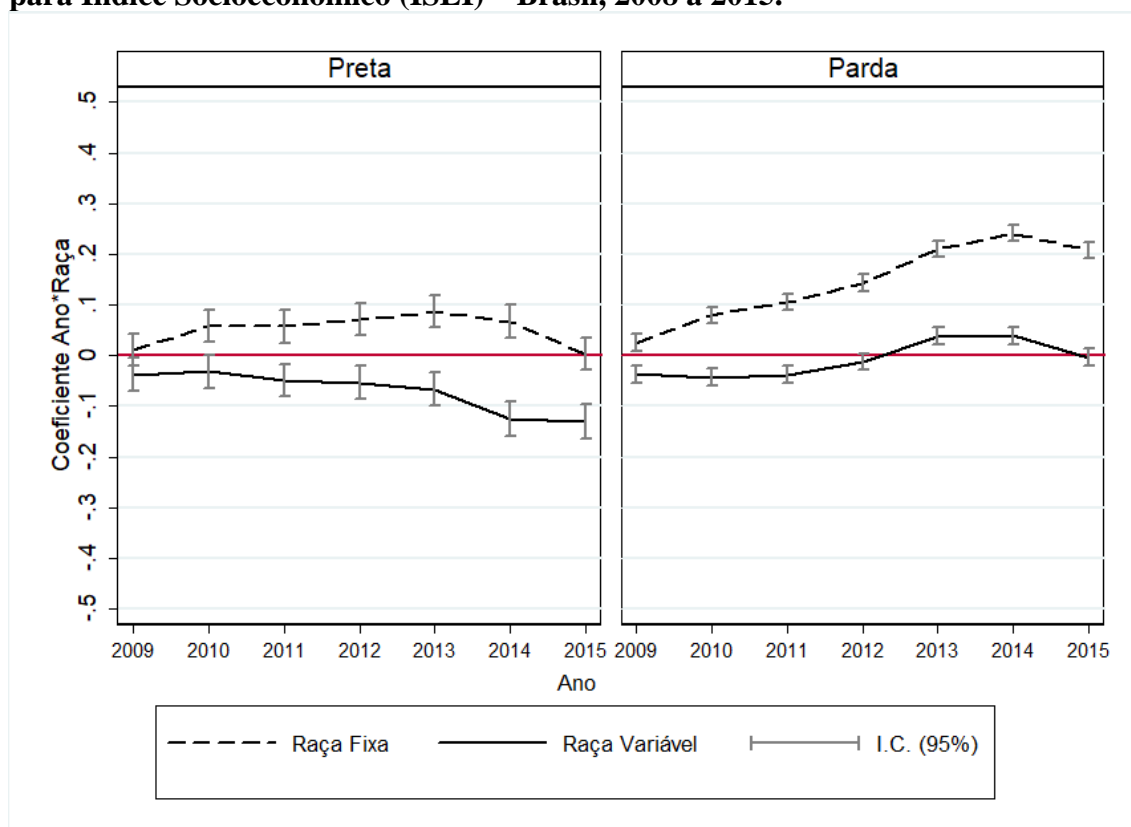
As variações entre 2008 e 2015 são pequenas, e apenas observadas nas casas decimais. No entanto, por se tratar dos mesmos indivíduos, a única variação se deve à

⁵⁰ Como exemplo, o ISEI 38 (média em 2008) representa trabalhadores como etiquetadores de materiais, encanadores, entre outros. A média de 2015, ISEI referente a 39, tem como exemplos mecânicos e reparadores de maquinário.

classificação racial. Assim, apesar das variações serem pequenas, os valores médios não são idênticos quando se comparam as mensurações fixas e variáveis.

No Gráfico 6.1, os testes demonstram diferenças no ISEI estimado para a *raça fixa* e a *raça variável*⁵¹. Os resultados indicam que se não houvesse reclassificação, o alcance ocupacional de pretos e pardos seria ligeiramente maior do que brancos entre 2008 e 2015.

Gráfico 6.1 – Coeficientes dos Termos Interativos¹ entre Raça (Fixa e Variável) e Ano para Índice Socioeconômico (ISEI) – Brasil, 2008 a 2015.



Fonte: RAIS/MTE, 2008 a 2015.

¹ Coeficiente na Tabela D1 do Anexo D.

Se a classificação preta fosse mantida na primeira classificação, observa-se que estes teriam acréscimo aproximado de 0,1 pontos de ISEI entre 2012 e 2014 em relação ao grupo de referência branco (linha estática em 0). Já quando a raça é reclassificada, porém, a estimativa de ISEI para pretos se torna menor em 0,1 no mesmo período.

Para os pardos, a *raça variável*, mantém os ganhos ocupacionais similares aos brancos no tempo. Porém, simulando o ISEI sem a reclassificação, aponta-se que esses mesmos indivíduos teriam ganhos superiores aos brancos e aos pretos, em torno de 0,2 pontos maior na média.

⁵¹ Os coeficientes se encontram no Anexo D.

Logo, a primeira conclusão que se tem com relação à reclassificação, é que ela mantém o diferencial racial entre brancos, pretos e pardos. Sem a reclassificação, o ISEI médio dos pardos seria maior em 0,2 pontos, e dos pretos, em 0,1. Porém, outra observação pode ser feita, com base nos coeficientes da *raça* fixa.

Embora ambos os grupos tenham valores estimados maiores sem a reclassificação, os pardos têm ganhos mais acentuados que os pretos. Isto é, conforme sustenta Costa Ribeiro (2017), em alguma medida, o embranquecimento pode alterar o tamanho dos diferenciais, sem, no entanto, solapar outros processos de reprodução das desigualdades raciais. A reclassificação altera tais medidas, mas não explica toda a diferença entre os grupos. A variação da desigualdade racial é pequena, assim como analisados por Muniz e Bastos (2017), segundo os quais, mesmo com a volatilidade classificatória, os percentuais intra e inter-raciais permanecem próximos ao observado (MUNIZ & BASTOS, 2017).

Resumidamente, seja pelo embranquecimento de indivíduos em melhores posições ocupacionais, seja pelo empobrecimento ou empardecimento daqueles em piores posições, a reclassificação leva a alterações que aumentam ou mantêm a distância entre os grupos raciais. Por outro lado, a classificação racial fixa demonstra que o alcance socioeconômico de pretos e pardos não é apenas função da reclassificação, mas sobretudo dos retornos distintos no mercado de trabalho.

A segunda parte da presente seção também segue a estrutura de dados descritivos, em primeiro lugar, seguido da análise dos coeficientes. Nessa, será analisada a probabilidade de conclusão do ensino médio conforme a *raça* fixa e variável por ano. Na Tabela 6.2 tem-se o percentual de indivíduos com ensino médio por tipo de classificação racial. Como o ISEI, os valores aumentam para todos os grupos. Porém, a variação do percentual de indivíduos com ensino médio completo é mais sensível do que o índice anterior.

Tabela 6.2 – Estatísticas Descritivas com Percentual de Indivíduos com Ensino Médio Completo segundo Formato de Mensuração da Raça – Brasil, 2008 a 2015.

| Ano | Raça Fixa %EM | | | Raça Variável %EM | | | Total |
|--------------------------------------|------------------|------------|------------|----------------------|------------|------------|------------|
| | Branca | Parda | Preta | Branca | Parda | Preta | |
| 2008 | 55,3 | 48,3 | 39,6 | 55,3 | 48,3 | 39,6 | 52,3 |
| 2009 | 57,2 | 50,3 | 41,9 | 57,2 | 50,3 | 41,7 | 54,2 |
| 2010 | 59,0 | 52,4 | 44,2 | 59,0 | 52,6 | 43,8 | 56,1 |
| 2011 | 60,9 | 54,8 | 46,6 | 60,8 | 55,0 | 46,0 | 58,1 |
| 2012 | 62,2 | 55,7 | 47,7 | 62,3 | 55,9 | 47,2 | 59,4 |
| 2013 | 64,3 | 58,8 | 50,7 | 64,4 | 59,0 | 49,9 | 61,7 |
| 2014 | 66,3 | 61,3 | 53,4 | 66,5 | 61,5 | 52,4 | 63,9 |
| 2015 | 68,2 | 63,4 | 55,5 | 68,4 | 63,7 | 54,6 | 65,9 |
| Total (Média)¹ | 61,8 (1,8) | 56,1 (2,1) | 47,8 (2,3) | 61,8 (2,0) | 56,4 (2,2) | 47,1 (2,1) | 59,2 (1,9) |
| N | 31.512.826 | 15.879.707 | 2.931.965 | 30.827.047 | 16.625.618 | 2.871.833 | 50.324.498 |

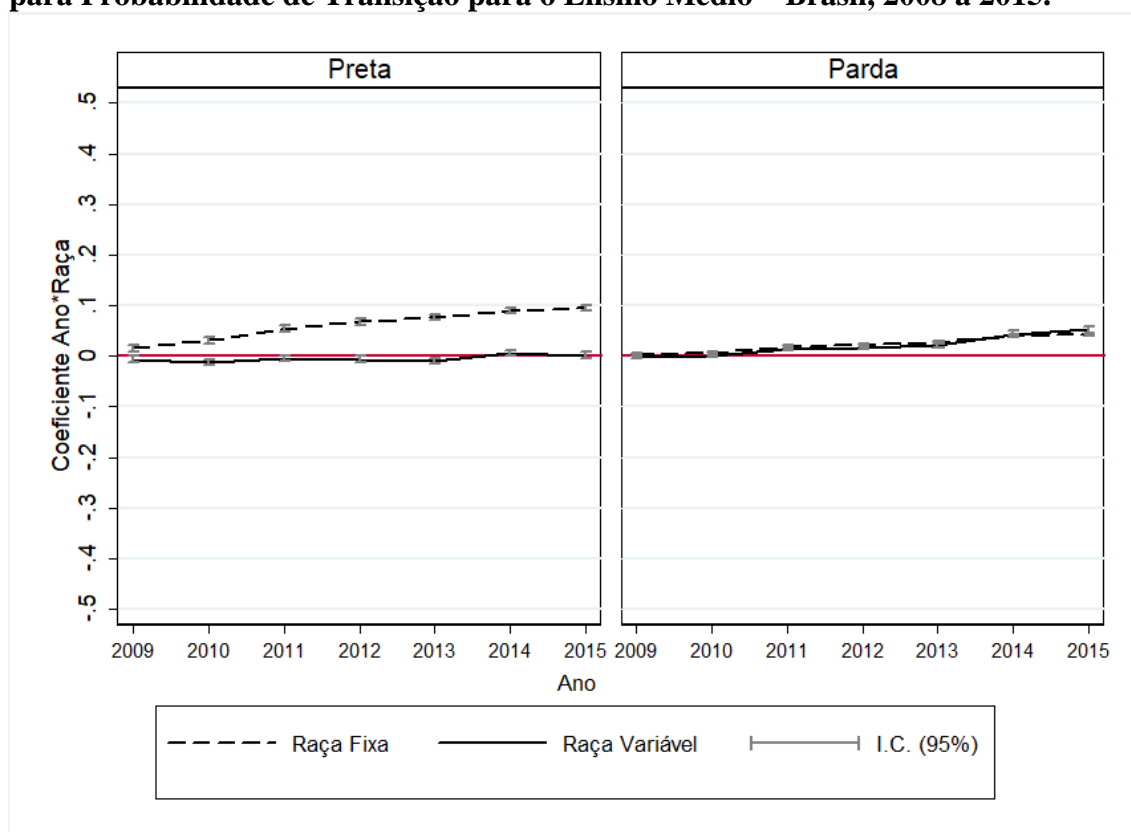
Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

¹ O valor em parêntesis indica a variação anual média.

Os valores médios indicam que, quando a classificação é fixada, o aumento de concluintes brancos é menor que a média. Quando há variação classificatória, esse percentual se torna maior. Ou seja, a reclassificação também inflaciona o percentual de brancos com ensino médio completo. Essa tendência se reforça quando indivíduos “pretos-fixos” têm percentual de 55,5% em 2015, enquanto “pretos-variáveis” são 54,6%. Nesse sentido, a reclassificação diminui a estimativa de sucesso escolar de pretos em 0,9%.

No Gráfico 6.2, os coeficientes dos termos interativos entre raça (fixa ou variável) e ano demonstram sentidos opostos para pardos e pretos. Em primeiro lugar, para os pardos, as duas formas de mensuração da variável raça não apresentam nenhuma diferença sistemática. Tanto a classificação fixa, quanto aquela que vai sendo reclassificada, tem aumentos na probabilidade de transição para o ensino médio. Em segundo lugar, para pretos, a evolução da probabilidade é distinta. O grupo que teve sua primeira classificação preta tem aumentos preditos superior àquele suscetível à reclassificação.

Gráfico 6.2 – Coeficientes dos Termos Interativos¹ entre Raça (Fixa e Variável) e Ano para Probabilidade de Transição para o Ensino Médio – Brasil, 2008 a 2015.



Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

¹ Coeficientes na Tabela D2 do Anexo D.

Quando a raça é fixada no t_1 , ela tem pouca – ou nenhuma – influência dos sucessos ou insucessos futuros. Já a *raça variável* pode ser “readequada” pelo classificador. Assim, um indivíduo que vai para um emprego com menos prestígio pode ser reclassificado como preto ou pardo, de maneira que, a classificação é realizada em função dos atributos socioeconômicos e contextuais.

Os resultados dos capítulos anteriores, principalmente aqueles que versam sobre mobilidade e reclassificação, apontam para padrões socioeconômicos. Em um sentido, mobilidade “molda” a reclassificação, ao passo que a reclassificação também “molda” as estimativas de mobilidade. Os classificadores externos escolhem a categoria racial a ser preenchida de acordo com atributos que variam com o tempo. O que se analisa aqui é, o ISEI predito dos brancos cresce mais rapidamente com a reclassificação em comparação aos pretos e pardos. Quando se considera a *raça* fixada na primeira classificação, pretos e pardos apresentam uma inclinação maior, revelando dois processos. Primeiramente, os estereótipos estão associados com a classificação, de maneira cíclica. O preenchimento das categorias raciais parece levar em conta estereótipos de que brancos ocupam cargos melhores, e que pretos

estudam menos, por exemplo. O segundo, como uma ressalva, de que se trata de um processo em curso, que já existia antes de 2008, e continua existindo após 2015. Logo, embora os diferenciais observados sejam pequenos, trata-se de é uma amostra temporal da relação entre reclassificação e estimativas.

Ao contrastar a classificação fixa e variável no tempo, simula-se as associações entre reclassificação e medidas de desigualdade. Nem a variável fixa, nem a reclassificada é “mais verdadeira” que a outra, mas a sua combinação possibilita apontar um processo de branqueamento de indivíduos mais bem posicionados na estrutura ocupacional, e um enegrecimento daqueles em piores posições escolares.

6.3 – Análise de Desigualdade Regional

A simulação realizada na seção 6.2 demonstra que, as reclassificações, associadas a indicadores socioeconômicos, alteram as estimativas de desigualdade ao longo do tempo, dependendo do formato racial adotado. Porém, como observado no Capítulo 5, as reclassificações têm heterogeneidades regionais, e ocorrem diferentemente nas regiões mais ao norte e mais ao sul do Centro-Oeste. Dessa forma, a presente seção tem como objetivo analisar se há diferenças significativas no que diz respeito às estimativas regionais de desigualdade racial, em função da reclassificação.

Para isso, serão estimados modelos idênticos àqueles analisados na seção anterior, com a diferença de uma amostra restrita a apenas a casos no Nordeste, e outra para o Sul. Primeiramente, são apresentadas tabelas descritivas por região, seguidas dos gráficos com a variação do coeficiente de ISEI e da probabilidade de transição escolar por ano.

Na Tabela 6.3, tem-se as variações dos valores de ISEI médio observados para o formato fixo e variável da raça no Nordeste. Como na variação do ISEI geral, para o Brasil, a variação é pequena entre 2008 e 2015, sendo que a média nessa região passa de 37,2 para 38,2. Contudo, há diferenças por formato variável e fixo. Por exemplo, no formato fixo, brancos têm média de 39,7 em 2008, e chegam a 40,5 em 2015. No formato variável, a média dos brancos em 2015 é de 40,9. Ou seja, apesar de ser uma diferença pequena, a reclassificação eleva o índice de brancos.

Tabela 6.3 – Estatísticas Descritivas para ISEI segundo Formato de Mensuração da Raça – Nordeste Brasileiro, 2008 a 2015.

| Nordeste | | | | | | | |
|----------------------------------|----------------|-------------|-------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|
| Ano | Raça Fixa ISEI | | | Raça Variável ISEI | | | Total |
| | Branca | Parda | Preta | Branca | Parda | Preta | |
| 2008 | 39,7 | 36,3 | 33,6 | 39,7 | 36,3 | 33,6 | 37,2 |
| 2009 | 39,9 | 36,5 | 33,7 | 39,8 | 36,5 | 33,8 | 37,4 |
| 2010 | 39,9 | 36,5 | 33,8 | 39,9 | 36,5 | 33,9 | 37,4 |
| 2011 | 39,8 | 36,7 | 34,1 | 39,9 | 36,7 | 34,2 | 37,5 |
| 2012 | 40,0 | 36,9 | 34,3 | 40,1 | 36,9 | 34,5 | 37,7 |
| 2013 | 40,2 | 37,2 | 34,6 | 40,4 | 37,1 | 34,8 | 37,9 |
| 2014 | 40,4 | 37,4 | 34,8 | 40,7 | 37,4 | 34,9 | 38,1 |
| 2015 | 40,5 | 37,5 | 34,9 | 40,9 | 37,4 | 35,2 | 38,2 |
| Total (Média)¹ | 40,1 (0,11) | 36,9 (0,17) | 34,3 (0,19) | 40,2 (0,17) | 36,9 (0,16) | 34,4 (0,23) | 37,7 (0,14) |
| N | 1.933.009 | 4.324.654 | 400.903 | 1.900.169 | 4.435.657 | 382.740 | 6.718.566 |

Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

¹ O valor em parêntesis indica a variação anual média.

As variações do ISEI médio para pretos e pardos têm sentidos diferentes, dependendo do formato classificatório. A reclassificação aumenta o ISEI médio de pretos no Nordeste, enquanto diminui esse valor para pardos, como observado para o Brasil.

A variação do ISEI no Sul é distinta da amostra geral e do Nordeste. Na Tabela 6.4, observa-se que, em 2015, não há diferença para o grupo branco fixo ou variável. Independentemente do formato, brancos têm ISEI médio de 38,8. Por sua vez, os grupos pretos e pardos, apresentam diferenças em função do formato. A variação anual média do ISEI do grupo “preto-variável” é superior ao “preto-fixo”, de 0,16 e 0,13, respectivamente. Para os pardos, o formato variável é 0,1 pontos maior do que o formato fixo em 2015.

Tabela 6.4 – Estatísticas Descritivas para ISEI segundo Formato de Mensuração da Raça – Sul Brasileiro, 2008 a 2015.

| Sul | | | | | | | |
|----------------------------------|----------------|-------------|-------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|
| Ano | Raça Fixa ISEI | | | Raça Variável ISEI | | | Total |
| | Branca | Parda | Preta | Branca | Parda | Preta | |
| 2008 | 37,5 | 33,1 | 32,9 | 37,5 | 33,1 | 32,9 | 37,1 |
| 2009 | 37,7 | 33,4 | 33,0 | 37,7 | 33,5 | 33,0 | 37,3 |
| 2010 | 37,9 | 33,6 | 33,2 | 37,8 | 33,7 | 33,2 | 37,5 |
| 2011 | 38,0 | 33,9 | 33,4 | 38,0 | 34,1 | 33,5 | 37,6 |
| 2012 | 38,1 | 34,2 | 33,5 | 38,1 | 34,4 | 33,6 | 37,7 |
| 2013 | 38,4 | 34,5 | 33,6 | 38,4 | 34,7 | 33,8 | 38,0 |
| 2014 | 38,6 | 34,6 | 33,7 | 38,6 | 34,8 | 33,9 | 38,2 |
| 2015 | 38,8 | 34,8 | 33,8 | 38,8 | 34,9 | 34,0 | 38,3 |
| Total (Média)¹ | 38,1 (0,20) | 34,1 (0,24) | 33,4 (0,13) | 38,1 (0,20) | 34,2 (0,26) | 33,5 (0,16) | 37,7 (0,17) |
| N | 7.498.238 | 502.935 | 259.231 | 7.463.001 | 533.699 | 263.704 | 8.260.404 |

Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

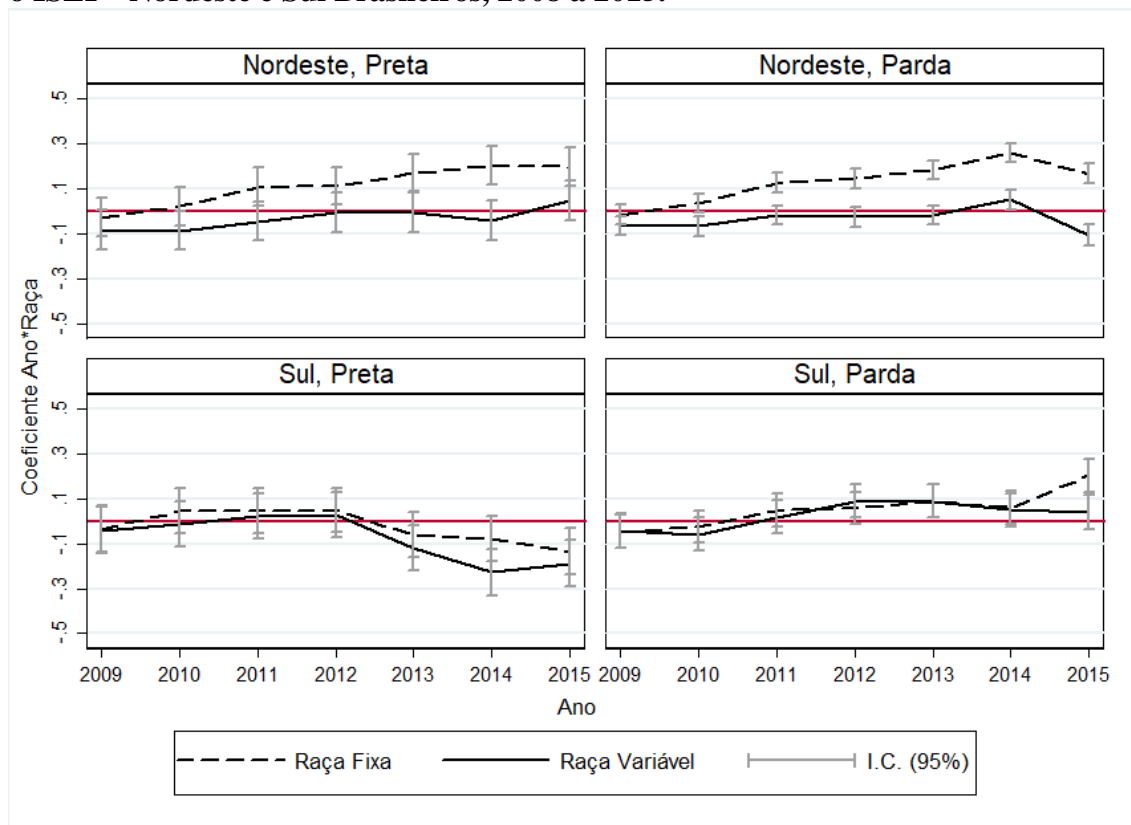
¹ O valor em parêntesis indica a variação anual média.

Tanto no Nordeste, quanto no Sul, há pequenas variações por raça e formato classificatório. A maior diferença encontrada é dos brancos no Nordeste, cuja média é 0,4 pontos maior com o formato variável em comparação ao fixo. Porém, vale destacar que a diferença do ISEI médio entre 2008 e 2015 é de 1,0, o que indica que a reclassificação para brancos nessa região acelera o ritmo de crescimento médio do índice para esse grupo.

Apesar de as variações entre os formatos variáveis e fixos, demonstra-se que os valores médios se diferem, com exceção dos brancos no Sul. Ou seja, no recorte entre 2008 e 2015, as reclassificações acabam por alterar o valor médio dos grupos, em alguma medida.

No Gráfico 6.3, são apresentadas as estimativas da variação anual por cada um dos grupos raciais, considerando os formatos fixo e variável. Nordeste e Sul apresentam resultados distintos no que se refere a variação dos indicadores de desigualdades em função da reclassificação. De maneira geral, a reclassificação no Nordeste tende a diminuir o índice predito dos grupos pretos e pardos, enquanto no Sul, ambas as estimativas tendem a variar conjuntamente.

Gráfico 6.3 - Coeficientes dos Termos Interativos¹ entre Raça (Fixa e Variável) e Ano para o ISEI – Nordeste e Sul Brasileiros, 2008 a 2015.



Fonte: RAIS/ MTE, 2008 e 2015.

¹ Coeficientes na Tabela D2 do Anexo D.

Os dois gráficos na porção superior, referentes à região Nordeste, demonstram variações significativas. Para o grupo preto, observa-se que, em 2009, os valores estimados são similares, independentemente do formato adotado. Contudo, a distância entre as estimativas aumenta com o passar do tempo, sendo que em 2011, a diferença é de 0,15, e em 2014, superior a 0,20.

Para o grupo “preto-variável”, seus resultados se sobrepõem à linha de referência por todo o intervalo temporal no Nordeste. Isso indica que, durante 2009 e 2015, a diferença entre o ISEI de brancos e de pretos não aumenta, mesmo com a reclassificação. Já o formato fixo, demonstra que os pretos teriam ganhos superiores aos brancos, a partir de 2011, diminuindo a desigualdade com o passar dos anos. Portanto, a reclassificação no Nordeste, em relação aos pretos e brancos, mantém a estimativa de desigualdade constante ao longo do intervalo analisado.

Com relação aos pardos no Nordeste, observa-se variações similares. De 2011 em diante, o formato fixo indica que, se não houvesse redefinição da categoria racial, a desigualdade entre brancos e pardos seria menor. Em 2014, o ISEI predito dos pardos cresceria quase 0,30 em relação aos brancos. Ou seja, assim como os pretos no Nordeste, a reclassificação tende a manter a desigualdade constante.

O contraponto regional, no Sul, demonstra outra relação entre estimativas e reclassificação. Observa-se que, independentemente de usar o formato fixo ou variável, o diferencial de ISEI para brancos e pretos pouco se altera nessa região, com exceção dos anos de 2014 e 2015, em que os brancos têm variação maior. Ou seja, as estimativas de desigualdade ocupacional nos estados do Sul do Brasil, são menos suscetíveis à reclassificação do que Nordeste. Isso se mostra consistente também para os pardos, que apenas em 2011 e 2015 apresentam variação superior que os brancos.

O Gráfico 6.3 pontua que, no Nordeste, ao considerar o formato fixo, pretos e pardos diminuiriam seu diferencial com relação aos brancos com o passar dos anos. Porém, com a reclassificação racial, brancos, pretos e pardos têm ganhos similares, e a distância entre eles continua constante. No Sul, por outro lado, nem o formato fixo, nem reclassificado, se sobressai com relação ao grupo de referência branco. Portanto, em termos de ISEI, a reclassificação altera a medida de desigualdade no Nordeste, mas não no Sul, reforçando as heterogeneidades regionais no Brasil.

A segunda simulação se volta para as estimativas de desigualdade escolar. Como na amostra geral, a escolaridade é mais sensível às variações anuais por grupo e por formato do que o ISEI. Na Tabela 6.5, como indica a coluna marginal, o percentual de indivíduos com

ensino médio completo, no Nordeste, passa de 53,8 em 2008, para 67,4 em 2015, com um aumento médio 2,2% ao ano. Observa-se, também, diferenças por grupos raciais, e por formatos classificatórios.

Tabela 6.5 – Estatísticas Descritivas com Percentual de Indivíduos com Ensino Médio Completo segundo Formato de Mensuração da Raça – Nordeste Brasileiro, 2008 a 2015.

| Nordeste | | | | | | | |
|--------------------------------------|------------------|------------|------------|----------------------|------------|------------|------------|
| Ano | Raça Fixa %EM | | | Raça Variável %EM | | | Total |
| | Branca | Parda | Preta | Branca | Parda | Preta | |
| 2008 | 59,1 | 52,3 | 42,3 | 59,1 | 52,3 | 42,2 | 53,8 |
| 2009 | 60,7 | 54,3 | 44,7 | 60,5 | 54,5 | 44,3 | 55,7 |
| 2010 | 62,4 | 56,1 | 46,9 | 62,1 | 56,3 | 46,2 | 57,4 |
| 2011 | 64,4 | 58,5 | 49,8 | 64,3 | 58,7 | 49,1 | 59,7 |
| 2012 | 66,0 | 60,4 | 52,1 | 65,7 | 60,7 | 51,1 | 61,5 |
| 2013 | 67,8 | 62,6 | 54,8 | 67,4 | 63,0 | 53,0 | 63,7 |
| 2014 | 69,6 | 64,5 | 57,1 | 69,3 | 64,9 | 54,9 | 65,5 |
| 2015 | 71,2 | 66,4 | 59,7 | 70,7 | 67,0 | 57,2 | 67,4 |
| Total (Média)¹ | 65,4 (1,8) | 59,9 (2,0) | 51,3 (2,5) | 65,0 (1,7) | 60,2 (2,1) | 50,0 (2,1) | 61,0 (2,2) |
| N | 1.933.009 | 4.324.654 | 400.903 | 1.900.169 | 4.435.657 | 382.740 | 6.718.566 |

Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

¹ O valor em parêntesis indica a variação anual média.

No Nordeste, em ambos os formatos, brancos têm percentuais maiores de alcance escolar. Na média dos anos, os brancos possuíam 65,4% (formato fixo) e 65,0% (formato variável) de indivíduos com ensino médio completo. Em seguida, pardos e pretos possuem percentuais mais baixos.

Entre os formatos, observa-se que a *raça* reclassificada, em 2015, leva a um aumento do percentual de brancos com ensino médio completo, em comparação ao formato fixado na primeira classificação (+0,5%), bem como para os pardos (+0,6%), e uma diminuição de pretos com esse nível (-2,5%). Considerando que, em ambos os formatos, tem-se o mesmo número de observações, a diferença se deve somente à variação classificatória.

No Sul, o aumento médio é de 1,8% ao ano, e também apresenta variações por grupos raciais e pelos formatos adotados na simulação. Nesses estados, a diferença entre pretos e pardos é consideravelmente menor. Enquanto no Nordeste, o percentual de pardos com ensino médio completo é 10% maior que dos pretos, no Sul, a diferença não ultrapassa 3% em nenhum dos formatos.

Tabela 6.6 – Estatísticas Descritivas com Percentual de Indivíduos com Ensino Médio Completo segundo Formato de Mensuração da Raça – Sul Brasileiro, 2008 a 2015.

| Ano | Raça Fixa %EM | | | Raça Variável %EM | | | Total |
|--------------------------------------|------------------|------------|------------|----------------------|------------|------------|------------|
| | Branca | Parda | Preta | Branca | Parda | Preta | |
| 2008 | 50,0 | 38,0 | 37,1 | 50,0 | 38,0 | 37,1 | 49,0 |
| 2009 | 52,5 | 40,7 | 39,3 | 52,6 | 40,5 | 38,6 | 51,4 |
| 2010 | 54,2 | 42,6 | 41,2 | 54,2 | 42,6 | 40,8 | 53,1 |
| 2011 | 55,7 | 44,2 | 42,9 | 55,7 | 44,4 | 42,5 | 54,6 |
| 2012 | 57,0 | 45,5 | 43,8 | 57,1 | 45,1 | 43,2 | 55,9 |
| 2013 | 59,0 | 48,1 | 45,5 | 59,1 | 47,9 | 45,3 | 57,9 |
| 2014 | 60,8 | 50,3 | 47,8 | 60,9 | 49,8 | 47,9 | 59,7 |
| 2015 | 62,6 | 52,3 | 49,7 | 62,8 | 52,0 | 48,9 | 61,6 |
| Total (Média)¹ | 56,6 (1,8) | 45,6 (2,0) | 43,7 (1,8) | 56,7 (1,8) | 45,6 (2,0) | 43,3 (1,7) | 55,6 (1,8) |
| N | 7.498.238 | 502.935 | 259.231 | 7.463.001 | 533.699 | 263.704 | 8.260.404 |

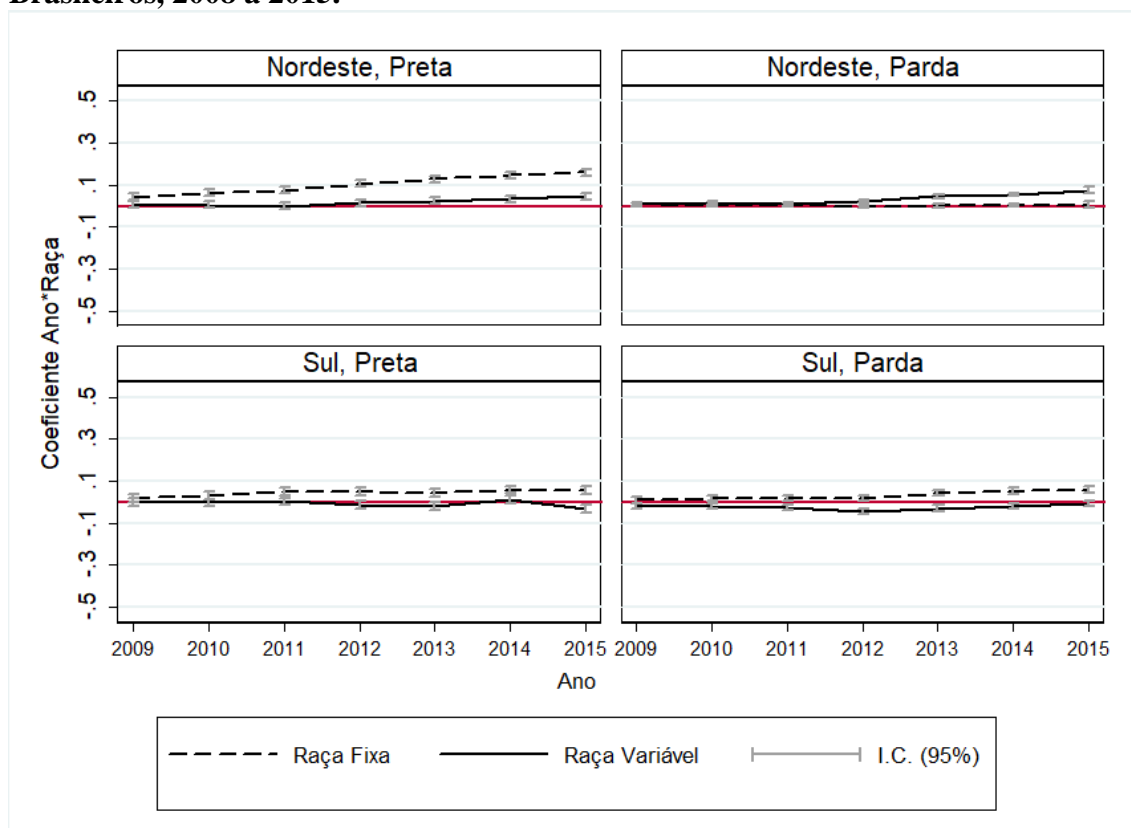
Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

¹ O valor em parêntesis indica a variação anual média.

Considerando as reclassificações ao longo dos anos, o percentual de brancos com ensino médio completo em 2015 é 0,2% maior do que o mesmo grupo sem variação classificatória. Os grupos pardo e preto têm piores indicadores devido à reclassificação. O percentual dos pardos cai em 0,3%, e dos pretos em 0,8% em relação à *raça* fixa. Isto é, diferentemente do Nordeste, em que brancos e pardos melhoravam seu indicador percentual, no Sul, somente os brancos têm aumento devido à reclassificação.

No Gráfico 6.4, estão as probabilidades de alcançar o ensino médio para os grupos preto e pardo, em relação aos brancos. No Nordeste, os resultados para o grupo preto revelam que, independentemente do formato, a desigualdade se torna menor em relação ao grupo branco. Porém, a reclassificação (*raça* variável), faz com que essa redução da desigualdade seja mais lenta, em que, apenas em 2013, os “pretos-variáveis” passam a se destacar do grupo de referência, ao passo que, se fosse considerado o formato fixo, isso já seria significativo em 2010.

Gráfico 6.4 – Coeficientes dos Termos Interativos¹ entre Raça (Fixa e Variável) e Ano para a Probabilidade de Transição para o Ensino Médio Completo – Nordeste e Sul Brasileiros, 2008 a 2015.



Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

¹ Coeficientes na Tabela D2 do Anexo D.

Para os pardos no Nordeste, a relação entre as retas de *raça* fixa e variável são inversas ao estimado para o grupo preto. A reclassificação aumenta a probabilidade estimada de transição para o ensino médio completo acima do estimado para os brancos. Dessa forma, a redefinição da classificação parda no Nordeste, diminui a desigualdade estimada entre brancos e pardos ao longo dos anos. Esse resultado é diferente das estimativas feitas para todo o Brasil e para a região Sul, demonstrando que a relação entre reclassificação e as variações nas estimativas de desigualdades nem sempre são constantes nas regiões do país.

Nos estados da região Sul, a variação classificatória dos pretos mantém constante a estimativa de desigualdade. Se se utiliza a simulação feita com base na *raça* fixa, pretos e pardos têm um aumento anual maior do que os brancos. A reclassificação subestima a probabilidade de transição desses grupos, em termos escolares, enquanto o formato fixo demonstra que esses mesmos indivíduos têm alcances maiores que os brancos, em média.

Desse modo, as simulações tornam possíveis comparações entre o alcance dos grupos raciais, em termos ocupacionais e escolares. Ao utilizar os mesmos indivíduos, em

modelos que variam apenas o formato racial, observa-se que a reclassificação altera as estimativas de diferenciais no Nordeste e no Sul, com especificidades em cada uma delas.

Para o ISEI, a reclassificação torna as desigualdades constantes no Nordeste, de maneira que, se a raça preta fosse mantida na primeira classificação, o diferencial seria reduzido em 0,15 em 2015. O mesmo ocorre para os pardos nessa região, que teriam a estimativa com relação aos brancos, 0,13 pontos menor. No Sul, as variações não são significativas para esse indicador.

Contudo, os resultados das simulações não são idênticos para ISEI e transição escolar. Para a conclusão do ensino médio, a variação da classificação racial faz com que a probabilidade de conclusão dessa etapa seja subestimado para o grupo preto. Já para os pardos no Nordeste, demonstra-se que a reclassificação diminui sua desvantagem para o grupo branco ao longo do tempo. Essa inversão, em que a reclassificação aponta uma situação de melhora dos pardos, foi observada apenas no Nordeste. Ou seja, a variação classificatória não é idêntica, nem por variável dependente, nem por recorte geográfico. Ser visto como pardo em uma região, é diferente de ser visto como tal em outra.

No Sul, ao contrário do ISEI, que não apresenta variações constantes, a estimativa para transição escolar é alterada pela reclassificação. Se não houvesse reclassificação, o diferencial predito de pretos e pardos com relação aos brancos seria aproximadamente 0,1 pontos menor.

Portanto, os testes realizados na Seção 6.3 demonstram que a reclassificação importa para as estimativas de desigualdade. Em geral, essa relação superestima os diferenciais raciais. Ou seja, a categoria racial vai sendo redefinida como branca, quando o indivíduo aumenta seu alcance socioeconômico. Porém, nem sempre isso é observado, como para a transição escolar no Nordeste, em que o indicador dos pardos é maior com a reclassificação.

6.4 – Considerações do Capítulo

O Capítulo 6 responde a perguntas acerca da variação dos diferenciais raciais em função das reclassificações. As simulações demonstram que, por um lado, as variações classificatórias mantêm a desigualdade racial, uma vez que se a *raça fixa* fosse tomada como medida, a distância entre o ISEI médio de pretos, pardos e brancos seria menor – mesmo que apenas ligeiramente. Por outro lado, a diferença entre a raça fixa e a raça variável acarreta pouca variação nas estimativas de desigualdade ao longo do tempo, sendo que adotar uma ou outra não levaria a uma grande mudança.

Para o Brasil, o diferencial de ISEI médio entre brancos e pretos seria menor em 0,1 pontos, e entre brancos e pardos, em 0,2. Para o diferencial na probabilidade de conclusão do ensino médio, a reclassificação não apresenta diferenças significativas para pardos, mas subestima o alcance escolar dos pretos. Nesse sentido, a análise temporal indica que, conforme a *raça* dos indivíduos é redefinida, redefine-se também a estimativa de alcance socioeconômico dos grupos.

Contudo, ressalta-se que os diferenciais não são consequências dos processos classificatórios. Como demonstra Costa Ribeiro (2017), as reclassificações não são suficientes para alterar o padrão de desigualdade. Os resultados analisados entre os Gráficos 6.1 e 6.4, levam a variações de, no máximo 0,3 pontos de ISEI, e 0,2 em probabilidade de transição. Ao mesmo tempo, são variações significativas, que ocorrem em período anterior a 2008 e posterior a 2015. Muniz e Bastos (2017) também demonstram que a variação classificatória verificada para a autoclassificação na PME, pouco altera as estimativas de desigualdade intra e entre grupos.

Uma possível explicação para a pouca variação ao longo do tempo é o fluxo classificatório. Como se observa na Tabela 3.4, mesmo que haja 9,4% de reclassificação, o tamanho dos grupos raciais não apresenta variação substantiva (os pardos passam de 32,5% para 33,0%). Com isso, cabe analisar futuramente, se ocorre uma variação classificatória, de maneira que os atributos produtivos e indicadores socioeconômicos permanecem constantes. Isto é, como defendem Saperstein e Penner (2012), os atributos são mais relacionados com o estereótipo do que com o indivíduo, o que não leva a variações nas medidas de desigualdade.

Em suma, para a seção 6.2, sustenta-se que, caso não houvesse reclassificação, as estimativas de desigualdades seriam menores, mas os grupos raciais continuariam tendo diferenciais socioeconômicos significativos⁵². Ressalta-se, porém, que a *raça fixa* utilizada nas simulações, não é tida como *mais correta* que a *raça variável*. Como defende Saperstein (2012), não há hierarquia entre formatos mais corretos do que outros, mas o seu contraste permite revelar aspectos implícitos em cada forma de mensuração.

O contraste entre os dois formatos utilizados demonstra que há endogeneidade na reclassificação no Brasil. Indivíduos que são reclassificados, tendem a ser embranquecidos, quando em melhores situações. Nesse sentido, o classificador externo, em teoria, não tem interesse em se beneficiar da variação classificatória, refletindo uma percepção geral de que é

⁵² Esses resultados respondem ao estímulo de Costa Ribeiro (2017) em que “(u)ma pesquisa cuidadosa deve encontrar alguma maneira de testar quais seriam os efeitos desse possível ‘embranquecimento’ nas taxas de desigualdade e mobilidade social” (p. 16).

mais provável que indivíduos brancos tenham maior escolaridade e ocupem cargos mais bem posicionados.

Ao tomar a reclassificação como um indicador da *ideologia do embranquecimento*, tem-se que ela ainda é resiliente no Brasil. Em contraponto ao indicado por Guimarães (2012), ela persiste, sendo necessário verificar se, de fato, ela tem se tornado mais fraca do que em tempos anteriores. Contudo, a reclassificação não é similar por região, o que indica que os estereótipos raciais não são homogêneos no Brasil, conforme já defendido no Capítulo 5.

Nos estados do Sul do Brasil, os indicadores de desigualdade são menos suscetíveis à variação. Para o ISEI, por exemplo, independentemente do formato classificatório, as variações temporais são similares, indicando uma manutenção do diferencial entre brancos, pretos e pardos entre 2008 e 2015. Em contraposição, no Nordeste, a reclassificação indica um índice menor de pretos e pardos do que se a *raça* dos indivíduos fosse mantida conforme a primeira classificação.

As probabilidades de alcance do ensino médio completo, por sua vez, possuem variações regionais. A reclassificação diminui a estimativa de realização escolar de pardos e pretos no Sul, e de pretos no Nordeste. Por outro lado, a probabilidade estimada de pardos concluírem essa etapa escolar no Nordeste é maior quando há reclassificação.

Estudos qualitativos, comparativos e o uso de desenhos experimentais serão úteis para explicar variações regionais. A compreensão das diferenças entre fronteiras raciais nas regiões brasileiras contribui para entender o porquê de a reclassificação parda no Nordeste ter associação positiva com a conclusão do ensino médio, e no Sul não. Ou, o porquê isso é verificado para a escolaridade, mas não para a ocupação.

Concomitantemente aos resultados dos capítulos anteriores, revela-se que a heteroclassificação sintetiza informações disponíveis acerca do indivíduo. Nesse sentido, aspectos estéticos, como a cor da pele, são fundamentais, bem como informações socioeconômicas, que acabam por definir um ou outro lado da fronteira racial.

Portanto, estimativas de desigualdade intra e inter-regionais podem trazer aspectos específicos das questões raciais no Brasil. Como destacam Saperstein e Penner (2012), para romper o ciclo de *raça* e desigualdade, é necessário compreender em que medida processos em níveis micro e macro são relevantes. No caso do Brasil, as fronteiras raciais no Nordeste e no Sul têm características distintas, sendo que em cada uma, pode ser necessário medidas específicas para mitigar as desigualdades raciais por região.

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, investigou-se (i) se há associação entre status socioeconômico e reclassificação racial, (ii) se a reclassificação varia por região geográfica, e (iii) se essas variações alteram as medidas de desigualdade ocupacional e escolar. Os resultados demonstram que a classificação racial no Brasil se associa, ainda que fracamente, a atributos individuais de status, e que as fronteiras raciais são construídas regionalmente.

A classificação – nesse caso, a reclassificação – reflete parte dos dilemas raciais suscitados no Brasil. Como cita Maggie (1996), cada sociedade é “escrava e senhora” de seu sistema classificatório (MAGGIE, 1996, p. 226). Os resultados apontam que, por um lado, as fronteiras entre os grupos têm certa fluidez, e interagem com características estéticas, contextuais, socioeconômicas e regionais. Ou seja, como relatado desde os estudos financiados pela Unesco, a partir da década de 1950, a classificação ocorre em função de uma variedade de aspectos.

Por outro lado, a análise dos diferenciais aponta que, mesmo que a reclassificação altere ligeiramente a desigualdade racial, pretos e pardos se encontram em situação de desvantagem persistente em comparação aos brancos. Como demonstra Costa Ribeiro (2017), nem que houvesse uma fluidez ainda maior, os diferenciais deixariam de ser significativos. Nesse sentido, os resultados também remontam a achados dos estudos da década de 1950. Então, o que há de novo?

Nos últimos 70 anos, o Brasil passou por mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas. As questões raciais⁵³ também foram alteradas, adentrando em esferas em que eram restritas, como a sua incorporação na agenda governamental para combate às desigualdades. No que tange os temas desse trabalho – classificação e desigualdade –, os resultados demonstram a persistência de padrões, como o *embranquecimento via status*, ao mesmo tempo que revelam diferenças por escolaridade, renda, ocupação e região.

No Capítulo 4, evidencia-se, por um lado, que a escolaridade, em especial, é associada à reclassificação. Essa variável é positivamente associada ao *embranquecimento* de classificações, ao passo que com relação à renda relativa, o seu aumento não *embranquece*, mas a sua falta *empretece*. Isso reforça que medidas de status se associam à reclassificação, mas seus resultados podem ser independentes. Em todo caso, as associações evidenciadas, apesar

⁵³ Analisados por Nogueira (1955), Andrews (1998), Hanchard (2001), Telles (2003), Rodrigues e Prado (2010), por exemplo.

de estatisticamente significativas, são substantivamente pequenas para se concluir que existe um padrão permanente e duradouro entre status socioeconômico e reclassificação. Concluímos então que o dinheiro, a ocupação e a educação embranquecem, mas muito pouco para serem notáveis ou servirem de paradigma para o caso brasileiro, como tem sido o caso desde Degler (1971).

Outro ponto analisado diz respeito à mobilidade socioeconômica. Nessa, apenas a mobilidade escolar apresenta associação estatisticamente significativa, sendo que para ocupação e renda relativa, a variação é pequena. Assim, observa-se que mais do que o movimento de mobilidade ascendente ou descendente, o alcance é mais consistente em torno da estruturação de estereótipos raciais.

A reclassificação, no entanto, apresenta heterogeneidades regionais consideráveis. Os resultados apresentados nos Capítulos 5 sustentam as diferenças de composição e de reclassificação racial em diferentes partes do Brasil, conforme vem sendo suscitado (BAILEY & TELLES, 2006; MONK, 2013; MUNIZ & BASTOS, 2017). Nos estados do Norte e do Nordeste, observa-se a recorrência do uso da categoria parda, em contraposição aos estados do Sul e do Sudeste, que apresentam maior uso das categorias branca e preta.

No Capítulo 6, explicita-se que, embora haja reclassificação, as mensurações de desigualdades pouco se alteram. Para a heteroclassificação no Brasil, à medida que as reclassificações ocorrem, a estimativa de diferenciais raciais tende a se manter constante. Quando o formato fixo é adotado, sem reclassificação, pretos e pardos teriam melhores estimativas de transição para o ensino médio completo e de índice socioeconômico.

Contudo, ao comparar os estados do Nordeste e do Sul, observa-se variações antagônicas. As simulações para a região nordestina demonstram, no que diz respeito à ocupação, que a reclassificação aumenta a estimativa ocupacional dos brancos, ao contrário da transição escolar, em que os pardos se saem melhores.

Tais comparações podem aprofundar o conhecimento acerca do racismo no Brasil, indicando que hipóteses, como o *dinheiro embranquece* ou *mulato como válvula de escape*, são mais relevantes para certas regiões do que para todo o país. Como defende Telles (1993), o Brasil possui tanto “subculturas” do racismo, quanto padrões classificatórios específicos. Nesse sentido, torna-se imperativo diferenciar determinadas características, como sustenta Pinho (2004), do racismo paternalista e agregador, no Nordeste, ou segregacionista, no Sul e no Sudeste. Por último, as comparações podem contribuir para desvelar os processos de perpetuação das desigualdades por região, reforçando similitudes e divergências (CAMPANTE *et al.*, 2004; SILVEIRA & MUNIZ, 2014).

Os três pontos sintetizados – variações classificatórias por *status* socioeconômico, região e desigualdade – portanto, refletem como a sociologia responde aos questionamentos e medem as mudanças ocorridas na temática racial no Brasil e no mundo. Como apontado, alguns pontos são persistentes ao Brasil desde a década de 1950, quando os pesquisadores financiados pela Unesco pioneiramente investigaram a associação entre status e classificação, e revelaram fortes desigualdades (HARRIS, 1964; COSTA PINTO, 1998). O desenvolvimento dessas investigações, sobretudo, apresentou respostas com relação aos mecanismos de reprodução das desigualdades (SILVA, 1979; SOARES, 2000; FERNANDES, 2005; HASENBALG, 2005; COSTA RIBEIRO, 2006), e debates em torno de formas de sua mitigação (MAGGIE, 2008; CAMPOS & FERES JUNIOR, 2014). Por outro lado, as desigualdades raciais e as compreensões acerca da “construção social da raça” demandam considerável esforço, como defende Morning (2011), a mensagem de que a “raça é uma construção social” ainda se perde na sua transmissão, seja no mundo popular, seja no mundo científico.

Abaixo, retoma-se os resultados principais dos capítulos anteriores. Na primeira seção, discute-se as implicações teóricas, metodológicas e éticas das variações classificatórias para a mensuração das desigualdades. Na seção seguinte, apresenta-se como a reclassificação é um processo dialógico entre perspectivas individuais e coletivas. A terceira seção, por fim, apresenta lacunas que podem ser preenchidas por pesquisas futuras.

7.1 – Variações Classificatórias e Medidas de Desigualdade

A classificação racial no Brasil foi definida por autores estrangeiros, por muito tempo, como “superficial”, caracterizada por não seguir critérios rígidos de ancestralidade, em comparação aos Estados Unidos ou à África do Sul. Harris (1964; 1970), em especial, dedicou-se a compreender e atribuir uma lógica ao sistema classificatório do país. Posteriormente, o autor sistematizou o padrão, regido por lógicas fenotípicas/ estéticas e socioeconômicas (HARRIS *et al.*, 1993).

Tais padrões classificatórios dizem respeito a processos históricos e sociais específicos de cada região (WADE, 1993; MARX, 1998). Segundo Wade (1993), o estudo da raça deve recair sobre as especificidades de suas construções ao longo do tempo. Logo, para o caso brasileiro, não se deveria preocupar com a rigidez da ancestralidade, mas utilizar das variações para analisar o que a “cultura” tem transformado em “natural” (WADE, 1993).

Saperstein e Penner (2012) também concordam que a variação classificatória é uma estratégia metodológica para a compreensão dos significados de raça em cada contexto. Por

meio da (re)classificação, destaca-se em que medida elementos individuais e contextuais são chamados de raciais. Por outro lado, os autores veem dois pontos negativos na fluidez racial: (i) o primeiro, de que estereótipos raciais são reforçados, e (ii) o segundo, de que se cria incertezas em torno da mensuração das desigualdades.

Em relação aos estereótipos, o *boundary crossing* acaba sendo visto e reforçado como parte do processo de mobilidade socioeconômica. Ao ter ascensão social, por exemplo, estaria implícito a reclassificação. Em nível agregado, tais variações levam a um viés nas medidas de desigualdade entre grupos raciais, como indicado nos Capítulos 4 e 6. A posição socioeconômica, como a escolaridade, aumenta em 7% a probabilidade de indivíduos serem reclassificados como brancos, quando com ensino médio completo em comparação ao ensino fundamental. Por outro lado, o ISEI médio aumenta em, no máximo, 0,2 pontos, e a probabilidade de transição para o ensino médio em 2%. O uso de dados longitudinais, portanto, permite medir o viés dessa reclassificação ao longo do tempo, o que nem sempre ocorre em coletas de dados transversais.

A variação classificatória, portanto, apresenta diferentes facetas. Por um olhar metodológico, ela permite desvelar mudanças no processo classificatório, assim como as associações entre escolha de categorias e características individuais, contextuais e socioeconômicas. Por um lado teórico e ético, as categorias medem como indivíduos são vistos racialmente, cabendo a eles decidir a lógica mais adequada. Por fim, as estimativas de indicadores medem, o alcance socioeconômico em escolaridade e ocupação, mas também as variações ocorridas ao longo do tempo. Vale destacar que, no entanto, assim como aponta Costa Ribeiro (2017), a reclassificação racial altera os resultados em pequena medida, não descaracterizando a persistente desigualdade racial no Brasil.

7.2 – Fronteiras Raciais em Duas Dimensões

As variações classificatórias são expressões da construção social da raça. Elas demonstram como a categoria racial não é uma função genética, mas uma resposta estabelecida entre indivíduos em interações localizadas no tempo e no espaço (WADE, 1993). Para Saperstein e Penner (2012), porém, há maior ênfase em estudos histórico-comparativos, que demonstram, por exemplo, como as mudanças de categorias do censo norte-americano possibilitaria que uma pessoa fosse “hindu em 1920, branca em 1940, ‘outro’ em 1960 e asiático em 1980” (SAPERSTEIN & PENNER, 2012, p. 679, tradução minha). Apesar de concordarem

com tal abordagem, os autores demonstram que a fluidez não se manifesta apenas em longos intervalos de tempo, mas ocorre cotidianamente, em contextos como o corporativo, o familiar, ou em círculos de amizade (SAPERSTEIN & PENNER, 2012).

No Brasil, porém, a análise de variações classificatórias no nível individual é mais usual. Nogueira (1955), Harris (1964; *et al.*, 1993) e Silva (1999) apontaram variações dos padrões classificatórios em diferentes contextos, baseados em aspectos estéticos e socioeconômicos. Harris (1964), por exemplo, demonstra a multiplicidade de aspectos considerados para a definição da categoria racial atribuída a gêmeos, em uma comunidade baiana. Para além do fenótipo, esses autores, apresentam a hipótese do *embranquecimento* via status, em que posições socioeconômicas mais privilegiadas aumentariam a probabilidade de escolha da categoria branca ou parda.

Balizado por essa hipótese, o presente estudo testou a significância da reclassificação racial em função do status socioeconômico entre 2008 e 2015. Os resultados apontam que os níveis de escolaridade, renda relativa e índice socioeconômico (ISEI) são sistematicamente associados às categorias raciais, sendo que, quanto maior a escolaridade, maior a probabilidade de reclassificação para branca, ou quanto maior a renda, menor a probabilidade de reclassificação para preta.

Nesse sentido, verificou-se a relação entre reclassificação e status, bem como defendido e apresentado por Saperstein e Penner (2012). De um ano para o outro, em média 9,4% dos indivíduos foram reclassificados, indicando que a fluidez racial, no caso da RAIS, é observada como uma resposta do classificador em função de características individuais, para além do fenótipo.

Contudo, no Brasil, comparações temporais e regionais vêm sendo realizadas em períodos mais recentes. Os recortes geográficos, em especial, têm estabelecido a existência de padrões e regras distintas, como Monk (2013), que demonstra como as características estéticas de um mesmo indivíduo podem ser definidas como *parda*, em uma região, e *preta* ou *branca*, em outra. Muniz e Bastos (2017) também apontam que a fluidez racial dos pardos varia de acordo com a região metropolitana em que eles se encontram.

No presente estudo, reforça-se que, por um lado, as características estéticas e socioeconômicas catalisam a classificação racial. Por outro lado, a escolha de determinadas categorias depende da região do país. Isto é, um indivíduo, popularmente indicado “entre branco e pardo”, tem grandes probabilidades de ser classificado como branco no Sudeste e no Sul, e pardo no Norte e no Nordeste.

Assim, as fronteiras raciais são definidas como uma resposta às características individuais e ao contexto em que se encontra. Os processos raciais, como defende Campos (2017), ocorrem em diferentes níveis não excludentes, relacionados a agência individual, aspectos culturais e padrões estruturais. Com a reclassificação racial não é diferente, e aspectos subjetivos e objetivos se interagem, sendo a escolha da categoria racial uma função de atributos individuais e coletivos.

7.3 – Agenda Futura

O presente estudo abordou hipóteses antigas e recentes em torno da sociologia da raça no Brasil. A classificação racial e o embranquecimento se fazem presentes desde estudos clássicos realizados por Oracy Nogueira (1955) e Marvin Harris (1964). Por outro lado, as simulações das desigualdades e o uso de múltiplas medidas raciais passaram a ser testadas na década de 1990 (TELLES & LIM, 1998; SILVA, 1999), e têm ganhado novas hipóteses com surveys que coletam múltiplas dimensões da raça, como a Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a Pesquisa Social Brasileira e a Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade, o PERLA e o *Racismo Cordial* do Datafolha (SIMÕES & JERONYMO, 2007; MUNIZ, 2012; BAILEY *et al.*, 2013; COSTA RIBEIRO, 2017; MONK, 2016; TELLES & LIM, 1998). Por fim, contribuiu-se com as hipóteses que veem nas regiões, heterogeneidades em termos de fronteiras e desigualdades raciais (MONK, 2013; RESENDE, 2016; MUNIZ & BASTOS, 2017).

Sugere-se o aprofundamento das compreensões em torno dos significados da raça e suas interações com o status socioeconômico. Estudos comparativos e qualitativos ajudam a elucidar e caracterizar as fronteiras raciais, como a análise das heterogeneidades existente dentro do grupo pardo (MORAES SILVA & LEÃO, 2012). Para isso, o uso das múltiplas dimensões da raça (ROTH, 2010) pode acrescentar novos elementos a antigas hipóteses.

Com relação às diferenças regionais, sistematizar e comparar os processos de *boundary shifting* representaria um ganho para a compreensão das desigualdades raciais no Brasil. Poder-se-ia apontar como o histórico local ou a composição demográfica se transforma em um gatilho classificatório, ou leva a variações na desigualdade. Às diferenças regionais, estudos comparativos seriam ainda mais importantes, conforme defende Monk (2013) que, desde os estudos financiados pela Unesco, existem muitos trabalhos qualitativos, mas pouca comparação vinda destes.

8 – REFERÊNCIAS

- AGIER, M. “Distúrbios identitários em tempos de globalização”. In: *Mana*, 7(2), p. 7-33, 2001.
- ALBA, R.; INSOLERA, N.; LINDEMAN, S. “Comment: is race really so fluid? Revisiting Saperstein and Penner’s empirical claims”. In: *American Journal of Sociology*, n. 122, v. 1, p. 247-62, 2016.
- ALLPORT, G. *The Nature of Prejudice*. Nova Iorque: Basic Books, 1979.
- ALMEIDA, A. *A Cabeça do Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2ª edição, 2007.
- ANDREß, H.; GOLSCH, K.; SCHMIDT, A. *Applied Panel Data Analysis for Economic and Social Surveys*. Berlin/ Heidelberg: Springer, 2013.
- ANDREWS, G. R. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: EDUSC, 1998.
- ANJOS, G. “A questão ‘cor’ ou ‘raça’ nos censos nacionais”. In: *Indicadores Econômicos FEE*, v.41, n. 1, pp. 103-118, 2013.
- ATHIAS, L. “Reflexões sobre Pesquisas Longitudinais: Uma Contribuição à Implementação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares”. In: *Textos para Discussão IBGE – Número 38*, 2011.
- BAILEY, S.; LOVEMAN, M.; MUNIZ, J. “Measures of ‘Race’ and the Analysis of Racial Inequality in Brazil”. *Social Sciences Research*, 42, pp. 106-119, 2013.
- BAILEY, S.; TELLES, E. “Multiracial versus Collective Black Categories: Examining Census Classification Debates in Brazil”. In: *Ethnicities*, v. 6, n. 1, p. 74-101, 2006.
- BANTON, M. *A ideia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BANTON, M. *Racial Theories*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2ª edição, 1998.
- BARTH, F. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.
- BATISTA, L.; ESCUDER, M.; PEREIRA, J. “A Cor da Morte: Causas de Óbito Segundo Características de Raça no Estado de São Paulo, 1999 a 2001”. In: *Revista de Saúde Pública*, vol. 38, n. 5, pp. 630-636, 2004.
- BLUMER, H. “Race Prejudice as a Sense of Group Position”. In: *The Pacific Sociological Review*, 1(1), pp. 04-07, 1958.
- BONILLA-SILVA, E. “The Essential Social Fact of Race”. *American Sociological Review*, n. 64, v. 6, p. 899-906, 1999.
- BONILLA-SILVA, E. “From bi-racial to tri-racial: Towards a new system of racial stratification in the USA”. In: *Ethnic and Racial Studies*, vol. 27, n. 6, 2004.
- BORGES PEREIRA, J. B. *Cor, Profissão e Mobilidade: O Negro e o Rádio em São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1967.
- BRATTER, J. “Will ‘Multiracial’ Survive to the Next Generation?: The Racial Classification of Children of Multiracial Parents”. In: *Social Forces*, v. 86, p. 821-849, 2007.

- BRATTER, J.; O'CONNELL, H. "Multiracial Identities, Single Race History: Contemporary Consequences of Historical Race and Marriage Laws for Racial Classification". In: *Social Science Research*, v. 86, p. 102-116, 2017.
- BRUBAKER, R.; COOPER, F. "Beyond 'identity'". In: *Theory and Society*, vol. 29, n. 1, pp. 1-47, 2000.
- BRUNSMAN, D. "Public Categories, Private Identities: Exploring Regional Differences in the Biracial Experience". In: *Social Science Research*, 35, pp. 555-576, 2006.
- CAMARGOS, A. "Mensuração Racial e Campo Estatístico nos Censos Brasileiros (1872-1940): Uma Abordagem Convergente". In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, vol. 4, n. 3, pp. 361-385, 2009.
- CAMPANTE, F.; CRESPO, A.; LEITE, P. "Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho brasileiro: aspectos regionais". In: *Revista Brasileira de Economia*, 58(2), p. 185-210, 2008 < <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402004000200003> >.
- CAMPBELL, M.; BRATTER, J.; ROTH, W. "Measuring the Diverging Components of Race: An Introduction". In: *American Behavioral Scientist*, vol. 60(4), pp. 381-289, 2016.
- CAMPBELL, M.; TROYER, L. "The Implications of Racial Misclassification by Observers". In: *American Sociological Review*, 72(5), 2007, pp. 750-765.
- CAMPBELL, M.; TROYER, L. "Further Data on Misclassification: A Reply to Cheng and Powell". In: *American Sociological Review*, 76(2), pp. 356-364, 2011.
- CAMPOS, L. Racismo em Três Dimensões: Uma abordagem realista-crítica. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, n. 95, 2017. DOI: 10.17666/329507/2017
- CAMPOS, L.; FERES JUNIOR, J. "Ação Afirmativa, Comunitarismo e Multiculturalismo: Relações Necessárias ou Contingentes?". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 29, n. 84, pp. 103-118, 2014.
- CARDOSO, F. H.; IANNI, O. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- CARNEIRO, A. *Análise de Dados Longitudinais através de Modelos Marginais*. Monografia em Estatística UFJF, 2012.
- CARVALHO, J.; WOOD, C.; ANDRADE, F. "Estimating the stability of Census-Based Racial/Ethnic classifications: The Case of Brazil". In: *Population Studies*, London, v. 58, n. 3, p. 331-343, Nov., 2004.
- CHENG, S.; POWELL, B. "Misclassification by Whom? A Comment on Campbell and Troyer (2007)" In: *American Sociological Review*, 76(2), pp. 347-355, 2011.
- CONDIT, C.; PARROTT, R.; HARRIS, T.; LYNCH, J.; DUBRIWNY, T. "The Role of 'Genetics' in Popular Understandings of Race in the United States." *Public Understanding of Science*, 13 (3), pp. 249-272, 2004.
- CORNWELL, C.; RIVERA, J.; SCHMUTTE, I. "Wage Discrimination When Identity Is Subjective". In: *Journal of Human Resources*, vol. 52, n. 3, pp.719-755, 2017.
- COSTA PINTO, L. A. O Negro no Rio de Janeiro: Relações de raças numa sociedade em mudança. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998, 2ª edição, 308p
- COSTA RIBEIRO, C. "Classe, raça e mobilidade social no Brasil". In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, pp. 833-873, 2006.

COSTA RIBEIRO, C.; SILVA, N. “Cor, Educação e Casamento: Tendências Da Seletividade Marital No Brasil, 1960 a 2000.” *Dados*, 52 (1), p. 7–51, 2009 < <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582009000100001> >.

COSTA RIBEIRO, C. “Continuo Racial, Mobilidade Social e ‘Embranquecimento’”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, n. 95, 2017.

CRAIG, M.; RUCKER, J.; RICHESON, J. “The Pitfalls and Promisse of Increasing Racial Diversity: Threat, Contact, and Race Relations in the 21th Century”. *Current Directions in Psychological Science*, vol. 27, n. 3, 2018.

DAMATTA, R. “Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira”. In: DAMATTA, R. *Relativizando: Uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1987.

DAVIS, F. *Who is Black? One Nation’s Definition*. Pennsylvania State University Press, 10th edition, 2001.

DEGLER, C. “As raízes da diferença”. In: DEGLER, C. *Nem preto, nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

DOYLE, J.; KAO, G. “Are Racial Identities of Multiracial Stable? Changing Self-Identification Among and Multiple Race Individuals”. In: *Social Psychology Quarterly*, vol. 70, n.4, pp. 405-423, 2007 <https://www.jstor.org/stable/20141804>.

DURKHEIM, E.; MAUSS, M. “Algumas Formas Primitivas de Classificação: Contribuição para o Estudo das Representações Coletivas (1903)”. In: DURKHEIM, E.; MAUSS, M. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999, 2ª Edição.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FAZZI, R. *O Drama Racial das Crianças Brasileiras: Socialização entre Pares e Preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FERES JUNIOR, J.; CAMPOS, L. “Ação Afirmativa no Brasil: Multiculturalismo ou Justiça Social?”. In: *Lua Nova*, n. 99, p. 257-293, 2016.

FERNANDES, D. C. “Raça, Origem Socioeconômica e Desigualdade Educacional no Brasil: uma análise longitudinal”. In: Trabalho apresentado no XXV Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, 16-20 de outubro, 2001.

FERNANDES, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Globo, 2008.

FISKE, S. “Social Cognition and the Normality of Prejudgment”. IN: DOVIDIO, J; GLICK, P; RUDMAN, L. “Introduction: Reflecting on The Nature of Prejudice: Fifty Years after Allport”. In: DOVIDIO, J; GLICK, P; RUDMAN, L. (Orgs.) *On the Nature of Prejudice: Fifty Years after Allport*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Ed: Martins Fontes, 9ª edição, 2007.

FRANÇA, D. “Descrevendo segregação residencial no contexto brasileiro: uma proposta de pesquisa e interpretação a partir de dados da Região Metropolitana de São Paulo”. In: Anais do 40º Encontro da ANPOCS, Caxambu 2016.

FRANCIS, A.; TANNURI-PIANTO, M. “Using Bazil’s Racial Continuum to Examine the Short-Term Effects of Affirmative Action in Higher Education”. In: *The Journal of Human Resources*, v. 47, p. 754-784, 2012.

- FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro: J. Olympio [25a ed.], 1987.
- FRY, P. “O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a ‘política racial’ no Brasil”. In: Revista USP, 28: 122-135, dez./ fev. 1995/ 1996.
- GANZEBOOM, H.; DE GRAAF, P.; TREIMAN, D. “A Standard International Socio-Economic Index of Occupational Status”. *Social Science Research*, 21, pp. 1–56, 1992.
- GOFFMAN, E. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 2009, 4ª edição.
- GOFFMAN, E. *Comportamento em Lugares Públicos: Notas sobre a Organização Social dos Ajustamentos*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.
- GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999.
- GUIMARÃES, A. “Depois da Democracia Racial”. In: *Tempo Social*, v. 18, n. 2, 2006.
- GUIMARÃES, A. S. A. *Preconceito Racial: Modos, Temas e Tempos*. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.
- GUIMARÃES, A. S. A. “The Brazilian system of racial classification”. In: *Ethnic and racial studies*, vol. 35, no. 7, pp. 1157-1162, 2012.
- GUIMARÃES, A. S. A. “Sociologia e natureza: classes, raças e sexos”. In: ABREU, A; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. (Org.). *Gênero e Trabalho no Brasil e na França*. Perspectivas interseccionais. São Paulo: Ed. Boitempo, p. 27-36, 2016.
- GUIMARÃES, N. A. O destino dos demitidos: a contribuição das análises longitudinais ao estudo das mudanças no trabalho no Brasil. In: GUIMARÃES, N. A. (Ed.). *Caminhos Cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo, USP: Editora 34, 2004. cap. 6, p.237-278.
- GULLICKSON, A.; TORCHE, F. “Patterns of Racial and Educational Assortative Mating in Brazil”. *Demography*, 51(3), p. 835-856, 2014 < 10.1007/s13524-014-0300-2 >.
- HANCHARD, M. “Democracia Racial: Hegemonia à Moda Brasileira”. In: HANCHARD, M. *Orfeu e o Poder: Movimento Negro no Rio e em São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- HARRIS, M. “Race Relations in Minas Velhas, a Community in the Mountain Region of Central Brazil”. In: WAGLEY, C. *Race and class in rural Brazil*. Paris: Unesco, 1952.
- HARRIS, M. “Racial identity in Brazil”. In: *Luso-Brazilian Review*, Vol. 1, N. 2, 1964, pp. 21-28.
- HARRIS, M.; KOTAK, C. “The Structural Significance of Brazilian Racial Categories”. In: *Sociologia*, 25(3): 203-9, 1963.
- HARRIS, M; CONSORTE, J; LANG, J; BYRNE, B. “Who are the whites? Imposed census categories and the racial demography of Brazil”. *Social Forces*, 72(2): 451-462, Dec 1993.
- HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- HENRIQUES, R. “Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90”. In: *Texto para discussão – Ipea*. Rio de Janeiro, Ipea, 2001.

- HIRSCHFELD, L. *Race in the Making: Cognition, Culture, and the Child's Construction of Human Kinds*. Cambridge/ London: MIT Press, 1996.
- HOLANDA, S. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras [26a ed], 1996.
- HOLLOWAY, S.; WRIGHT, R.; ELLIS, M.; EAST, M. "Place, Scale and the Racial Claims Made for Multiracial Children in the 1990 US Census". In: *Ethnic and Racial Studies*, v. 32, n. 3, p. 522-547, 2009.
- HORDGE-FREEMAN, E. *The Color of Love: racial features, stigma and socialization in Black Brazilian Families*. University of Texas Press, 2015.
- HUTCHINSON, H. "Race relations in a rural Community of the Bahian Recôncavo". In: WAGLEY, C. *Race and class in rural Brazil*. Paris: Unesco, 1952.
- IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida 2015*. Brasília: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>
- IGNATIEV, N. *How Irish Became White*. New York: Routledge, 1995.
- JESUS, M. *Racismo e Decadência: Sociedade, Cultura e Intelectuais em São Luís do Maranhão*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia USP, 2015.
- JENKINS, R. *Social Identity*. New York: Routledge, 3ed edition, 2008.
- KAMEL, A. *Não Somos Racistas: Uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- KHANNA, N. "‘If you’re half black, you’re just black’: Reflected Appraisals and the Persistence of the One-Drop Rule". In: *The Sociological Quarterly*, 51 (2010): 96-121.
- LAMONT, M.; MÓLNAR, V. "The Study of Boundaries in the Social Sciences". In: *Annual Review of Sociology*, vol. 28, pp. 167-195, 2002.
- LIEBLER, C.; PORTER, S.; FERNANDEZ, L.; NOON, J.; ENNIS, S "America's Churning Races: Race and Ethnicity Response Changes between Census 2000 and the 2010 Census". In: *Demography*, 54(1): 259-284, 2017. DOI: 10.1007/s13524-016-0544-0
- LITTLE, R.; RUBIN, D. *Statistical Analysis with Missing Data*. New York: John Wiley & Sons, 1987.
- LOVEMAN, M. "Is 'race' essential?" *American Sociological Review*. Vol. 64, no. 6, (Dec. 1999), pp. 891-898.
- LOVEMAN, M. "The Race to Progress: Census Taking and Nation Making in Brazil (1870-1920)". In: *Hispanic American Historical Review*, vol. 89, n. 3, pp. 435-470, 2009.
- LOVEMAN, M. *National colors*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2014.
- LOVEMAN, M.; MUNIZ, J. "How Puerto Rico Became White: Boundary Dynamics and Intercensus Racial Reclassification". In: *American Sociological Review*, 72, 2007, pp. 915-939.
- MAGGIE, Y. *A Ilusão do Concreto: Análise do Sistema de Classificação Racial no Brasil*. Tese para Concurso de Professor Titular UFRJ, 1991.
- MAGGIE, Y. "Aqueles a Quem Foi Negada a Cor do Dia": As Categorias de Cor e Raça na Cultura Brasileira. In: MAIO, M.; SANTOS, R. *Raça, Ciência e Sociedade*. Ed. Fiocruz/CCBB, 1996.
- MAGGIE, Y. "Pela igualdade". In: *Estudos Feministas*, 16(3): 424, 2008.

- MAGGIE, Y.; FRY, P. “O Debate que não Houve: A Reserva de Vagas para Negros nas Universidades Brasileiras”. In: *Enfoques*, v. 01, n. 01, pp. 93-117, 2002.
- MAIO, M.; SANTOS, R. “Antiracism and the uses of Science in the post-World War II: An analysis of UNESCO’s first statements on race (1950 and 1951)”. In: *Vibrant*, v. 12, n.2, 2015.
- MARX, A. *Making Race and Nation: A Comparison of South Africa, The United States, and Brazil*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1998.
- MBEMBE, A. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Ed. Antígona [2ª ed.], trad. Marta Lança, 2017.
- MEDEIROS, M. *Medidas de Desigualdade e Pobreza*. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 2012.
- MIRANDA, V. *Measuring Racial Self-Identification over the Life Course in Brazil, 1940-2013*. PhD Dissertation (UC Berkeley), 2014.
- MIRANDA, V. “A resurgence of black identity in Brazil? Evidence from analysis of recent censuses”. In: *Demographic Research*, vol. 32, june 2015, pp. 1603-1630.
- MONK, E. “Color, Bodily Capital, and Ethnoracial Division in the U.S. and Brazil”. PhD Dissertation (UC Berkeley), 2013.
- MONK, E. “The consequences of ‘race and color’ in Brazil”. In: *Social Problems*, 2016, 63, pp. 413-430.
- MORAES SILVA, G.; LEÃO, L. S. “O paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos”. IN: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27(80), 2012.
- MORAES SILVA, G.; PAIXÃO, M. “Mixed and Unequal: New Perspectives on Brazilian Ethnoracial Relations”. In: TELLES, E. (Org.) *Pigmentocracies: Ethnicity, Race, and Color in Latin America*. The University of North Carolina Press, 2014.
- MORAES SILVA, G.; REIS, E. “Interpretações e reações à estigmatização étnico-racial: narrativas dos Negros Brasileiros em perspectiva comparada”. In: *Interseções*, vol. 17, n. 2, pp. 327-349, 2015.
- MORNING, A. “Ethnic Classification in Global Perspective: A Cross-National Survey of 2000 Census Round”. In: *Population Research and Policy Review*, vol. 27, n. 2, pp. 239-272, 2008.
- MORNING, A. *The nature of race: how scientists think and teach about human difference*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2011.
- MOUTINHO, L. *Razão, “cor” e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivos-sexuais no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: Unesp, 2004.
- MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.
- MUNIZ, J. “Sobre o Uso da Variável Raça-Cor em Estudos Quantitativos”. In: *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, 2010.
- MUNIZ, J. “Preto no Branco? Mensuração, relevância e concordância classificatória no país da incerteza racial”. *Dados*, vol. 55, nº1, Rio de Janeiro, 2012.

- MUNIZ, J.; BASTOS, J. “Classificatory volatility and (in)consistency of racial inequality”. In: *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, 2017.
- NOGUEIRA, O. “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem”. In: BASTIDE, R. *Relações raciais de negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Ed. Anhembi Ltda., 1955.
- NOGUEIRA, O. *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- OMI, M.; WINANT, H. *Racial Formation in the United States: from the 1960s to the 1990s*. Nova Iorque: Routledge, 1994, 2ª edição.
- ONU. Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Declaração e Programa de Ação). Durban, 2001.
- PAGER, D. “Medir a Discriminação”. In: *Tempo Social*, vol. 18, n. 2, 2006 <DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000200004> >.
- PENNER, A.; SAPERTEIN, A. “How Social Status Shapes Race”. In: *PNAS*, 105 (50), 2008.
- PETRUCELLI, J. “Autoidentificação, identidade étnico-racial e heteroclassificação”. In: PETRUCELLI, J.; SABOIA, A. *Características Étnico-Raciais da População: Classificações e Identidades*. Brasília: IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>
- PINHO, P. S. *Reinvenções da África na Bahia*. São Paulo: Ed. Annablume, 2004.
- PNAD 2015. *Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (Microdados)*, 2015.
- QUIJANO, A. “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”. In: LANDER, E. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- RABE-HESKETH, S.; SKRONDAL, A. *Multilevel and Longitudinal Modeling Using Stata*. Stata Press, 3ª ed., 2012.
- RESENDE, S. *Um Brasil, Duas Regiões: Comparando Identidade Racial no Nordeste e no Sudeste*. Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2016.
- RICUPERO, B. *Sete Lições sobre as Interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda [2ª ed.], 2008.
- RODRIGUES, C.; PRADO, M. “Movimento de Mulheres Negras: Trajetória Política, Práticas Mobilizatórias e Articulações com o Estado Brasileiro”. In: *Psicologia & Sociedade*, 22(3), pp. 445-456, 2010.
- ROTH, W. “Racial mismatch: the divergence between form and function in data for monitoring racial discrimination of Hispanics”. In: *Social Sciences Quarterly*, Vol. 91, n. 5, dec. 2010.
- SANSONE, L. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Salvador/ Rio de Janeiro: EDUFBA; Pallas, 2003.
- SAPERSTEIN, A. “Capturing complexity in the United States: which aspects of race matter and when?” In: *Ethnic and racial studies*, vol. 35(8), pp. 1484-1502, 2012.
- SAPERSTEIN, A.; PENNER, A. “Racial fluidity and Inequality in the United States”. In: *American Journal of Sociology*, 118(3), pp. 676-727, nov. 2012.

- SAPERSTEIN, A; GULLICKSON, A. “A ‘mulatto escape hatch’ in the United States? Examining evidence of racial and social mobility during the Jim Crow Era”. In: *Demography*, n. 50, pp. 1921-1942, 2013.
- SAPERSTEIN, A; KIZER, J; PENNER, A. “Making the most of multiple measures: disentangling the effects of different dimensions of race in survey research”. In: *American Behavioral Scientist*, 60(4), 2016, pp. 519-537.
- SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 11ª edição, 2012.
- SCHWARTZMAN, L. “Does money whitens? Intergenerational Changes in Racial Classification in Brazil”. In: *American Sociological Review*, vol. 72, pp. 940-963, 2007.
- SEYFERTH, G. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. In: MAIO, M.; SANTOS, R. Raça, Ciência e Sociedade. Ed. Fiocruz/CCBB, 1996.
- SHERIFF, R. *Dreaming equality: color, race and racism in urban Brazil*. Rutgers University Press, 2001.
- SILVA, N. V. “Nota sobre ‘raça social’ no Brasil”. IN: HASENBALG, C.; SILVA, N. V.; LIMA, M. Cor e estratificação social. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.
- SILVA, N. V. “Morenidade: modos de usar”. IN: HASENBALG, C.; SILVA, N. V.; LIMA, M. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999a.
- SILVA, N. White-non-white income differentials: Brazil. Ann Arbor, Tese de doutorado em Sociologia, Universidade de Michigan, 1979.
- SILVEIRA, L.; MUNIZ, J. “Variações Intra e Intermetropolitanas da Desigualdade de Renda Racial”. In: *Cadernos Metrópole*, v. 16, n. 31, 2014.
- SILVEIRA, L.; LEÃO, N. “Segregação Ocupacional e Desigualdade de Raça e Gênero no Brasil, 2000-2010. In: *18º Congresso Brasileiro de Sociologia*, Brasília, 2017.
- SIMÕES, S.; JERONYMO, M. “Quem é negro no Brasil? Identidade racial e sistemas de classificação em uma sociedade miscigenada”. In: AGUIR, N. (Org.) *Desigualdades Raciais, Redes de Sociabilidade e Participação Política*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SINGLER, J.; WILLET, J. *Applied Longitudinal Data Analysis*. New York: Oxford University Press, 2003.
- SKIDMORE, T. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOARES, S. “O perfil da discriminação no mercado de trabalho – Homens negros, mulheres brancas e mulheres negras”. In: Texto para discussão n. 769. Brasília, IPEA, 2000.
- SOMMER, D. *Foundational Fictions: The National Romances of Latin America*. Berkeley: University of California Press; 1991.
- TELLES, E. “Racial Distance and Region in Brazil: Intermarriage and Brazilian Urban Areas”. In: *Latin American Research Review*, vol. 28, n. 2, pp. 141-162, 1993.
- TELLES, E. *Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Delume Dumará; Fundação Ford, 2003.
- TELLES, E. *Pigmentocracies: Ethnicity, Race, and Color in Latin America*. The University of North Carolina Press, 2014.

- TELLES, E.; LIM, N. "Does it matter who answers the race question? Racial classification and income inequality in Brazil". In: *Demography*, 35(4), 1998, pp. 465-474.
- TELLES, E.; PASCHEL, T. "Who is Black, White and Mixed Race? How Skin color, Status and Nation Shape Racial Classification in Latin America". In: *American Journal of Sociology*, 120(3), 2014, pp. 864-907.
- TILLY, C. *Durable Inequalities*. University of California Press, 1999.
- TOMÁS, M. C. *Interracial Marriage in Brazil: A discussion about Local Marriage Market, Parents' Characteristics, and Household Chores*. PhD Dissertation, University of California, Berkeley, 2012.
- TWINE, F. *Racism in a Racial Democracy*. Rutgers University Press, 3rd edition, 2001.
- VARGAS, N. "Off White: Colour-Blind Ideology at the Margins of Whiteness". In: *Ethnic and Racial Studies*, 37: 13, 2281-2302, 2014. DOI: 10.1080/01419870.2013.821147
- VELHO, G. "O Grupo e Seus Limites". In: VELHO, G. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 3a edição, 2003.
- WACQUANT, L. "For an analytic of racial domination". In: *Political power and social theory*, vol. 11, pp. 235-246, 1997.
- WADE, P. 'Race', nature and culture. *Man*, New Series, Vol. 28, N. 1, 1993, pp. 17-34.
- WAGLEY, C. "Race relations in an Amazon Community". In: WAGLEY, C. *Race and class in rural Brazil*. Paris: Unesco, 1952.
- WEBER, M. "On 'Race,' the Complexity of the Concept of Ethnicity, and Heredity". In: KALBERG, S. *Max Weber: Readings and Commentary on Modernity*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.
- WIEVIORKA, M. *The Arena of Racism*. Londres: SAGE, 1995.
- ZOLBERG, A.; WOON, L. "Why Islam Is Like Spanish: Cultural Incorporation in Europe and the United States". In: *Politics & Society*, vol. 27, n. 1, 1999, pp. 5-38.

ANEXO A – DADOS FALTANTES

Dados faltantes dizem respeito à não-resposta a determinadas questões, o que ocorre em grande parte dos *surveys*. Isso pode se expressar de diferentes maneiras, como, por exemplo, a opção por “não sabe” ou “não respondeu” em determinadas variáveis. Cabe, à análise de dados faltantes, compreender se esse tipo de opção é sistemático e representa uma parcela da população estudada, ou se são ocorrências aleatórias.

Outro tipo de ocorrência são os casos faltantes. À medida que casos selecionados para a amostra não são encontrados, ou optam por não responder, deve-se compreender se há sistematicidade nessas ocorrências. Como citam Little e Rubin (1987), uma pesquisa sobre condições trabalhistas que sistematicamente perde informações de pessoas que se encontram no trabalho ou de pessoas que têm preferências definidas, mas se recusam a responder certas pesquisas por princípios, acaba por afetar os resultados finais. Isso pode comprometer a generalização e a estimação dos coeficientes.

Em análise de dados longitudinais, há uma análise a ser feita de maneira adicional. Como se trata de um dado coletado em painel – isto é, em diferentes pontos do tempo –, muitos casos não são encontrados em determinados anos. No caso específico da RAIS, os indivíduos podem estar fora do banco por motivos de falecimento ou ausência do mercado formal de trabalho (informalidade ou desemprego). Nesse sentido, serão feitas duas análises relacionadas a casos faltantes: (a) os *dropouts*, que são estes casos não encontrados em determinados anos, e (b) respostas faltantes para a variável dependente classificação racial. Com isso, registra-se possíveis vieses existentes nas análises realizadas nos Capítulos 4, 5 e 6.

Dropouts

Os *dropouts* são compreendidos aqui, como casos que estão no banco em algum momento, mas se ausentam em outro. Para compreender esse retrato das presenças e ausências, serão analisados o número de vezes que os indivíduos se encontraram no banco entre 2008 e 2015. Desse modo, as análises contribuem para compreender se a intermitência na participação da pesquisa é associada a determinadas variáveis ou são aleatórias.

A Tabela 1 demonstra a distribuição de presenças no banco para os 8.772.151 indivíduos da amostra. Observa-se que as maiores concentrações estão nos extremos, com três

ou oito aparições. O número mínimo é de três, buscando analisar indivíduos que estiveram em situações mais variadas em termos de situação ocupacional e classificação racial.

Tabela A1 – Distribuição das Aparições dos Indivíduos da Amostra – Brasil, 2008 a 2015.

| Aparições | Frequência | Percentual |
|------------------|-------------------|-------------------|
| Três | 1.528.615 | 17,4 |
| Quatro | 1.258.375 | 14,4 |
| Cinco | 1.254.365 | 14,3 |
| Seis | 1.118.936 | 12,8 |
| Sete | 1.175.168 | 13,4 |
| Oito | 2.436.692 | 27,8 |
| Total | 8.772.151 | 100,0 |

Fonte: RAIS/MTE, 2008 a 2015.

Para testar a associação entre aparições e características socioeconômicas, foi estimado um modelo de mínimos quadrados ordinários, tendo o número de aparições como variável dependente. Os coeficientes na Tabela 2 apontam os padrões referentes ao número de aparições no intervalo. A distribuição das presenças no banco de dados é analisada segundo gênero, região, escolaridade, índice socioeconômico (ISEI) médio para o indivíduo i e a raça latente⁵⁴, conforme utilizado no Capítulo 6. Com isso, tem-se se há padrões socioeconômicos no que diz respeito a aparição desses grupos na amostra observada.

⁵⁴ O uso da raça latente é feito como uma forma de medir todas as formas pela qual o indivíduo foi classificado ao longo do tempo.

Tabela A2 – Coeficientes do Modelo de Mínimos Quadrados Ordinários para a Variável Número de Aparições entre 2008 e 2015 – Brasil, 2008 a 2015.

| Variáveis | Coefficiente |
|------------------------|--------------|
| Constante | 3,947 *** |
| Masculino | 0,414 *** |
| Região Norte | Ref. |
| Região Nordeste | 0,157 *** |
| Região Sudeste | 0,415 *** |
| Região Sul | 0,330 *** |
| Região Centro-Oeste | 0,092 *** |
| Ens. Fundamental | Ref. |
| Ens. Médio Incompleto | 0,070 *** |
| Ens. Médio Completo | 0,096 *** |
| Ens. Superior Completo | -0,053 *** |
| Branca | Ref. |
| Preta | -0,134 *** |
| Parda | -0,295 *** |
| Branca-Preta | 0,043 *** |
| Branca-Parda | 0,185 *** |
| Preta-Parda | 0,095 *** |
| Branca-Preta-Parda | 0,678 *** |
| ISEI Médio | 0,014 *** |
| N | 8.772.151 |
| R2 ajustado | 0,033 |

Fonte: RAIS/MTE, 2008 a 2015.

Obs.: P-valor, *(0,1), **(0,05), ***(0,01).

Os dados apontam para associações relevantes em torno das presenças ao longo dos anos. Os homens são mais constantes que as mulheres no intervalo analisado, bem como os indivíduos do Sul e do Sudeste brasileiro. Por escolaridade, apesar da significância estatística dos coeficientes, a diferença é pequena entre os níveis escolares. Por raça, pretos e pardos são menos constantes que brancos, mas, a combinação entre as classificações indica maior participação.

Raça Não-declarada

Dentre as categorias raciais na RAIS, há a possibilidade de escolher “Não declarada”. Além disso, as categorias amarela e indígena não foram inseridas na análise, uma vez que a discussão sobre a reclassificação racial no Brasil é baseada fundamentalmente entre pretos, pardos e brancos. Nesse sentido, serão estimados modelos probabilísticos para os anos de 2008, 2011 e 2015, com o objetivo de observar se há sistematicidade nos dados faltantes para a não declaração, e depois, se há sistematicidade das não declarações, e amarelos e indígenas excluídos da análise.

Contudo, o primeiro ponto a se destacar é a não-declaração racial para os trabalhadores em regime estatutário. Na amostra utilizada, esse grupo era 7,7% em 2008, 9,1% em 2011, e 9,6% em 2015. Nesse sentido, a ausência de dados do funcionalismo público não se configura de um viés, mas uma informação completamente faltante. Logo, as análises realizadas nesse trabalho desconsideram totalmente a relação de reclassificação e desigualdade para esse grupo.

As análises de *missing data* serão realizadas para trabalhadores com outros vínculos que não estatutários, como celetistas, contratados, diretores e vínculos frágeis (avulso, temporário e aprendizes). Serão estimados dois modelos por ano: (i) o primeiro estima as probabilidades de estar fora do banco por não declaração racial, e o (ii) segundo, para não declaração, indígenas ou amarelos.

Tabela A3 – Número e Percentual de dados faltantes na amostra (16%) dos anos analisados – Brasil, 2008, 2011 e 2015.

| Ano | Não-declaração | Não-declaração, indígenas e amarelos |
|------|-------------------|--------------------------------------|
| 2008 | 1.365.163 (18,4%) | 1.429.579 (19,3%) |
| 2011 | 1.774.251 (26,1%) | 1.844.692 (27,2%) |
| 2015 | 2.109.129 (22,0%) | 2.192.259 (22,9%) |

Fonte: RAIS/MTE, 2008, 2011 e 2015.

Para mensurar os possíveis vieses, são inseridas variáveis independentes que demonstrem heterogeneidades socioeconômicas e regionais. Para isso, utilizou-se o gênero, o nível de escolaridade, e a região geográfica. A Tabela 4 apresenta os coeficientes para os três anos selecionados.

Tabela A4 – Coeficientes (*Log Odds*) dos Modelos Logísticos para Raça Não Declarada (1) e Raça Não Delcarada, Indígenas e Amarelos (2) – Brasil, 2008, 2011 e 2015.

| Variáveis | 2008 | | 2011 | | 2015 | |
|------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | Modelo 1 | Modelo 2 | Modelo 1 | Modelo 2 | Modelo 1 | Modelo 2 |
| Constante | -0,896*** | -0,814*** | -0,873*** | -0,794*** | -1,155*** | -1,060*** |
| Masculino | -0,709*** | -0,674*** | -0,645*** | -0,618*** | -0,311*** | -0,299*** |
| Região Norte | 0,529*** | 0,502*** | 0,444*** | 0,424*** | 0,283*** | 0,257*** |
| Região Nordeste | 0,314*** | 0,280*** | 0,202*** | 0,173*** | 0,056*** | 0,030*** |
| Região Sudeste | -0,756*** | -0,765*** | -0,750*** | -0,762*** | -0,797*** | -0,805*** |
| Região Sul | -0,536*** | -0,585*** | -0,442*** | 0,485*** | -0,312*** | -0,338*** |
| Região Centro-Oeste | Ref. | Ref. | Ref. | Ref. | Ref. | Ref. |
| Ens. Fundamental | Ref. | Ref. | Ref. | Ref. | Ref. | Ref. |
| Ens. Médio Incompleto | -0,304*** | -0,299*** | -0,208*** | -0,213*** | -0,032*** | -0,047*** |
| Ens. Médio Completo | -0,019*** | -0,035*** | 0,044*** | 0,021*** | 0,319*** | 0,284*** |
| Ens. Superior Completo | 1,377*** | 1,344*** | 1,308*** | 1,277*** | 1,408*** | 1,365*** |
| N | 7.425.860 | 7.425.860 | 6.799.057 | 6.799.057 | 9.575.488 | 9.575.488 |

Fonte: RAIS/MTE, 2008, 2011 e 2015.

Os resultados indicam que as mulheres têm maior probabilidade de estarem em ambas as situações, de não declaração e de estarem isoladas da análise por serem classificadas como amarelas ou indígenas. Em comparação ao Centro-Oeste, os estados do Norte e do Nordeste têm maiores probabilidades de dados faltantes para a variável racial. Por escolaridade, os coeficientes apontam mais *missing data* para aqueles com ensino superior completo. Todos os resultados são consistentes entre os anos de 2008, 2011 e 2015.

Considerações sobre Casos Faltantes

Nessa seção anexa, foram analisados os padrões entre os casos faltantes, seja pela “presença” no mercado de trabalho formal, seja pela não-declaração da variável raça. No que diz respeito à presença, variáveis de sexo, escolaridade, índice socioeconômico e região são relevantes, e seu viés pode ser reduzido para análises futuras, ou serem feitas análises separadas.

No caso da não-declaração de raça, região e escolaridade são importantes ao longo do tempo. Porém, é necessário destacar a falta de declaração racial para indivíduos no funcionalismo público. Isso porque este grupo têm uma proporção mais elevada de *missing* para raça que os demais.

Contudo, não houve imputação de dados na amostra utilizada para as análises. Isso porque, dado o objetivo de analisar as variações classificatórias na RAIS entre 2008 e 2015, imputar informações probabilísticas para quando a raça não era declarada, não traria informações relevantes para a pesquisa em termos de compreensão de como o observador externo “enxerga” racialmente o empregado classificado, dado seus atributos produtivos, pessoais e contextuais. Dessa forma, ressaltados os vieses existentes, a amostra possui dados para a mensuração de processos classificatórios e permite comparar os indivíduos com eles mesmos em diferentes pontos do tempo, em termos de ocupação e região geográfica.

ANEXO B – COEFICIENTES CAPÍTULOS 4 E 5

Anexo B1 (Capítulos 4 e 5) – Coeficientes (*Log Odds*) de Reclassificação para as Categorias Branca, Parda e Preta – Brasil, 2008 a 2015.

| Variáveis | Dependente: Branca | Dependente: Parda | Dependente: Preta |
|-----------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Ano: 2008 | Ref. | Ref. | Ref. |
| Ano: 2009 | -0,0255*** (0,00234) | 0,0255*** (0,00231) | 0,00042 (0,00441) |
| Ano: 2010 | -0,0713*** (0,00237) | 0,0777*** (0,00233) | -0,0294*** (0,00447) |
| Ano: 2011 | 0,00847*** (0,00249) | 0,00763*** (0,00245) | -0,0505*** (0,00471) |
| Ano: 2012 | -0,0677*** (0,00246) | 0,0918*** (0,00241) | -0,0892*** (0,00465) |
| Ano: 2013 | -0,138*** (0,00261) | 0,158*** (0,00256) | -0,0863*** (0,00493) |
| Ano: 2014 | -0,261*** (0,00267) | 0,270*** (0,00262) | -0,0647*** (0,00504) |
| Ano: 2015 | -0,387*** (0,00272) | 0,375*** (0,00266) | -0,0439*** (0,00511) |
| Gênero: Masculino | 0,243*** (0,00675) | -0,222*** (0,00667) | -0,0727*** (0,0138) |
| Faixa Etária: Até 25 | Ref. | Ref. | Ref. |
| Faixa Etária: 26 a 45 | 0,0375*** (0,00256) | -0,0312*** (0,00251) | -0,0217*** (0,00490) |
| Faixa Etária: 46 + | -0,00363 (0,00510) | 0,00996** (0,00500) | -0,0212** (0,00958) |
| ISEI 1º quintil | Ref. | Ref. | Ref. |
| ISEI 2º quintil | -0,0236*** (0,00312) | 0,0159*** (0,00301) | 0,0234*** (0,00531) |
| ISEI 3º quintil | 0,0379*** (0,00313) | -0,0395*** (0,00304) | 0,0176*** (0,00562) |
| ISEI 4º quintil | 0,0859*** (0,00496) | -0,0877*** (0,00485) | 0,0272*** (0,00910) |
| ISEI 5º quintil | 0,0239*** (0,00392) | -0,0209*** (0,00382) | 0,00235 (0,00731) |
| Renda: 1º decil | Ref. | Ref. | Ref. |
| Renda: 2º decil | -0,00196 (0,00375) | 0,00841** (0,00359) | -0,0222*** (0,00673) |
| Renda: 3º decil | -0,00392 (0,00465) | 0,0160*** (0,00448) | -0,0522*** (0,00871) |
| Renda: 4º decil | -0,0156*** (0,00532) | 0,0347*** (0,00516) | -0,0825*** (0,0101) |
| Renda: 5º decil | 0,00130 (0,00590) | 0,0132** (0,00574) | -0,100*** (0,0115) |
| Renda: 6º decil | 0,0285*** (0,00646) | -0,00703 (0,00629) | -0,0986*** (0,0127) |
| Renda: 7º decil | 0,0349*** (0,00700) | -0,0159** (0,00681) | -0,0802*** (0,0139) |
| Renda: 8º decil | 0,0266*** (0,00787) | -0,00410 (0,00767) | -0,112*** (0,0157) |
| Renda: 9º decil | 0,0419*** | -0,0418* | -0,156*** |

| | | | |
|-------------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | (0,00920) | (0,00898) | (0,0186) |
| Renda: 10º decil | 0,119*** (0,0126) | -0,0775*** (0,0124) | -0,260*** (0,0268) |
| Tamanho: Até 19 | Ref. | Ref. | Ref. |
| Tamanho: 20 a 99 | -0,209*** (0,00177) | 0,191*** (0,00174) | 0,0547*** (0,00338) |
| Tamanho: 100 a 999 | -0,599*** (0,00192) | 0,542*** (0,00187) | 0,117*** (0,00358) |
| Tamanho: 1000 + | -0,996*** (0,00291) | 0,927*** (0,00279) | 0,0183*** (0,00533) |
| Mudou de Emprego | -0,0950*** (0,00168) | 0,0968*** (0,00163) | -0,0309*** (0,00317) |
| Imobilidade Ocupação | Ref. | Ref. | Ref. |
| Mob. Ascendente | 0,00053 (0,00233) | 0,00267 (0,00227) | -0,0116*** (0,00444) |
| Mobilidade Descendente | -0,00398* (0,00233) | 0,0111*** (0,00227) | -0,0175*** (0,00443) |
| Ensino Fundamental | Ref. | Ref. | Ref. |
| Ensino Médio Incompleto | 0,286*** (0,00379) | -0,156*** (0,00359) | -0,271*** (0,00600) |
| Ensino Médio Completo | 0,307*** (0,00436) | -0,126*** (0,00416) | -0,462*** (0,00740) |
| Ensino Superior Completo | 0,292*** (0,00999) | -0,164*** (0,00982) | -0,093*** (0,0216) |
| Mobilidade Escolar | -0,0663*** (0,00659) | 0,0563*** (0,00653) | 0,0152 (0,0155) |
| Mobilidade*Ensino Médio Incompleto | 0,0297*** (0,00863) | -0,0294*** (0,00839) | 0,00292 (0,0179) |
| Mobilidade*Ensino Médio Completo | 0,112*** (0,00684) | -0,0809*** (0,00678) | -0,0862*** (0,0159) |
| Mobilidade*Ensino Superior Completo | (omitido) | (omitido) | (omitido) |
| Região: Centro-Oeste | Ref. | Ref. | Ref. |
| Região: Norte | -0,803*** (0,0109) | 0,763*** (0,0103) | -0,300*** (0,0230) |
| Região: Nordeste | -0,753*** (0,00843) | 0,712*** (0,00797) | -0,348*** (0,0164) |
| Região: Sudeste | 0,906*** (0,00709) | -0,864*** (0,00683) | 0,0953*** (0,0145) |
| Região: Sul | 1,666*** (0,00960) | -1,731*** (0,00960) | 0,372*** (0,0192) |
| Mobilidade Regional | 0,0108 (0,00839) | 0,00441 (0,00800) | -0,116*** (0,0175) |
| Mobilidade*Norte | 0,0390** (0,0163) | -0,0423*** (0,0152) | -0,024 (0,0338) |
| Mobilidade*Nordeste | 0,0792*** (0,0118) | -0,0907*** (0,0110) | 0,122*** (0,0227) |
| Mobilidade*Sudeste | -0,0492*** (0,0103) | 0,0398*** (0,00983) | 0,0871*** (0,0208) |
| Mobilidade*Sul | -0,131*** (0,0129) | 0,148*** (0,0129) | 0,107*** (0,0252) |
| Imobilidade de Renda | Ref. | Ref. | Ref. |
| Mobilidade Ascendente | 0,00545*** (0,00223) | -0,0038* (0,00218) | 0,00525 (0,00424) |
| Mobilidade Descendente | 0,0158*** | -0,0147*** | -0,0131*** |

| | (0,00195) | (0,00190) | (0,00370) |
|-----------------------|------------|------------|------------|
| Observações | 15.975.988 | 16.582.829 | 4.409.398 |
| Número de Indivíduos | 2.727.130 | 2.836.184 | 745.863 |
| Count R2 ¹ | 0,585 | 0,566 | 0,438 |
| BIC ² | -2.813e+07 | -2.932e+07 | -6.653e+06 |

¹ A estatística de ajuste Count R2 é o percentual de casos “classificados corretamente”; ou seja, que a probabilidade >0,50 era compatível com casos iguais a 1.

² A estatística de ajuste BIC permite comparações aninhadas e não-aninhadas e é dado pelo cálculo desvio médio+ln(N)*P, sendo N número de observações e P o número de parâmetros.

Obs.: Desvios-Padrão em Parêntesis; p-valor (* 90% de confiança, **95% de confiança, ***99% de confiança),

Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

ANEXO C – ESTRUTURA DE ERRO (CAPÍTULO 6)

Essa seção anexa à tese tem como objetivo deixar explícita a definição da estrutura de correlação dos erros para os modelos marginais aplicados às medidas de desigualdade no Capítulo 6. Trata-se de uma escolha em três etapas, seguindo Carneiro (2012) 55: (i) estima-se modelos transversais, (ii) prediz-se os erros, (iii) analisa-se a correlação dos erros entre os indivíduos. Nessa terceira etapa, define-se a estrutura, a qual depende da correlação observada.

Segundo Carneiro (2012), cinco estruturas de correlação são possíveis: independente, permutável, m-dependente, autoregressiva, e desestruturada. Na independente, a correlação de um ano com outro, especialmente o subsequente, é nula. A permutável assume que há correlação entre todos os anos, independentemente da distância entre eles. A estrutura m-dependente, pode variar a depender de quantas vezes o $t+m$ é igual ao tempo t (chama m-dependente, pois pode variar de 1 a m). O quarto tipo, autoregressivo, se dá quando o valor do período subsequente é correlacionado com o valor anterior de maneira sucessiva para os demais períodos de tempo (t). Por fim, a estrutura desestruturada é quando não há correlação entre erros de cada ano (CARNEIRO, 2012).

Dessa maneira, foram estimadas regressões de mínimos quadrados ordinários para a variável dependente de ISEI. A estrutura de correlação observada possui indícios de duas ordens. A primeira seria referente à estrutura permutável, a qual as correlações seriam similares por ano. Contudo, percebe-se também um outro padrão, em que a distância entre os t s diminui a correlação, mais similar à autoregressiva, conforme observado na Tabela A6.1 abaixo:

⁵⁵ O mesmo passo-a-passo foi aplicado pelo Prof. Dr. Marcel Vieira no Curso de Modelos Longitudinais, ministrado no Curso de Metodologia Quantitativa em Ciências Sociais (MQ) em julho/agosto de 2017.

Tabela C1 – Correlação por Ano da Estrutura de Correlação.

| Ano | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 2008 | 1,00 | | | | | | | |
| 2009 | 0,79 | 1,00 | | | | | | |
| 2010 | 0,65 | 0,77 | 1,00 | | | | | |
| 2011 | 0,57 | 0,65 | 0,78 | 1,00 | | | | |
| 2012 | 0,51 | 0,57 | 0,66 | 0,80 | 1,00 | | | |
| 2013 | 0,48 | 0,52 | 0,58 | 0,66 | 0,78 | 1,00 | | |
| 2014 | 0,44 | 0,48 | 0,53 | 0,58 | 0,66 | 0,80 | 1,00 | |
| 2015 | 0,42 | 0,45 | 0,50 | 0,54 | 0,59 | 0,69 | 0,81 | 1,00 |

Fonte: RAIS/MTE, 2008 a 2015.

Essa estrutura observada indica que o resultado de \hat{y}_{it} é correlacionada com \hat{y}_{it+1} , sendo que o i assegura que isso ocorre no nível individual. Logo, o modelo estimado a estrutura faz a estimação dos modelos de Máxima Verossimilhança levando em consideração essa estrutura de erros, afetando, principalmente, o desvio-padrão dos coeficientes estimados.

Nesse sentido, optou-se pela estrutura de correlação permutável por três motivos. O primeiro, pois a correlação dos resíduos permite tal interpretação. Em seguida, ao analisar o desvio-padrão dos coeficientes, observa-se que eles são menores com tal estrutura do que a estrutura autoregressiva. Por fim, o uso da estrutura autoregressiva pressupõe a exclusão de alguns casos. Como o objetivo da referida análise versa sobre estimativas de desigualdade, prezou-se por manter todos os casos.

ANEXO D – COEFICIENTES CAPÍTULO 6

Anexo D1– Modelos Longitudinais Marginais para o Índice Socioeconômico (ISEI) para as Categorias Raciais Fixas e Variáveis – Brasil, 2008 a 2015,

| Variáveis | ISEI Raça Fixa | ISEI Raça Variável |
|----------------------|------------------------|-------------------------|
| Ano: 2008 | Ref. | Ref. |
| Ano: 2009 | 0,105*** (0,00475) | 0,126*** (0,00478) |
| Ano: 2010 | 0,206*** (0,00469) | 0,249*** (0,00473) |
| Ano: 2011 | 0,335*** (0,00469) | 0,385*** (0,00474) |
| Ano: 2012 | 0,416*** (0,00470) | 0,472*** (0,00477) |
| Ano: 2013 | 0,534*** (0,00472) | 0,598*** (0,00480) |
| Ano: 2014 | 0,537*** (0,00479) | 0,617*** (0,00489) |
| Ano: 2015 | 0,552*** (0,00488) | 0,639*** (0,00500) |
| Branca | Ref. | Ref. |
| Preta | -4,243*** (0,0191) | -0,949*** (0,0134) |
| Parda | -2,684*** (0,0100) | -0,749*** (0,00693) |
| Ano2008*Ração Branca | Ref. | Ref. |
| Ano2009*Preta | 0,0112 (0,0166) | -0,0379** (0,0168) |
| Ano2009*Parda | 0,0258*** (0,00846) | -0,0370*** (0,00857) |
| Ano2010*Preta | 0,0588*** (0,0163) | -0,0325* (0,0167) |
| Ano2010*Parda | 0,0797*** (0,00832) | -0,0433*** (0,00848) |
| Ano2011*Preta | 0,0568*** (0,0162) | -0,0494*** (0,0167) |
| Ano2011*Parda | 0,105*** (0,00827) | -0,0377*** (0,00845) |
| Ano2012*Preta | 0,0712*** (0,0162) | -0,0538*** (0,0168) |
| Ano2012*Parda | 0,143*** (0,00826) | -0,0123 (0,00844) |
| Ano2013*Preta | 0,0866*** (0,0162) | -0,0666*** (0,0168) |
| Ano2013*Parda | 0,210*** (0,00828) | 0,0385*** (0,00844) |
| Ano2014*Preta | 0,0676*** (0,0164) | -0,125*** (0,0170) |
| Ano2014*Parda | 0,241*** | 0,0398*** |

| | | |
|----------------------|------------------------|------------------------|
| | (0,00837) | (0,00852) |
| Ano2015*Preta | 0,00284 (0,0167) | -0,132*** (0,0173) |
| Ano2015*Parda | 0,208*** (0,00853) | -0,00405 (0,00866) |
| Ensino Fundamental | Ref. | Ref. |
| Ensino Médio Inc, | 1,755*** (0,00708) | 1,757*** (0,00709) |
| Ensino Médio Compl, | 4,369*** (0,00741) | 4,391*** (0,00742) |
| Ensino Superior | 13,52*** (0,00951) | 13,62*** (0,00951) |
| Gênero: Masculino | -3,495*** (0,00616) | -3,572*** (0,00617) |
| Região Centro-Oeste | Ref. | Ref. |
| Região Norte | 0,407*** (0,0146) | 0,168*** (0,0146) |
| Região Nordeste | 0,279*** (0,0110) | 0,0690*** (0,0109) |
| Região Sudeste | 0,0106 (0,00945) | 0,117*** (0,00945) |
| Região Sul | -1,056*** (0,0112) | -0,641*** (0,0111) |
| Constante | 36,94*** (0,0129) | 36,06*** (0,0126) |
| Observações | 50.324.498 | 50.324.498 |
| Número de Indivíduos | 8.772.151 | 8.772.151 |

Obs.: Desvios-Padrão em Parêntesis; p-valor (* 90% de confiança, **95% de confiança, ***99% de confiança).

Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

Anexo D2 – Modelos Longitudinais Marginais para a Transição para o Ensino Médio Completo para as Categorias Raciais Fixas e Variáveis – Brasil, 2008 a 2015.

| Variáveis | EM | EM |
|---------------------|-------------------------|-------------------------|
| | Raça Fixa | Raça Variável |
| Ano: 2008 | Ref. | Ref. |
| Ano: 2009 | 0,0871*** (0,000856) | 0,0896*** (0,000857) |
| Ano: 2010 | 0,178*** (0,000847) | 0,181*** (0,000850) |
| Ano: 2011 | 0,254*** (0,000848) | 0,258*** (0,000853) |
| Ano: 2012 | 0,321*** (0,000852) | 0,326*** (0,000858) |
| Ano: 2013 | 0,406*** (0,000860) | 0,411*** (0,000867) |
| Ano: 2014 | 0,486*** (0,000875) | 0,487*** (0,000885) |
| Ano: 2015 | 0,552*** (0,000897) | 0,552*** (0,000911) |
| Branca | Ref. | Ref. |
| Preta | -0,650*** (0,00341) | -0,229*** (0,00240) |
| Parda | -0,314*** (0,00175) | -0,0943*** (0,00124) |
| Ano2008*Raça Branca | Ref. | Ref. |
| Ano2009*Preta | 0,0156*** (0,00303) | -0,00643** (0,00301) |
| Ano2009*Parda | 0,00303** (0,00152) | -0,00246 (0,00153) |
| Ano2010*Preta | 0,0310*** (0,00297) | -0,0132*** (0,00299) |
| Ano2010*Parda | 0,00637*** (0,00149) | 0,000953 (0,00152) |
| Ano2011*Preta | 0,0543*** (0,00296) | -0,00560* (0,00300) |
| Ano2011*Parda | 0,0184*** (0,00149) | 0,0133*** (0,00152) |
| Ano2012*Preta | 0,0680*** (0,00295) | -0,00693** (0,00301) |
| Ano2012*Parda | 0,0220*** (0,00149) | 0,0158*** (0,00152) |
| Ano2013*Preta | 0,0761*** (0,00296) | -0,0104*** (0,00302) |
| Ano2013*Parda | 0,0278*** (0,00150) | 0,0227*** (0,00152) |
| Ano2014*Preta | 0,0894*** (0,00299) | 0,00548* (0,00306) |
| Ano2014*Parda | 0,0402*** (0,00152) | 0,0434*** (0,00155) |
| Ano2015*Preta | 0,0945*** | 0,00170 |

| | | |
|----------------------|-------------------------|-------------------------|
| | (0,00305) | (0,00312) |
| Ano2015*Parda | 0,0429*** (0,00156) | 0,0526*** (0,00158) |
| Gênero: Masculino | -0,592*** (0,00110) | -0,601*** (0,00110) |
| Região Centro-Oeste | Ref. | Ref. |
| Região Norte | 0,225*** (0,00259) | 0,193*** (0,00258) |
| Região Nordeste | 0,258*** (0,00194) | 0,229*** (0,00193) |
| Região Sudeste | 0,104*** (0,00167) | 0,119*** (0,00166) |
| Região Sul | -0,0874*** (0,00199) | -0,0318*** (0,00196) |
| Constante | 0,468*** (0,00194) | 0,366*** (0,00186) |
| Observações | 50.324.498 | 50.324.498 |
| Número de Indivíduos | 8.772.151 | 8.772.151 |

Obs.: Desvios-Padrão em Parêntesis; p-valor (* 90% de confiança, **95% de confiança, ***99% de confiança).

Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

Anexo D3 – Modelos Longitudinais Marginais para o Índice Socioeconômico (ISEI) para as Categorias Raciais Fixas e Variáveis – Sul e Nordeste, 2008 a 2015.

| Variáveis | Sul | | Nordeste | |
|---------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|
| | ISEI Raça Fixa | ISEI Raça Variável | ISEI Raça Fixa | ISEI Raça Variável |
| Ano: 2008 | Ref. | Ref. | Ref. | Ref. |
| Ano: 2009 | 0,147*** (0,00927) | 0,148*** (0,00928) | 0,132*** (0,0178) | 0,167*** (0,0180) |
| Ano: 2010 | 0,243*** (0,00915) | 0,246*** (0,00917) | 0,221*** (0,0176) | 0,293*** (0,0179) |
| Ano: 2011 | 0,360*** (0,00916) | 0,361*** (0,00918) | 0,260*** (0,0175) | 0,364*** (0,0180) |
| Ano: 2012 | 0,446*** (0,00920) | 0,443*** (0,00923) | 0,395*** (0,0176) | 0,515*** (0,0181) |
| Ano: 2013 | 0,570*** (0,00926) | 0,570*** (0,00929) | 0,511*** (0,0177) | 0,657*** (0,0183) |
| Ano: 2014 | 0,603*** (0,00939) | 0,608*** (0,00943) | 0,546*** (0,0179) | 0,702*** (0,0187) |
| Ano: 2015 | 0,621*** (0,00959) | 0,623*** (0,00965) | 0,508*** (0,0182) | 0,710*** (0,0192) |
| Branca | Ref. | Ref. | Ref. | Ref. |
| Preta | -3,633*** (0,0615) | -0,687*** (0,0427) | -4,264*** (0,0522) | -0,840*** (0,0355) |
| Parda | -3,094*** (0,0447) | -0,478*** (0,0306) | -2,454*** (0,0258) | -0,608*** (0,0178) |
| Ano2008*Raça Branca | Ref. | Ref. | - | - |
| Ano2009*Preta | -0,0331 (0,0521) | -0,0404 (0,0523) | -0,0267 (0,0439) | -0,0814* (0,0448) |
| Ano2009*Parda | -0,0471 (0,0382) | -0,0436 (0,0388) | -0,0150 (0,0218) | -0,0654*** (0,0221) |
| Ano2010*Preta | 0,0450 (0,0512) | -0,0139 (0,0522) | 0,0211 (0,0431) | -0,0867* (0,0443) |
| Ano2010*Parda | -0,0247 (0,0375) | -0,0580 (0,0385) | 0,0356* (0,0214) | -0,0675*** (0,0220) |
| Ano2011*Preta | 0,0448 (0,0510) | 0,0224 (0,0520) | 0,109** (0,0429) | -0,0454 (0,0445) |
| Ano2011*Parda | 0,0493 (0,0374) | 0,0187 (0,0383) | 0,127*** (0,0214) | -0,0172 (0,0220) |
| Ano2012*Preta | 0,0505 (0,0510) | 0,0302 (0,0520) | 0,111*** (0,0430) | -0,00691 (0,0448) |
| Ano2012*Parda | 0,0575 (0,0373) | 0,0886** (0,0381) | 0,145*** (0,0214) | -0,0251 (0,0221) |
| Ano2013*Preta | -0,0614 (0,0510) | -0,117** (0,0520) | 0,171*** (0,0432) | -0,00521 (0,0451) |
| Ano2013*Parda | 0,0902** (0,0373) | 0,0898** (0,0379) | 0,185*** (0,0215) | -0,0174 (0,0223) |
| Ano2014*Preta | -0,0797 (0,0515) | -0,227*** (0,0524) | 0,205*** (0,0437) | -0,0398 (0,0459) |
| Ano2014*Parda | 0,0608 (0,0377) | 0,0623 (0,0380) | 0,261*** (0,0217) | 0,0523** (0,0227) |

| | | | | |
|----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Ano2015*Preta | -0,134** (0,0525) | -0,188*** (0,0532) | 0,197*** (0,0446) | 0,0472 (0,0469) |
| Ano2015*Parda | 0,0247 (0,0384) | 0,0411 (0,0384) | 0,167*** (0,0221) | -0,106*** (0,0232) |
| Ensino Fundamental | Ref. | Ref. | Ref. | Ref. |
| Ensino Médio Inc, | 1,232*** (0,0197) | 1,247*** (0,0197) | 1,906*** (0,0157) | 1,908*** (0,0157) |
| Ensino Médio Compl, | 3,766*** (0,0204) | 3,790*** (0,0204) | 4,626*** (0,0167) | 4,645*** (0,0167) |
| Ensino Superior | 12,88*** (0,0255) | 12,93*** (0,0255) | 12,79*** (0,0244) | 12,87*** (0,0244) |
| Gênero: Masculino | -2,646*** (0,0152) | -2,673*** (0,0152) | -4,506*** (0,0162) | -4,572*** (0,0162) |
| Constante | 35,62*** (0,0239) | 35,36*** (0,0237) | 37,84*** (0,0281) | 36,46*** (0,0250) |
| Observações | 8.260.404 | 8.260.404 | 6.718.566 | 6.718.566 |
| Número de Indivíduos | 1.431.180 | 1.431.180 | 1.227.055 | 1.227.055 |

Obs.: Desvios-Padrão em Parêntesis; p-valor (* 90% de confiança, **95% de confiança, ***99% de confiança).

Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.

Anexo D4 – Modelos Longitudinais Marginais para a Transição para o Ensino Médio Completo para as Categorias Raciais Fixas e Variáveis – Sul e Nordeste, 2008 a 2015.

| Variáveis | Sul | | Nordeste | |
|---------------------|---------------------------|-------------------------------|---------------------------|-------------------------------|
| | Ensino Médio Raça Fixa | Ensino Médio Raça Variável | Ensino Médio Raça Fixa | Ensino Médio Raça Variável |
| Ano: 2008 | Ref. | Ref. | Ref. | Ref. |
| Ano: 2009 | 0,0961*** (0,00165) | 0,0981*** (0,00165) | 0,0675*** (0,00336) | 0,0673*** (0,00336) |
| Ano: 2010 | 0,176*** (0,00163) | 0,179*** (0,00163) | 0,145*** (0,00332) | 0,141*** (0,00334) |
| Ano: 2011 | 0,239*** (0,00163) | 0,242*** (0,00163) | 0,237*** (0,00333) | 0,230*** (0,00337) |
| Ano: 2012 | 0,302*** (0,00164) | 0,307*** (0,00164) | 0,298*** (0,00335) | 0,285*** (0,00340) |
| Ano: 2013 | 0,382*** (0,00165) | 0,388*** (0,00165) | 0,369*** (0,00338) | 0,344*** (0,00345) |
| Ano: 2014 | 0,452*** (0,00167) | 0,457*** (0,00168) | 0,443*** (0,00345) | 0,414*** (0,00354) |
| Ano: 2015 | 0,516*** (0,00171) | 0,522*** (0,00172) | 0,502*** (0,00354) | 0,459*** (0,00365) |
| Branca | Ref. | Ref. | Ref. | Ref. |
| Preta | -0,577*** (0,0112) | -0,202*** (0,00765) | -0,614*** (0,00947) | -0,250*** (0,00655) |
| Parda | -0,478*** (0,00804) | -0,139*** (0,00547) | -0,214*** (0,00469) | -0,0272*** (0,00329) |
| Ano2008*Raça Branca | Ref. | Ref. | Ref. | Ref. |
| Ano2009*Preta | 0,0157 (0,00961) | -0,000192 (0,00934) | 0,0429*** (0,00820) | 0,00808 (0,00827) |
| Ano2009*Parda | 0,00911 (0,00696) | -0,0210*** (0,00691) | 0,00853** (0,00409) | 0,0113*** (0,00412) |
| Ano2010*Preta | 0,0326*** (0,00943) | -0,00405 (0,00933) | 0,0612*** (0,00803) | 0,00701 (0,00819) |
| Ano2010*Parda | 0,0178*** (0,00683) | -0,0216*** (0,00686) | 0,00426 (0,00403) | 0,0150*** (0,00410) |
| Ano2011*Preta | 0,0497*** (0,00936) | 0,00272 (0,00928) | 0,0754*** (0,00801) | 0,000110 (0,00823) |
| Ano2011*Parda | 0,0165** (0,00679) | -0,0267*** (0,00682) | -0,00652 (0,00403) | 0,00940** (0,00412) |
| Ano2012*Preta | 0,0477*** (0,00934) | -0,0123 (0,00928) | 0,106*** (0,00802) | 0,0145* (0,00830) |
| Ano2012*Parda | 0,0181*** (0,00677) | -0,0468*** (0,00678) | -0,00353 (0,00405) | 0,0219*** (0,00415) |
| Ano2013*Preta | 0,0435*** (0,00933) | -0,0190** (0,00929) | 0,129*** (0,00807) | 0,0260*** (0,00837) |
| Ano2013*Parda | 0,0431*** (0,00677) | -0,0293*** (0,00676) | 0,00241 (0,00408) | 0,0461*** (0,00419) |
| Ano2014*Preta | 0,0585*** (0,00941) | 0,00995 (0,00937) | 0,147*** (0,00819) | 0,0327*** (0,00853) |
| Ano2014*Parda | 0,0525*** (0,00683) | -0,0212*** (0,00679) | 0,00307 (0,00416) | 0,0534*** (0,00429) |

| | | | | |
|----------------------|------------------------|-------------------------|------------------------|------------------------|
| Ano2015*Preta | 0,0565*** (0,00957) | -0,0312*** (0,00952) | 0,161*** (0,00838) | 0,0452*** (0,00876) |
| Ano2015*Parda | 0,0588*** (0,00696) | -0,00646 (0,00687) | 0,00492 (0,00426) | 0,0760*** (0,00441) |
| Gênero: Masculino | -0,385*** (0,00266) | -0,389*** (0,00265) | -0,844*** (0,00309) | -0,850*** (0,00308) |
| Constant | 0,195*** (0,00247) | 0,165*** (0,00243) | 0,921*** (0,00443) | 0,781*** (0,00375) |
| Observações | 8.260.404 | 8.260.404 | 6.718.566 | 6.718.566 |
| Número de Indivíduos | 1.431.180 | 1.431.180 | 1.227.055 | 1.227.055 |

Obs.: Desvios-Padrão em Parêntesis; p-valor (* 90% de confiança, **95% de confiança, ***99% de confiança).

Fonte: RAIS/ MTE, 2008 a 2015.